



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**Entre a cruz e a espada:
Experiências de parentalidade de homens e mulheres trans em contextos
cisheteronormativos**

Mariana Gracindo Trajano

Rio de Janeiro
Maio de 2019



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**Entre a cruz e a espada:
Experiências de parentalidade de homens e mulheres trans em
contextos cisheteronormativos**

Mariana Gracindo Trajano

Dissertação apresentada à Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher (PGSCM), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio Ferreira do Nascimento

Rio de Janeiro
Maio de 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Trajano, Mariana Gracindo.

Entre a cruz e a espada: Experiências de parentalidade de homens e mulheres trans em contextos cisheteronormativos / Mariana Gracindo Trajano. - Rio de Janeiro, 2019.
168 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde da Criança e da Mulher) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro - RJ, 2019.

Orientador: Marcos Antonio Ferreira do Nascimento.

Bibliografia: f. 154-161

1. Parentalidade. 2. Família. 3. Transexualidade. I. Título.

A Miguel,
Por me fazer experimentar
o maior amor do mundo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Nascimento, minha mais profunda gratidão por generosamente ter aceitado me guiar nesta empreitada, por compartilhar comigo seu enorme saber, por sua constante dedicação e cuidado. Sua escuta curiosa, amorosa e sensível permitiram que eu fosse me construindo como pesquisadora em um nada fácil percurso que compartilhamos, de trabalho e de vida. À você, minha enorme admiração e minha amizade.

À Prof^a. Dr^a. ÍviaMaksud por seu talento didático, por sua contagiante paixão pelo que ensina, pelo seu carinho conosco alunos, e por sua amizade. Considero um privilégio ter mergulhado no universo da pesquisa qualitativa através do seu olhar, ter podido compartilhar contigo minhas inquietações, dúvidas, e todo o percurso desta pesquisa.

Às Prof^{as}. Dr^{as}. Anna Paula Uziel e ÍviaMaksud que generosamente aceitaram participar de minha banca de qualificação e por oferecerem suas enriquecedoras contribuições.

Aos Profs. Drs. da banca de defesa, Anna Paula Uziel, ÍviaMaksud, Guilherme Almeida e Paula Gaudenzi pela disponibilidade para ler este trabalho e compartilhar seus saberes.

À Prof^a. Dr^a. Corina Mendes, por seu fundamental incentivo, sem o qual eu não teria iniciado este processo. Suas palavras e seu esforço me apontaram os primeiros passos do caminho que me trouxe até aqui. Minha especial gratidão por ter me apresentado o melhor orientador que alguém poderia ter.

Aos Profs. Drs. do corpo docente da Pós -graduação da Saúde da Criança e da Mulher (PGSCM) pelos inestimáveis ensinamentos, às secretárias por sua disponibilidade, competência e simpatia, e aos colegas de turma pelo companheirismo e apoio em todos os momentos.

Aos meus familiares e amigos que me apoiaram incondicionalmente, foram compreensivos com minhas ausências, e foram fonte estímulo e força a cada passo deste caminho.

À minha avó, Lica, minha inspiração. Sua força e sua fé são admiráveis.

À minha mãe, Teresa, pelo carinho, cuidado e ajuda constantes.

Ao meu pai, Alexandre, por seu apoio e por ter me ensinado o valor do estudo e o gosto pelo conhecimento.

Ao meu marido, Danilo, pelo suporte, incentivo, companheirismo, paciência. Por ter me dado Clarice, que com sua alegria tanto ilumina nossa família.

Ao meu filho, Miguel, pelo olhar doce, pela determinação vigorosa, por me fazer melhor a cada dia.

Aos meus interlocutores, que generosamente dividiram comigo suas histórias e tornarem possível a realização desta pesquisa. São vocês que dão vida e sentido a este estudo. Espero fazer jus à vossa confiança e disponibilidade.

A CAPES, poiso presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

LISTA DE SIGLAS

ABRAFH	Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas
ABRATEF	Associação Brasileira de Terapia Familiar
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APA	Associação Americana de Psiquiatria
CEFAI	Centro de Estudos da Família Adolescência e Infância
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
IFF	Instituto Fernandes Figueiras
HIV	<i>HumanImmunodeficiencyVirus</i>
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
OMS	Organização Mundial de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

Resumo

Nas duas últimas décadas, temos assistido a uma maior discussão acadêmica e da militância sobre temas relacionados ao casamento e à parentalidade entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, pouco se tem discutido sobre experiências de parentalidade entre pessoas trans. Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa, com abordagem sócio antropológica, realizada com três homens trans e três mulheres trans com experiências de parentalidade anteriores e posteriores à transição de gênero. Experiências familiares e sociais de transfobia marcam a maioria de suas trajetórias. Para aqueles que foram pais e mães antes da transição, há uma sorte de negociações com as crianças e seu/sua eventual companheiro/a em relação ao novo lugar social de gênero. Para os demais, as experiências de adoção são a concretização de um projeto de parentalidade. A identidade de gênero associada a marcadores de cor/raça, classe, nível educacional e orientação sexual influenciam suas interações sociais e o reconhecimento social da maternidade/paternidade.

Palavras-chave: Parentalidade; Família; Transexualidade.

Abstract

In the last two decades, we have witnessed a greater academic discussion and militancy on issues related to marriage and same-sex parenting. However, little has been discussed about parenting among transgender people. This thesis presents the results of a qualitative research, with socio-anthropological approach, carried out with three trans men and three trans women with experiences of parenting before and after the transition of gender. Family and social experiences of transphobia mark most of their trajectories. For those who were fathers and mothers before the transition, there are many negotiations with the children and his/her possible partner regarding the new social place of gender. For the others, the experiences of adoption are the realization of a project of parenthood. Gender identity associated with markers of color/race, social class, educational level and sexual orientation influence their social interactions and the social recognition of motherhood/paternity.

Key Words: Parenting; Family; Transexuality.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	OBJETIVOS	17
2.1	OBJETIVO GERAL	17
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3	BALIZAS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE GÊNERO, TRANSEXUALIDADE, FAMÍLIA E PARENTALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE	18
3.1	GÊNERO E TRANSEXUALIDADE: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS	18
3.1.1	<i>Gênero e as relações de poder: Um breve histórico</i>	18
3.1.2	<i>Gênero e outros marcadores sociais da diferença: a questão das interseccionalidades</i>	21
3.1.3	<i>Fluidez, dinamismo e incompletude: o gênero sob novas perspectivas</i>	24
3.1.4	<i>Sobre a transexualidade e a norma hegemônica: transgressões e acomodações à cisheteronormatividade</i>	28
3.1.5	<i>Tecendo visibilidades: da invisibilidade à (des)construção de estereótipos</i>	35
3.1.6	<i>Despatologização trans: identidades possíveis e direito à saúde</i>	39
3.1.7	<i>Pensando a passabilidade em nosso cenário social: recurso, direito ou retrocesso</i>	42
3.2	FAMÍLIA E PARENTALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: ANTIGAS CRENÇAS, NOVAS CONFIGURAÇÕES	47
3.2.1	<i>Breve contextualização histórica do conceito de família no Brasil</i>	48
3.2.2	<i>O afeto e a individualidade na família contemporânea</i>	50
3.2.3	<i>Família, parentesco e parentalidade</i>	51
3.2.4	<i>Homens, mulheres e a parentalidade contemporânea</i>	56
3.2.5	<i>Os caminhos da adoção: marcas do desejo e do preconceito</i>	58
4	DO OBJETO AO MÉTODO: A CONSTRUÇÃO ARTESANAL DE UM CAMINHO DE PESQUISA	61
4.1	CONSTRUINDO UM CAMPO DE PESQUISA	62
4.2	A ETNOSSOCIOLOGIA: APROXIMAÇÕES	73
4.3	O VALOR DA EXPERIÊNCIA: AS NARRATIVAS DE VIDA COMO VIA DE ACESSO AO CONTEXTO SOCIAL	75
4.4	O UNIVERSO PESQUISADO	77
4.5	PROPOSTAS DE ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES COMPREENSIVAS	79
4.6	APRESENTAÇÃO DOS INTERLOCUTORES	82
5	ENTRE A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA E A BUSCA POR	104

	TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: NEGOCIAÇÕES COM A LÓGICA CISHETERONORMATIVA.....	
5.1	A CHEGADA DOS FILHOS E FILHAS	105
5.2	“ELE É A MINHA CARA!”: IDENTIFICAÇÃO E REPARAÇÃO NA ADOÇÃO	108
5.3	AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES	111
5.4	“ELE TE CHAMA DE QUÊ?”: NOMEAÇÕES RELACIONAIS	115
5.5	CUIDADOS PARENTAIS E PAPÉIS GENERIFICADOS	120
5.6	DISCRIMINAÇÃO, ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E POSSIBILIDADES DE NEGOCIAÇÃO	123
5.6.1	<i>Família de origem e sofrimento internalizado</i>	<i>124</i>
5.6.2	<i>Mundo do trabalho</i>	<i>127</i>
5.6.3	<i>Saudável para quem?': preconceito e discriminação nos serviços de saúde</i>	<i>130</i>
5.6.4	<i>Violência em espaços públicos</i>	<i>132</i>
5.6.5	<i>Espaço escolar</i>	<i>135</i>
5.6.6	<i>Passabilidade como recurso</i>	<i>140</i>
5.6.7	<i>A militância de cada um</i>	<i>144</i>
5.7	RETORNANDO À PARENTALIDADE	145
5.8	UMA HIPÓTESE COMPREENSIVA: A PARENTALIDADE E A TRANSEXUALIDADE ENTRE DOIS DISCURSOS	147
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
	REFERÊNCIAS.....	154
	Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	162
	Apêndice 2- Roteiro de Entrevista	165
	Apêndice 3- Parecer consubstanciado do CEP	166

1. INTRODUÇÃO

Diversos são os arranjos familiares encontrados nas sociedades ocidentais na contemporaneidade. Alguns são considerados mais “tradicionais”, outros menos. Famílias extensas, nucleares, monoparentais, reconstituídas, e muitas outras, convivem em nosso meio social. Algumas gozam de maior reconhecimento, legitimidade e acesso às políticas públicas que lhes propiciam o exercício de direitos sociais. Outras causam estranhamento e permanecem invisibilizadas, desconsideradas em seus direitos e necessidades. Sobre algumas dessas pouco conhecemos, inclusive no meio acadêmico. As famílias formadas por pais e/ou mães trans representam um exemplo desse desconhecimento. Assim sendo, o presente estudo se propôs a lançar luz sobre as experiências de parentalidade de homens e mulheres trans, por meio de suas narrativas de vida, buscando compreender as dinâmicas sociais subjacentes a essas experiências e articulá-las ao nosso contexto histórico e social. Tal empreendimento converge com as ideias de Fonseca¹, quando nos diz que:

"Biografias individuais e outros dados antes considerados idiossincráticos foram incorporados como elementos importantes de análise. Hoje, pesquisadores em busca do "elo perdido" que liga a estrutura social ao comportamento individual não se satisfazem mais com uma definição de estruturas e normas. Eles estão procurando relacionar fenômenos estatisticamente observáveis com a experiência vivida; querem descobrir a maneira pela qual as pessoas adequam suas percepções de normas sociais com suas próprias práticas". (p.63)

Minayo² também se alinha com essas ideias. Salienta que homens, grupos e sociedades atribuem significado e intencionalidade a suas ações e construções, assim como o investigador também o faz através de seu trabalho intelectual, e que as estruturas sociais não são mais do que tais ações objetivadas. Por isso, suas narrativas são tão reveladoras.

Foi na busca de compreender estas estruturas e normas sociais que me propus a trabalhar na construção de hipóteses compreensivas, que contribuíssem com outros estudos, visando melhor problematizar as dinâmicas sociais vividas por meus interlocutores.

Meu interesse pelo tema se justifica de diferentes maneiras. Em primeiro lugar, está ligado à minha história profissional. Psicóloga clínica de formação^a, construí um percurso que me levou, em minha segunda pós graduação, a uma formação em Terapia Relacional Familiar Sistêmica^b, que me trouxe um olhar especial para as relações familiares e suas problemáticas. Dentro da diversidade de configurações familiares presentes em nossa sociedade hoje, as famílias com pais/mães trans me chamaram particular atenção, em especial pelo pouco que sabemos e produzimos em termos de pesquisa sobre elas. A meu ver, tal desconhecimento contribui para a propagação e manutenção de preconceitos e premissas equivocadas a respeito dessas famílias e de seu funcionamento, além de as fixarem em lugares sociais de não legitimidade. Esta lacuna é particularmente problemática em meu caso, pois atualmente trabalho não só no atendimento clínico a famílias, mas na formação de terapeutas de família. Nesse processo de formação é fundamental a construção de uma visão informada e crítica a respeito das diferentes realidades e situações sociais, já que influenciemos direta e cotidianamente na transformação/manutenção destas realidades com nossa atuação profissional.

Em segundo lugar, este tema tem grande relevância social, já que a discriminação contra a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis

^aGraduação em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 1999-2004.

^b Formação em Terapia Familiar Relacional Sistêmica no Centro de Estudos da Família, Adolescência e Infância (CEFAI), 2011-2014.

etransexuais)^c em geral, e contra as pessoas trans especificamente, é um fenômeno disseminado no Brasil. Mais do que um somatório de atos isolados individuais, a discriminação está presente nas instituições por meio da inação das autoridades frente às violências cometidas contra esta população, pela inexistência de legislações eficazes e inclusivas, e por políticas públicas precárias que afetam de forma negativa a integridade física, emocional, psicológica e social destas pessoas.³

Segundo estatísticas da Organização TransgenderEurope^{d4}, o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. Entre 1 de janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2018, 2982 assassinatos de pessoas trans foram registrados no mundo. Desses, 1238 foram no Brasil. A transfobia aqui ainda não é tipificada como um crime, o que dificulta muito o combate a essa realidade. A população trans é uma das mais marginalizadas e discriminadas no Brasil. Segundo Jesus⁵:

“É reconhecido que a população transgênero está à margem dos processos sociais, excluída por discursos e práticas de ordem sexista, especificamente cissexistas (que invisibilizam ou estigmatizam as pessoas trans) e transfóbicos (que promovem o medo e/ou o ódio com relação a pessoas transgênero)”. (p.10)

São diversas as violências sofridas por esta população. Nas últimas décadas, esta realidade vem ganhando visibilidade e recomendações internacionais e nacionais foram produzidas na busca do enfrentamento desta situação, como os Princípios de Yogyakarta^e e a implementação de um programa nacional de combate à homofobia e promoção da cidadania de pessoas LGBT como o Programa Brasil sem Homofobia⁶.

Além disso, direitos vinham sendo conquistados com legislações específicas voltadas a proteger os interesses e necessidades de pessoas trans. Podemos citar

^c Optei por utilizar a sigla LGBT por ser a mais comumente utilizada, mesmo sabendo que estas quatro letras são insuficientes para representar toda a diversidade de pessoas que estão debaixo desta genérica sigla guarda-chuva.

^d Para mais informações, consultar www.transrespect.org. Acessado em 14 de janeiro de 2019.

^e Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero pactuados durante uma reunião global de especialistas e ativistas em direitos humanos, na cidade de Yogyakarta, em 2006.

algumas dessas conquistas como: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População LGBT⁷; a Portaria nº 457/2008 que regulamenta o processo transexualizador^f no SUS (Sistema Único de Saúde); e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT⁸; o decreto nº 8.727/16⁹, que versa sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero no âmbito da Administração Pública Federal, e a lei nº 7.041/15¹⁰ que estabelece penalidades administrativas, no Rio de Janeiro, aos estabelecimentos e agentes públicos que discriminem as pessoas por preconceito de sexo e orientação sexual. Estas regulamentações demonstram que as tensões sociais e os embates políticos dentro deste campo vinham produzindo resultados importantes, mas com o atual cenário político, todo esse avanço está sendo atacado.

Neste momento, há uma sorte de tentativas de desmonte de direitos e conquistas da população LGBT, orquestrada por alas conservadoras e retrógradas de políticos majoritariamente ligados a bancada evangélica. A violência contra pessoas trans se intensificou desde o período eleitoral, em 2018, e depois do resultado das últimas eleições, até mesmo os órgãos oficiais que visavam atender às necessidades específicas desta população foram desarticulados. A população LGBT foi retirada das diretrizes de políticas públicas do novo ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A atual política busca proibir as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, não promove campanhas contra a violência e o suicídio da população travesti e transexual, não padroniza o atendimento de mulheres trans nas delegacias da mulher no

^f Este se caracteriza por um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais, pelo qual os indivíduos transexuais podem demandar em determinado momento de suas vidas. Engloba acompanhamento psicológico, tratamento hormonal e cirurgias como tireoplastia, histerectomia, mamoplastia e transgenitalização (neovaginoplastia/neofaloplastia).

país, dentre tantas outras ações necessárias para promover a dignidade dessas pessoas conforme estabelecido em nossa Constituição.

Nossos sistemas judiciário e de saúde também continuam encontrando profundas dificuldades no atendimento às questões específicas da população trans. Muitas vezes classificadas como doentes, encontram inúmeros obstáculos ao exercício de sua cidadania. Um dos efeitos imediatos da concepção que patologiza as identidades trans é o profundo desrespeito à auto-percepção de cada sujeito e um desejo de dominar suas expressões identitárias, através do controle sobre o reconhecimento legal do gênero com o qual se identifica e sobre os processos biomédicos de intervenções corporais⁵.

Em relação às questões ligadas aos direitos relativos ao âmbito familiar, como direitos de casamento, direitos reprodutivos, de adoção e sucessão por parte de pessoas trans, muito pouco se discute, e ainda menos se efetua na realidade cotidiana. Como fator agravante desta complexa situação, se verifica, para além da questão jurídica, a resistência social em pensar pessoas trans como pais e mães. Recorrendo à reprodução (assistida ou não) ou à adoção, o caminho para a concretização da parentalidade ainda é uma tarefa árdua para muitas dessas pessoas. Buscando contribuir para a transformação deste quadro, escolhi as experiências de homens e mulheres trans no exercício da sua parentalidade como meu tema de pesquisa.

Desde o início deste estudo duas questões fundamentais se colocaram e precisaram ser problematizadas: a primeira diz respeito a como nomear o tema e os/as informantes; e a segunda se refere à pertinência de pensar a experiência da parentalidade a partir da transição de gênero vivida pelos pais.

Quanto à nomeação, a princípio, considerei utilizar o termo “transparentalidade”, mas a minha experiência no campo me fez retroceder. A escolha deste termo se justificava como estratégia política para colocar em evidência aquela

realidade que ainda permanece à sombra em nossa sociedade^{g11, 12}. Ao nomeamos um tipo de família até então sem nome, ela adquire uma existência discursiva, passa a indicar uma realidade. Isso torna possível seu estudo e, principalmente, sua problematização. Por outro lado, isso marca uma diferença que pode servir a uma hierarquização, nesse caso a uma subalternização, da qual discordo. O fato dessas famílias terem pais e/ou mães trans não as torna qualitativamente diferentes de outras, em quaisquer aspectos, como essa nomenclatura poderia ensejar. Foi considerando as trocas estabelecidas no campo de pesquisa que optei por abandonar esta nomenclatura.

Quanto aos informantes, que em verdade prefiro chamar de interlocutores^{h2}, não há consenso a respeito da forma mais adequada para nomear uma gama de múltiplas expressões identitárias, diversas entre si, aproximadas pela rejeição à lógica binária e linear que divide os sujeitos de maneira fixa entre dois sexos (homens x mulheres) e dois gêneros (masculino x feminino), e que apresenta como norma a continuidade e coerência entre o sexo e o gênero desta forma: homem/masculino, mulher/feminino. Tais sujeitos não se reconhecem como sendo do sexo que lhes foi atribuído ao nascer, e assim, subvertem essa norma de diferentes maneiras, transitam e se descolam deste imperativo e por isso são, muitas vezes, estigmatizados. Ciente desta diversidade, opto por trabalhar com o termo guarda-chuva ‘pessoas trans’, que abarca várias possibilidades identificatórias como transexuais, transgênero, travestis, cross-dressers, dragqueens, drag kings, identidades não binárias, entre outros, sem no entanto desconsiderar as diferenças e peculiaridades de cada uma. Busquei respeitar, sempre que me referi a um interlocutor em particular, a sua própria forma de se auto declarar.

^g Tal estratégia é defendida por Zambrano (2006) e Uziel (2007), em suas pesquisas sobre a ‘homoparentalidade’.

^h Prefiro esta opção de nomenclatura por acreditar que melhor traduz meu posicionamento como pesquisadora, alinhado com as palavras de Minayo: “nas ciências sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, tem um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos” (Minayo, 1994, p.14).

Outro aspecto importante a respeito do qual precisei me debruçar na construção deste trabalho foi sobre a escolha da forma gramatical a ser utilizada no texto. Mesmo considerando que, para demarcar um posicionamento político, alguns autores do campo dos estudos de gênero optam por subverter determinadas regras do português, como o uso preponderante dos pronomes masculinos, os substituindo por equivalentes neutros (utilizando símbolos como @, *), ou mesmo por femininos, optei por manter o uso da chamada ‘norma culta’ por acreditar que, desta maneira, os leitores menos familiarizados com este campo terão maior facilidade para a leitura e para focar no conteúdo que me propus a discutir, sem que o estranhamento quanto à forma os desestimule a ir adiante. Meu intuito foi o de escrever da maneira mais acessível possível para todos, e em especial para aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de mergulhar neste universo e refletir sobre este tema, estimulando sua sensibilização. Privilegiei, assim, aumentar o alcance das problematizações aqui apresentadas, visando fomentar os debates e possíveis transformações daí decorrentes, mesmo acreditando que demarcar o posicionamento político a partir do qual se fala é fundamental em qualquer trabalho de pesquisa. Busquei fazê-lo de outras formas, em diversos pontos deste estudo.

Para problematizar à pertinência de se pensar a experiência da parentalidade a partir da transição de gênero vivida pelos pais, as seguintes questões foram construídas e tornaram-se norteadoras deste estudo: existem particularidades no exercício dessas parentalidades? Estariam estas, caso existam, ligadas às censuras sociais que sofrem as pessoas trans em nossa sociedade? De que forma? De que maneiras são experimentadas pelos protagonistas deste estudo? Quais os desafios colocados e quais suas estratégias de enfrentamento?

Buscando responder a essas questões, este trabalho pretende se somar aos poucos existentes na área, na expectativa de colocar mais uma pedra neste mosaico que é o campo da pesquisa acadêmica sobre a parentalidade exercida por pessoas trans. Becker¹³ diria que cada novo olhar, cada novo trabalho equivale a uma nova peça de um grande mosaico, contribuindo para a visão do quadro como um todo. Quanto mais pedras são colocadas, melhor enxergamos os objetos, as pessoas e suas relações uns com os outros e com o entorno.

Esta dissertação se estrutura em seis seções principais. A seção 1 é constituída pela presente introdução. A seguir, na seção 2 apresento os objetivos geral e específicos desta pesquisa. Em seguida, na seção 3, apresento as balizas teórico conceituais que embasaram meu posicionamento político epistemológico associado a uma visão feminista e transfeminista dos estudos sobre gênero e transexualidade, e sobre a família e a parentalidade na contemporaneidade. Na seção 4, mostro o percurso metodológico que norteou minha atuação como pesquisadora e me conduziu às discussões apresentadas na análise, e à construção da hipótese compreensiva. Apresento, ainda, um pouco dos bastidores do campo e da história de vida de meus interlocutores. Na seção 5, trago minha interpretação e a discussão dos achados da pesquisa, a partir das vozes de meus interlocutores colocadas em diálogo com os autores apresentados no primeiro capítulo e outros convocados a partir do material surgido no campo. Por fim, na seção 6, apresento as minhas considerações finais.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é compreender as dinâmicas sociais subjacentes às experiências da parentalidade exercida por homens e mulheres trans. Para alcançar este objetivo foram formulados os seguintes objetivos específicos:

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar como a transição de gênero afeta as experiências da parentalidade nos âmbitos pessoal, familiar e microssocial;
2. Analisar as experiências de parentalidade segundo o momento da transição de gênero (antes, durante ou depois da transição) e segundo os modos de sua concretização (reprodução, adoção ou outros);
3. Analisar como a parentalidade exercida por pessoas trans se relaciona com a cisheteronorma e colabora na desconstrução/manutenção desta normatividade hegemônica.

3 BALIZAS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE GÊNERO, TRANSEXUALIDADE, FAMÍLIA E PARENTALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

Neste capítulo, apresentarei os marcos teóricos e conceituais adotados neste trabalho, que demarcam a minha posição epistemológica e política, implicada na leitura compreensiva das histórias de vida apresentadas. As teorias e autoras do campo dos estudos de gênero e feminismos, assim como dos estudos sobre família e parentalidade na contemporaneidade, fundamentarão a análise e a construção de hipóteses compreensivas¹⁴ a respeito de como as experiências de parentalidade de pessoas trans estão articuladas com o contexto social em que estão inseridas, suas possibilidades e desafios.

3.1 GÊNERO E TRANSEXUALIDADE: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

3.1.1 *Gênero e as relações de poder: Um breve histórico*

As concepções de mundo nas sociedades ocidentais de tradição cultural-religiosa judaico-cristã estão baseadas na concepção de sexo binário (macho e fêmea) e universal, determinando identidades e papéis sociais⁵. Esta linearidade entre o corpo físico lido a partir dos genitais, e as expectativas sociais sobre o comportamento, e de forma mais abrangente sobre o ‘estar no mundo’, de homens e mulheres foi naturalizada pelos discursos religiosos e médicos, estabelecendo lugares diferenciados *a priori* para cada um, em nossa sociedade. O conceito de gênero surgiu como uma leitura alternativa a esse discurso hegemônico:

“O conceito de gênero trouxe novo fôlego aos estudos sobre sexualidades ao apontar os limites impostos pela abordagem biomédica e essencialista das diferenças entre homens e mulheres. A possibilidade de pensar ‘a certeza interna de quem

*somos' para além da anatomia e genitália do corpo proporcionou a reflexão sobre como as identidades sexuais e de gênero são gestadas e sua relação com as normas comportamentais previstas para cada corpo sexuado*¹⁵ (p.80)

A expressão “identidade de gênero” surgiu pela primeira vez na década de 1960, quando Robert Stoller, um psicanalista estadunidense, a utilizou para explicar as diferenças entre sexo e gênero nos casos de seus pacientes transexuais e hermafroditas¹¹. Ele já se baseava nas diferenças entre natureza e cultura, atribuindo sexo à primeira e gênero à segunda. Ele considerava que apesar de ser perpassada por componentes culturais, a “identidade de gênero” se relacionava também com aspectos físicos e psíquicos do indivíduo. Acreditava em uma “essência” masculina e feminina, que era estável e permaneceria com o sujeito por toda a vida.

Na década de 1970, o conceito de gênero emerge no contexto do movimento feminista¹⁴⁶, produzindo novos contornos para essa discussão. Neste cenário, gênero era usado numa tentativa de questionar a ideia de que a biologia determinaria o destino¹⁶. Também visava estabelecer uma diferenciação entre o sexo, entendido como biológico, natural, fixo, e o gênero, que estaria ligado às dimensões de construção histórica, social e política das diferenças entre homens e mulheres¹⁷ sendo, portanto, contingencial.

Louro¹⁸ nos diz que desde que Simone de Beauvoir proferiu sua famosa frase ‘Ninguém nasce mulher: torna-se mulher’, muitas de nós se apropriaram desta ideia para indicar que sua maneira de estar no mundo era constituída a partir de uma construção. “Fazer-se mulher dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura”¹⁸(p.17).

¹Para Jesus e Alves: “o feminismo apresenta duas dimensões. Como teoria de análise crítica da situação das mulheres no mundo, é uma linha de pensamento crítica aos papéis impostos histórico-socialmente às mulheres; como modelo de organização, é um movimento que visa a transformação da condição subalternizada das mulheres” (Jesus e Alves, 2012, p.13).

Portanto, desnaturalizar as ideias de feminino e masculino, e conseqüentemente todas as suas características supostamente inatas; problematizar as hierarquias para encarar tais fatos como históricos e provenientes do mundo da cultura; e jogar luz sobre as estruturas de opressão colonial, racista, sexista e econômica modernas, eram tarefas a serem alcançadas com esta ferramenta conceitual¹⁷.

Isso significou, entre outras coisas, que não mais bastava falar sobre as mulheres, era preciso que essas questões fossem ampliadas e discutidas em contraposição à discussão sobre os homens. Ou seja, era necessário incluir a dimensão do masculino para que pudéssemos falar do feminino. Homens e mulheres se definem um em relação ao outro e, segundo Scott¹⁹, não poderiam ser compreendidos através de estudos que os abordassem separadamente, sendo necessário pensar gênero como o conjunto de significados sociais atribuídos à diferença sexual, a partir de uma perspectiva relacional.

Entretanto, esse uso do conceito de gênero não era uma unanimidade e despertava tensões entre diferentes correntes feministas. Nem todas as correntes concordavam com esta mudança de discurso que começa a privilegiar o diferencialismo e a afirmação política das diferenças, em detrimento a igualdade ou igualitarismo¹⁷, por que, potencialmente, diminuiria a força de suas reivindicações.

Na época do surgimento do conceito de gênero, vários países ocidentais assistiam transformações nas formas de organização da vida social, com um crescente número de mulheres se inserindo no mercado de trabalho formal e adquirindo a possibilidade de controlar sua fecundidade. O *status quo* das relações entre homens e mulheres estava sendo transformado²⁰:

“Das mudanças na inserção social das mulheres decorre a busca de maior liberdade individual e autonomia, para a qual um dos elementos nodais é a reapropriação do corpo, pela identificação do corpo como o locus de origem e exercício da dominação sobre

as mulheres, por meio do controle da sexualidade e da reprodução”. (p.2)

Mas não apenas as mulheres sofriam com a regulação de seus corpos e de sua sexualidade. Outros grupos também eram, e ainda são, bastante oprimidos por tais normas culturais. Na esteira da afirmação das diferenças, ao longo dos anos, a discussão se expandiu e se ramificou, possibilitando a inclusão/surgimento das questões de grupos minorizados e oprimidos também em função de questões ligadas ao gênero e a sexualidade, como os homossexuais e os transexuais.

No final da década de 1980, teóricas feministas como Joan Scott no campo da História, e Judith Butler na Filosofia, começam a publicar artigos questionando os pressupostos da diferenciação sexo/gênero. Problematizaram a fixidez do argumento biologicista que dividia a humanidade em dois sexos, e por consequência também, em dois gêneros, questionando a universalidade desta diferença²¹.

Para Butler, “a hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa correlação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito”¹⁶(p.24). Para Scott¹⁹, gênero é resumidamente duas coisas: um aspecto fundante das relações sociais que são baseadas nas diferenças observadas entre os sexos e uma maneira primária de dar significação às relações de poder.

As autoras não negam a diferença entre a materialidade dos corpos, porém o que lhes interessa é a maneira pela qual tais diferenças são apropriadas pela cultura atribuindo-lhes sentidos que justificam seu posicionamento hierarquicamente distinto.

3.1.2 *Gênero e outros marcadores sociais da diferença: a questão das interseccionalidades*

Além da dimensão do gênero, outros marcadores sociais regulam as relações de poder e localizam socialmente os sujeitos. Cor/raça, classe social, orientação sexual, escolaridade, idade, são alguns exemplos de categorias que são usadas como forma de subalternização de alguns sujeitos frente a outros em circunstâncias determinadas.

Estas categorias não atuam de forma exclusiva, nem independente. Kimberlé Crenshaw, ativista estadunidense e professora de direito especializada em questões raciais e de gênero, definiu o conceito de interseccionalidade como formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação. Este conceito nos ajuda a tornar mais clara a localização social hierarquizada dos sujeitos, a partir da interpretação destes marcadores de forma articulada.

A autora explica que este conceito surgiu na tentativa de dar visibilidade àquelas (originalmente às mulheres negras) que, apesar de inseridas em determinados grupos sociais, tinham suas questões invisibilizadas por suas especificidades dentro do grupo. Por exemplo, no movimento feminista, apesar de serem mulheres, sofriam com problemáticas diferentes das mulheres brancas e suas questões não eram consideradas. Assim também acontecia no movimento negro, em que problemas enfrentados por homens negros sobrepujavam os delas.

Desta forma, mesmo sendo mulheres e negras, elas não eram adequadamente representadas por nenhum dos dois movimentos. A partir daí, o conceito se expandiu para abarcar também outros tipos de invisibilização:

*“As supressões dentro da interseccionalidade não são exclusivas das mulheres negras. Pessoas de cor dentro do movimento LGBTQ; meninas de cor na luta contra a via escola-prisão; mulheres dentro dos movimentos imigrantes; **mulheres trans dentro dos movimentos feministas**; e pessoas com deficiências a debater o abuso por parte da polícia – todas enfrentam vulnerabilidades que refletem intersecções de racismo, sexismo, opressão de classes, transfobia, capacitismo, entre outras. A interseccionalidade deu a vários ativistas uma forma de*

*apropriar as suas próprias circunstâncias e lutar pela sua visibilidade e inclusão”.*²² (grifo meu)

A autora explica que a interseccionalidade trata de como as pessoas e instituições usam as identidades para justificar exclusão e privilégios ²² muitas vezes difíceis de enxergar:

“Reconhecer o privilégio é difícil – particularmente para aqueles que também passaram por discriminação e exclusão. Enquanto mulheres brancas e homens de cor também passam por discriminação, demasiadas vezes as suas experiências são o ponto de partida para todas as conversas sobre discriminação. Ser a frente e o centro das conversas sobre racismo ou sexismo é um privilégio tão complicado que muitas vezes é difícil de o ver”.
²²(s/n)

Se olharmos para o caso das pessoas trans dentro do movimento LGBT perceberemos que muitas das suas especificidades ficam à sombra de outras mais prevalentes como as dos homens e mulheres cis, gays e lésbicas. E no universo de pessoas trans, outros marcadores como o gênero, a cor/raça, a orientação sexual, a classe social, o território de nascimento, a escolaridade, localizam esses sujeitos de formas diversas na hierarquia social . “Uma das razões pelas quais a interseccionalidade constitui um desafio é que , francamente, **ela aborda diferenças dentro da diferença**”²³(p.9).

Joan Scott, em 1995¹⁹, já alertava para a importância dessa articulação entre as diferentes categorias:

“O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos”. ¹⁹(p. 73)

A centralidade concedida ao gênero como principal força social opressora foi questionada. Ainda assim, a dimensão de gênero, articulada a outras, permanece como

uma categoria de análise importante para pensar as formas de organização social e as relações de poder que se estabelecem em diferentes contextos.

3.1.3 *Fluidez, dinamismo e incompletude: o gênero sob novas perspectivas*

Repensar o gênero ainda é uma problematização imprescindível pois historicamente, como vimos, esta se tornou uma dimensão da existência tão fundamental para nossa forma de se relacionar com o mundo e com os outros, que fora desse parâmetro a vida se torna “ininteligível”. Mesmo antes dos bebês nascerem, já somos impelidos a determinar e divulgar o sexo daquele ser que está por vir à luz. É como se diante deste suposto fato biológico, muito do seu destino e da sua maneira sexuada de ser já estivessem necessariamente pré-determinados.

Mas, como nos afirma Louro¹⁸, o que faz um sujeito masculino ou feminino está para além da nomeação corporal recebida no nascimento enquanto macho ou fêmea. Gênero e sexualidade são construções contínuas que se estendem por toda a vida, de modo infundável. Muitas são as instâncias presentes neste processo, como a família, a escola, a ciência, a igreja, as instituições legais, a mídia, a medicina, as artes e etc. Todos estes funcionam como “pedagogias culturais”, nos ditando como devemos atuar no mundo. São múltiplas as práticas e aprendizagens que se dão sutilmente ou explicitamente nas mais distintas situações, através desta gama inesgotável de instâncias sociais e culturais. Um processo minucioso, sempre inacabado e interminável.¹⁸

Quando as coisas não se passam da forma mais ordinária, quando há algum tipo de desafio à norma de gênero hegemônica, à qual todos nós estamos submetidos, o desequilíbrio provocado pode gerar reações sociais bastante violentas. Nesta questão acompanho Louro quando esta afirma que:

“O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam este processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada”²⁴(p.15).

Qualquer outra forma de existir será medida a partir desta referência e será marcada, classificada e, muitas vezes, discriminada. Rótulos identitários são distribuídos e o sujeito é fixado em determinado lugar social de maior ou menor valorização. Para Scott ¹⁹, as normas se constroem na rejeição que reprime possibilidades alternativas. A posição declarada como única possível é a dominante e a história posterior omite o conflito, as tensões subjacentes, passando uma ideia de que o normativo é produto do consenso social.

Em oposição a isso, algumas teorias utilizam o conceito de gênero como uma categoria dotada de dinamismo e flexibilidade, utilizada para refletir, por exemplo, sobre as diferentes expressões identitárias de gênero que ultrapassam qualquer engessamento binário. A teoria Queer é um bom exemplo. Como descreve Louro¹⁸, esta forma de pensar não deseja estabelecer referências, apenas se contrapõe às normas sociais regulatórias. Ela se estabelece no desconforto da ambiguidade, da fronteira, do indefinível. Se traduz num “corpo estranho” que traz incômodo, perturbação, mas ao mesmo tempo, provocação e fascínio.

Esta é uma vertente teórica que esgarça o conceito de gênero e o utiliza para compreender diferentes maneiras de expressar identidades generificadas. Neste sentido a atualização do debate no campo se faz necessária.

Hoje, gênero é um conceito que, apesar de ter sido absorvido socialmente e de ter sido incluído em diversos debates públicos, ainda é utilizado de forma bastante controversa e confundido por grande parte das pessoas com o próprio sexo. Isso, muitas vezes, provoca exclusões, sofrimento e negação de direitos quando pensamos em pessoas que escapam a esta lógica binária, em especial as pessoas trans.

Para pensar em como esta lógica se estabeleceu e se tornou prevalente, determinando as possibilidades de ser dos sujeitos, as ideias de Judith Butler nos auxiliam. Como vimos, a autora desconstrói o conceito de gênero e propõe alguns avanços. Importante notar que, em suas palavras, desconstruir é diferente de descartar ou negar. Refere-se mais a ideia de abrir um termo, como o gênero, por exemplo, e colocá-lo em questão, possibilitando novas utilizações, antes desautorizadas²⁵.

Alguns dos seus mais importantes escritos são o livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*²⁶, e *Bodiesthatmatter*²⁷, onde problematiza esse conceito basilar da teoria feminista. A autora avança na discussão do conceito quando critica o dualismo sexo/gênero, quando o primeiro era entendido como natural e o segundo como socialmente construído. Como vimos, Joan Scott também partilha desta crítica:

“la pareja binaria sexo/género continua en su lugar a pesar de una generación de trabajo académico encamiñado a desconstruir esa oposición. (Como ya lo mencioné, la desconstrucción insistió en que el sexo, como el género, tenía que ser comprendido como un sistema de significado atribuido; ni el sexo ni el género eran producto de la naturaleza sino de la cultura. El sexo no era un fenómeno transparente; adquiriría su estatus natural de modo retrospectivo, como justificación para la asignación de roles de género)”²⁸(p.98)^j.

Ambas vão além e contestam a própria concepção de mulher, natureza e sujeito, sublinhando a necessidade de historicizar estes conceitos. Scott²⁸ afirma, por exemplo,

^j Optei por manter as citações no idioma original da publicação consultada.

que não há uma essência de ser mulher, não há estabilidade no sujeito. Defende que o que existem são as sucessivas interações entre termos, sem uma referência fixa, que por isso nem sempre querem significar a mesma coisa. As significações são mutáveis e construídas na relação entre as palavras e dessas com o contexto.

Butler¹⁶, também defende a ideia da instabilidade e da não essencialidade das identidades. Essas seriam, para a autora, constituídas em sua performatividade e sempre na relação com a diferença. Sua premissa também é de que nada somos em essência, o sujeito é apenas uma expressão de nós. Em relação ao enunciado “A gente não nasce mulher, torna-se mulher” de Simone de Beauvoir, afirma que segundo sua leitura, não há garantias de que aquele que “torna-se mulher” precisa necessariamente ser a fêmea. Contrariando algumas das teorias feministas da época, dizia que o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, e não um ser substantivo, o sujeito seria assim um efeito, e não um sujeito uno e estável.

Em relação à questão da diferença sexual, Butler²⁹ afirma que esta nunca é simplesmente uma questão material, e é indissociável da demarcação discursiva. Afirma que a categoria “sexo” é desde sempre normativa, no sentido foucaultiano quando fala do “ideal regulatório”. Sexo seria, então, uma prática regulatória que produz os corpos que governa, através da reiteração forçada das normas sociais hegemônicas, não podendo ser confundido com uma condição estática.

A autora chama a atenção para o fato de que a necessidade da constante reiteração desta norma denuncia a incompletude de sua materialização, os corpos nunca se conformam completa, constante e indubitavelmente:

“Na verdade, são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por este processo, que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória”²⁹ (p.154).

Uma destas rearticulações que nos interessa em particular é a própria transexualidade.

3.1.4 *Sobre a transexualidade e a norma hegemônica: transgressões e acomodações à cisheteronormatividade*

Berenice Bento, socióloga brasileira que muito se dedicou a estudar a transexualidade, nos diz que tratar desse tema nos ensina a respeito das convenções sociais sobre a masculinidade e a feminilidade³⁰. São pessoas que reivindicam o pertencimento a um gênero diferente daquele que lhes foi atribuído ao nascer.

Em nossa sociedade, tal reivindicação já foi vista como pecado, crime, ou patologia. São diversos os discursos que procuram normatizar esta experiência, caracterizando-a como desvio. A autora, porém, apresenta outra perspectiva, na qual a transexualidade se traduz em uma experiência identitária em conflito com as normas de gênero vigentes. Ou seja, sua problemática está mais ligada ao campo dos conflitos com as normas culturais hegemônicas do que ao campo da saúde mental. Para a autora, precisamos problematizar os critérios de normalidade e anormalidade para falar daqueles que experimentam o gênero para além da diferença sexual³¹. Silva reflete sobre o processo de normalização das identidades e afirma:

*“Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir à essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa”.*³³ (p.83)

Segundo Arán³⁴, antes do século XVII, nossa sociedade convivia de forma bastante livre com a possibilidade da mistura dos sexos. Foi apenas quando as teorias biológicas da sexualidade e as condições jurídicas passaram a ser impostas aos sujeitos,

que passamos a rejeitar, paulatinamente, a mistura de dois sexos em um só corpo e passamos a restringir, a liberdade de escolha dos sujeitos.

Isso se deu a partir do século XVIII, quando começou a surgir um dispositivo de controle dos sujeitos e das populações através de uma rede de proliferação de discursos, saberes, e poderes que produziram a construção de uma verdade sobre o sexo, o dispositivo da sexualidade³⁵. Este corresponde a uma série de enunciados científicos, discursos heterogêneos, regulamentações, leis, instituições, proposições morais, etc. No início do século XIX, este dispositivo passa a atuar em nome da felicidade, da produtividade e da saúde através de métodos e procedimentos de controle, com o aparecimento das tecnologias médicas do sexo, veiculando rituais e tradições a partir dos quais se criam padrões de normalidade e anormalidade. Para Miskolci³⁶:

*“O processo de normalização teve um intuito disciplinar, o qual se relaciona com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa. A Revolução Burguesa do século XVIII não marcou apenas a constituição de uma nova sociedade institucional, mas também a invenção de uma nova tecnologia de poder baseada na disciplina. Esse poder disciplinar ou normativo se caracteriza por uma técnica positiva de intervenção e transformação social. O projeto normativo burguês se assenta na norma como um princípio de qualificação e de correção ao mesmo tempo. Assim, a norma não visa excluir ou rejeitar, antes é a pedra de toque de um exame perpétuo de um campo de regularidade dentro do qual se analisa incessantemente cada indivíduo para julgar se ele é conforme a regra ou a norma hegemônica”.*³⁶ (p.110)

Com o passar do tempo tais padrões foram ganhando força, e passam a estabelecer, dentre outras coisas, a heterossexualidade como ‘a sexualidade normal’. Num modelo preconizado pelo discurso médico, cada vez mais valorizado socialmente, a sexualidade deveria se expressar dentro de rígidos parâmetros, visando exclusivamente a reprodução. Tudo o que se diferenciava disso era considerado ‘desvio’ ou ‘degenerescência’. A família burguesa incorporou essas crenças, se tornou modelo para as famílias proletárias, e todas passaram a compartilhar com o Estado a função de

controle, em especial da sexualidade infantil. Em resumo “a família tornou-se o local privilegiado para a distinção entre o normal e o anormal e isso se deu a partir do dispositivo de sexualidade”³⁶.

A cisheteronormatividade tem suas raízes nesse cenário, e este será um conceito central para nosso trabalho. Por isso, proponho aqui uma pequena digressão sobre ele. Este conceito surge da associação de dois outros que são a heteronormatividade e a cisheteronormatividade. Ambos são conceitos políticos, surgidos dentro do campo dos estudos de gênero e dos movimentos feministas, aproveitados pela teoria queer e usados para analisar, compreender e, fundamentalmente, criticar as relações de poder e hierarquização baseados na sexualidade e nos gêneros.

O primeiro se refere a heterossexualidade como regra, presumida e compulsória para todos, referência do que seria a sexualidade “natural”, e ainda, quais os comportamentos generificados atribuídos a cada gênero. Nas palavras de Miskolci (2014):

*“O olhar mais crítico à hegemonia heterossexual fez circular entre nós termos como heterossexismo , heteronormatividade e matriz heterossexual . De forma muito geral , heterossexismo explícita quando a heterossexualidade é tomada como um dado , pressuposta ou esperada em teorias, normas jurídicas ou mesmo em relações sociais cotidianas. Heteronormatividade se refere às normas sociais que impõem não necessariamente a heterossexualidade em si, mas seu modelo a outras relações, inclusive entre pessoas do mesmo sexo. A matriz heterossexual designa a expectativa social de que os sujeitos terão uma coerência linear entre sexo designado ao nascer, gênero, desejo e práticas sexuais. Assim, por exemplo, alguém com vagina teria que – obrigatoriamente – ser feminina, ter desejo por pessoas com pênis/masculino e ser passiva sexualmente. Sobretudo, são três conceitos queer que permitem criticar aspectos normalizadores presentes na vida social e que antes eram tidos como “naturais” ou inquestionáveis. Também constituem um olhar mais sociológico para a sexualidade como um dos eixos de organização política e hierarquização coletiva”.*³⁷ (p.14)

Sendo assim, a heteronormatividade vai além da regulação de práticas sexuais, incidindo também sobre o gênero. Para Jackson³⁸ esta norma influencia tudo o que é incluído no que se poderia chamar de um ‘estilo de vida normal’.

Já o conceito de cisgeneridade, de onde decorre o de cisnormatividade, é mais recente e surge dentro do movimento transfeminista (sobre o qual falaremos mais adiante) como uma forma de explicitar e criticar a naturalização das identidades não-trans, tidas como referência de normalidade e saúde^{k39}. O sujeito denominado cisgênero é aquele cuja identidade de gênero corresponde às expectativas sociais sobre o sexo que lhe foi atribuído ao nascimento⁴⁰. Ele também passa por um processo de identificação e construção de sua identidade generificada, porém, este é invisibilizado por ser naturalizado e se constituir como a norma. Como explica Guimarães⁴¹, se referindo à diferença entre as construções identitárias cis e trans:

“Outra ideia importante a se desmontar é que pessoas cis simplesmente ‘sejam’ o seu gênero. Todas as pessoas se identificam como um gênero. Todas as pessoas constroem o próprio gênero. A única diferença é que pessoas cis tem o privilégio de não perceberem que o fazem, pois esse gênero lhe é dado de bandeja desde o nascimento, criando a falsa impressão de que uma mulher cis simplesmente ‘é mulher’ pois tem vulva, ou útero, ou seios; enquanto que uma mulher trans* ‘se identifique como’ mulher, apesar de ter um pênis, ou testículos, ou barba”.

⁴¹(s/n)

A cisnormatividade se constitui, então, como a expectativa social normalizadora que pressupõe que todos sejam a princípio cis, subalternizando e desqualificando outras possibilidades identitárias. Poder nomear a cisgeneridade (em oposição simétrica a transgeneridade), é, ao mesmo tempo, explicitar e desnaturalizar esta norma. Em entrevista a Boris Ramirez⁴², Viviane Vergueiro afirma:

^k “Os primeiros aparecimentos do termo ‘cis’ são atribuídos à professora de biologia Dana Leland Defosse, em um fórum da Universidade de Minnesota, no ano de 1994 (DEFOSSE, 1994). Sua cunhagem teria vindo da percepção da necessidade linguística de um termo que pudesse se opor ao prefixo trans e, especialista em bioquímica, Defosse teria introduzido o termo cis para descrever pessoas não -trans”. (Bonassi, 2017, p.23)

“Penso a cisgeneridade como um posicionamento , uma perspectiva subjetiva que é tida como natural , como essencial , como padrão . A nomeação desse padrão , desses gêneros vistos como naturais , cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente, como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque esse posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo”.*⁴² (p. 16)

Para compreender como funciona esta norma, Vergueiro explicita três eixos que a constituem:

*“Eu penso cisgeneridade a partir de três eixos, de três ideologias de gênero: Que o gênero é algo pré-discursivo, ou seja, que os corpos já trazem a mensagem de qual é o gênero deles; por outro lado, a ideia de que gênero seja algo binário, e aí você exclui todas as perspectivas de gênero não binárias e que são várias, inclusive muitas delas são pré-coloniais, resistentes hoje em uma pós-colonialidade, que são diversas e não eurocêntricas, não ocidentais; e, em terceiro lugar, pensar a ideia que o gênero seja algo permanente nas vivência das pessoas. Esses três pilares configuram o que eu caracterizo como a cisgeneridade, a cisnormatividade. A prerrogativa que esses gêneros seguem essas regras de binariedade, de permanências e de pré-discursividade, ou seja, o médico falou aquilo, você é homem, você parece homem, esses três aspectos configuram os gêneros vistos como algo naturais, vistos como corretos, como de Deus, como padrão, e o padrão com o qual as pessoas trans são anormalizadas, inferiorizadas, excluídas ao acesso de muitas coisas e expostas a violências, etc”.*⁴² (p. 19)

Apesar de existirem argumentos¹que defendem fazer mais sentido trabalhar os conceitos de heteronormatividade e cisnormatividade em separado por se tratarem de normas sociais hegemônicas que se referem a diferentes esferas das experiências das pessoas, sendo a primeira mais voltada para a orientação sexual e a segunda para a

¹ Para um maior aprofundamento desta posição ver o artigo de Bagagli, 2017: “Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas”. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras>. Acessado em 10/03/2019.

identidade de gênero⁴⁰, acredito que pensar de forma articulada nos ajuda a complexificar, e tornar mais ampla, a compreensão das relações de poder estabelecidas socialmente. Ambas estão intimamente imbricadas e se influenciam recursivamente. A heteronormatividade regula muito mais do que o desejo e as práticas sexuais interferindo diretamente nas expectativas sociais performativas para cada gênero, e a cisheteronormatividade também influencia diretamente na forma como os relacionamentos afetivo-sexuais se estabelecem e são legitimados (ou não) pela sociedade.

Desta forma, opto por acompanhar autoras como Angonese⁴³, Angonese e Lago⁴⁴ e Mattos e Cidade⁴⁵, na utilização do conceito de cisheteronormatividade para analisar e compreender as experiências de pessoas trans no escopo deste trabalho.

Retomando a discussão sobre a transexualidade, podemos pensar que ao descolar o estatuto do gênero próprio, da materialidade do corpo assujeitado à cisheteronormatividade, as pessoas trans tentam rearticular esta norma fazendo surgir novas possibilidades de efeitos identitários. Mas essa agência transgressiva nem sempre é possível pois depende de fatores anteriores e externos ao sujeito. Segundo Butler²⁵ a:

*“capacidade de agir é sempre e somente uma prerrogativa política. Enquanto tal, parece essencial questionar as condições de sua possibilidade, não a tomar por uma garantia a priori. Ao contrário, precisamos perguntar que possibilidades de mobilização são produzidas com base nas configurações existentes de discurso e poder. Onde estão as possibilidades de retrabalhar a matriz de poder pela qual somos constituídos, de reconstituir o legado daquela constituição, e de trabalhar um contra o outro os processos de regulação que podem desestabilizar regimes de poder existentes? Pois se o sujeito é constituído pelo poder, esse poder não cessa no momento em que o sujeito é constituído, pois esse sujeito nunca está plenamente constituído, mas é sujeitado e produzido continuamente”.*²⁵(p.22)

Butler²⁹ declara que, aos que não aderem à norma, resta serem vistos como seres abjetos, aqueles que ocupam zonas inóspitas e inabitáveis da vida social. Seriam os que demarcam o limite definidor do domínio do sujeito, que se constitui justamente

na contraposição, na exclusão deste exterior abjeto com o qual teme identificar-se. Este repúdio fundante denuncia que este exterior está, afinal, dentro do sujeito.

A autora sugere, ainda, que a perturbação constante e ameaçadora da qual padece o sujeito vinda do exterior/interior abjeto, seja considerada não como questionamento constante das normas sociais, mas como sua forma de lutar para remodelar a legitimidade e inteligibilidade simbólicas em seus próprios termos. Aqui entra a possibilidade de considerarmos caminhos para novos lugares sociais para pessoas trans, não pela busca de legitimação, como em geral vemos acontecer, como por exemplo em algumas linhas do movimento feminista, mas problematizando as noções de legitimidade e inteligibilidade em si mesmas.

Uma das teorias que nos ajudam a pensar de forma diferenciada estas questões é o transfeminismo que, a despeito das diferentes linhas que já engloba, pode ser definido desta forma, segundo Jesus e Alves⁴⁶:

“O feminismo transgênero ou transfeminismo é, particularmente, um movimento intelectual e político que: 1) desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia; 2) reitera o caráter interacional das opressões; 3) reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais, e as experiências pessoais da população transgênero de forma geral; e 4) é aberto, e pode ser validado por quaisquer pessoas, transgênero ou cisgênero. O último aspecto supracitado do feminismo transgênero é substantivo para sua preservação, porque amplia a extensão das questões associadas às vivências trans e reforça o caráter indispensável de solidariedade com e entre todas as pessoas, no afã de superar o sexismo e o machismo que fazem sofrer e limitam o potencial humano de homens e mulheres”.
⁴⁶(p.13)

Este se constitui como um movimento social que busca transformar a realidade, e como uma teoria, que nos ajudará a embasar as análises a respeito das histórias de vida apresentadas neste estudo. Muito de sua produção vem de fora da academia, apresentando um saber descentralizado, por vezes chamado de subalterno, que emana

principalmente das redes sociais e blogs na internet. Esta rede virtual possibilitou que novos lugares de fala, antes silenciados, ecoassem, produzissem saberes diversos e se proliferassem. Como nos adverte Jesus⁵:

“Precisamos questionar o olhar-posicionamento que coloca a Ciência como único lugar de fala possível, ou como o melhor. Há outros sujeitos de fala, igualmente dignos, mesmo que dominem códigos diferentes, e que tenham propósitos diversos”⁵(p.18).

Desta forma, os olhares e dizeres sobre a transexualidade, passaram a ser cada vez mais produzidos e difundidos a partir dos próprios autores e autoras trans, dentro e fora da academia.

3.1.5 Tecendo visibilidades: da invisibilidade à (des)construção de estereótipos

Na última década, além dos conhecimentos transfeministas produzidos na internet em blogs e redes sociais, pudemos acompanhar um considerável crescimento na produção acadêmica sobre os gêneros e interseccionalidades no Brasil, e em especial, sobre as vivências trans. Jesus e Alves⁴⁶, acompanhando Collins⁴⁷, se referem a esse ganho de visibilidade, comparando-o com aquele que aconteceu com o feminismo negro nos anos 1970:

*“A visibilização cada vez maior da população trans se enquadra em um projeto político de emancipação, relacionado à publicização de suas necessidades específicas, suas histórias, suas posições sociais, e com isso se nota algo que o feminismo negro identificou quando de seu surgimento, nos anos 70 do século XX: ao não levar em conta a intersecção entre raça e gênero, o feminismo tradicional não levava em conta as particularidades das mulheres negras, ou sequer as reconhecia como mulheres, cujo modelo idealizado eram as mulheres brancas”.*⁴⁶(p.13)

Segundo Bento³², o aumento da presença de pessoas trans nas universidades, como estudantes de graduação, pós graduação e docentes , assim como o crescente diálogo com os movimentos sociais , contribuíram para esse incremento . Para Miskolci,

“Se xsestranhxs começam a adentrar na universidade , é sinal que se tornou possível voltar-se contra esse processo de rotulação e subordinação social”³⁷(p.22).

Com isso, as questões ligadas ao gênero vêm sendo tratadas de forma diferenciada: “De pouco a pouco, pelas experiências de sujeitos concretos, por estudos e ativismos, o gênero está, finalmente sendo abolido do corpo-cromossômico-neural-hormonal”³²(p. 5).

Mesmo que algumas dimensões da vida de pessoas trans ainda não tenham sido amplamente abordadas (são poucos os trabalhos que se debruçam a pesquisar as famílias de pessoas trans, suas inter-relações e experiências, por exemplo), outras, como as questões ligadas a despatologização e a desestigmatização da transexualidade vêm ganhando força, neste cenário onde as identidades de gênero vem sendo desmistificadas e ganhando contornos de inteligibilidade e legitimidade.

Na última década, a visibilidade dos homens trans aumentou, a luta organizada das travestis e mulheres trans cresceu, e a luta pelos direitos humanos se intensificou. Pudemos ver o surgimento de associações como a Associação Brasileira dos Homens Trans^m, a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivasⁿ, a Associação Brasileira pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo^o, para citar apenas três.

Vimos, também surgir eventos importantes para as discussões dos temas de interesse desta população e para a divulgação dos trabalhos e estudos acadêmicos que vem sendo feitos. Para citar apenas alguns realizados nos últimos dois anos, tivemos,

^mA ABHT é uma Organização da sociedade civil e tem como objetivo a promoção da cidadania e os direitos humanos da população de homens trans e LGBT no Brasil. Site: homenstrans.blogspot.com.

ⁿA ABRAFH foi criada em 2013, e é voltada para a representação política e defesa dos direitos de gays, lésbicas, travestis e transexuais que tenham ou que pretendam ter filhos. Promove assistência psicológica e jurídica para seus membros e busca a promoção de uma imagem social legitimadora de suas identidades. Site: abrafh.org.br

^oA ABRASITTI é uma associação brasileira que visa promover práticas justas de atenção à saúde de pessoas que não estão representadas em narrativas científicas que naturalizam a cisheteronormatividade como as pessoas trans, sejam mulheres transexuais, homens trans ou pessoas não-binárias, mas também a travestis e pessoas intersexo. Site: <https://pt-br.facebook.com/ABRASITTI>.

por exemplo, o “Gênero Ameaça(n)do: Análises e Resistências”^p, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), realizado em outubro de 2017, o “V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades”, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em setembro de 2017, o “II Congresso Internacional da ABRAFH”, em julho de 2018.

Atualmente, também vivemos uma publicização das identidades trans na mídia, com uma proliferação de diferentes programas contando histórias de pessoas e personagens trans como a novela “A força do Querer”^q da Rede Globo, filmes como “Paraíso Perdido”^r de Monique Gardenberg, documentários como o “Divinas Divas”^s de Leandra Leal, e o “Favela Gay”^t de Rodrigo Felha, programas como o “Histórias de adoção”^u e “Liberdade de Gênero”^v do GNT, dentre vários outros.

Tal exposição possibilitou que a sociedade, de uma forma geral, se desse conta da presença da transexualidade em contextos fora dos ‘guetos’ como o das drogas e da prostituição, ainda muito associados a esta população. Schulman ⁴⁸, salienta que “raramente, as representações contemporâneas retratam seres humanos complexos, com autoridade e sexualidade, afetados pela homofobia para além de suas outras experiências humanas, seres humanos que são protagonistas” (p.72).

Apesar de muitas vezes serem apresentadas de forma estereotipada, as pessoas trans puderam ser vistas de várias maneiras, dando visibilidade a identidades e vidas, antes invisibilizadas. Se estas formas ainda estão longe do ideal, ao menos podem ser

^pEvento coordenado em conjunto por Anna Uziel e Fernando Pocahy(Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), Marcos Nascimento (Fiocruz), Larissa Pelucio (Universidade Estadual Paulista – Unesp), Heloisa Buarque de Almeida (Universidade de São Paulo – USP), e Eric Fassin (UniversitéParis 8).

^q Novela de Glória Perez que apresentava o personagem de um rapaz trans e a história de sua transição. Foi exibida no ano de 2017.

^rO filme trata de histórias de família, homofobia, e relacionamentos afetivos com o clube noturno Paraíso Perdido como pano de fundo. Ano 2017.

^sDocumentário de 2016, que relata a trajetória de oito artistas ícones do travestismo na década de 1960.

^tEste documentário aborda as histórias de vida de gays e transexuais em diferentes favelas cariocas. São debatidos temas como homofobia, trabalho e relações familiares. Ano 2013.

^uPrograma do diretor Roberto Berliner sobre diferentes processos de adoção e as histórias das crianças e famílias envolvidas. Veiculado pelo canal aberto GNT desde 2016.

^vPrograma do diretor João Jardim sobre relatos de vida de pessoas trans e não-binárias na família e na sociedade. Veiculado pelo canal aberto GNT desde 2016.

aproveitadas para amplificar e difundir mais debates sobre o que vem sendo apresentado.

Também de grande importância, na área da Educação, foi o recente e intenso debate sobre o suposto ‘Kit gay’^w e a ‘ideologia de gênero’^x. Deturpações foram provocadas primordialmente por movimentos políticos conservadores ligados à bancada evangélica, que ainda acreditam que discutir gênero nas escolas, educando as crianças e jovens para um convívio mais respeitoso com a pluralidade, é indesejável.

No campo dos direitos humanos e cidadania, também percebemos uma crescente luta por avanços com dezenas de decisões judiciais e de projetos de lei que visam assegurar os direitos da população trans. Muitos desses projetos estão aguardando para serem votados no Congresso Nacional. Alguns dos mais relevantes^y, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), são os ligados a criminalização da LGBTfobia, o casamento homoafetivo, a adoção, o acesso a técnicas de reprodução assistida para famílias homoafetivas, a alteração do nome e do sexo nos registros civis.

No atual cenário político, onde forças conservadoras, explicitamente homofóbicas, conseguiram alcançar os mais altos cargos do executivo nacional, além de enorme representatividade no congresso, as expectativas de avanço diminuíram drasticamente. O momento sugere retrocessos. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado pela ministra Damarens Alves, retirou a população LGBT de suas diretrizes de políticas públicas. Apesar de a Ministra afirmar que as

^wReferência pejorativa ao material didático do Programa Escola sem Homofobia, que comporia parte do Programa Brasil sem Homofobia, do Ministério da Educação (MEC) por supostamente doutrinar crianças a se tornarem homossexuais (Romancini, 2018).

^x Termo utilizado muitas vezes para deturpar iniciativas que visavam instituir o ensino e os debates sobre gênero e diversidade nas escolas públicas brasileiras, por pessoas que alegavam que haveria uma intenção de promoção da homossexualidade em crianças. Para mais informações, ver o artigo “Judith Butler: Precisamos parar o ataque à “ideologia de gênero” no site: www.sxpolitics.org, acessado em 27/01/19.

^y Para mais informações, ver o artigo “Os 13 projetos de lei prioritários sobre direitos LGBT que estão parados no Congresso” no site: www.huffpostbrasil.com, acessado em 13 de janeiro de 2019.

questões relativas a esta população ficarão a cargo de uma diretoria subordinada à Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério, esta mudança representa uma perda de espaço da comunidade LGBT no sistema de proteção de direitos humanos.

Mais do que nunca se faz fundamental o aumento da visibilidade das questões trans, em todos os espaços possíveis como, nas escolas, na academia, nas ruas, na mídia, nas casas de cada um de nós. É preciso a implicação da sociedade como um todo e o reforço da articulação dos movimentos sociais para evitar que direitos conquistados sejam perdidos.

3.1.6 Despatologização trans: identidades possíveis e direito à saúde

Há uma mobilização internacional pela despatologização das identidades trans, pelo direito à autodeterminação, e ao reconhecimento legal e social do gênero com o qual os sujeitos se identificam³. Um dos movimentos que representam esta luta é o Stop Trans Pathologization².

Desde 1993, a transexualidade era classificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como doença e listada na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID 10), como “Transtorno de identidade sexual”, um transtorno mental.

Em junho de 2018, a OMS lançou uma versão da CID atualizada, a CID 11, que retira a classificação de “Transtorno de identidade sexual” e a substitui por “Incongruência de gênero”. Esta mudança, apesar de polêmica, é importante pois esta nova classificação já não figura entre os “transtornos de personalidade e

² Este movimento tem como objetivos principais “a retirada da classificação dos processos de transição entre gêneros como transtorno mental nos catálogos diagnósticos (o DSM, da Associação Psiquiátrica Estadunidense, e o CID, da Organização Mundial de Saúde), o acesso a uma atenção sanitária trans-específica que seja pública e gratuita, a mudança do paradigma de atenção sanitária trans-específica de um modelo de avaliação a um enfoque de consentimento informado, o reconhecimento legal de gênero sem requisitos médicos, a despatologização da diversidade de gênero na infância, assim como a proteção contra a transfobia”. Para saber mais: www.stp2012.info acessado em 18 de janeiro de 2019.

comportamento”, mas passa a compor o capítulo de “condições relacionadas à saúde sexual”.

Apesar de podermos considerar esta mudança como um avanço, a “Incongruência de gênero” ainda integra uma lista de ‘condições’ que incluem, por exemplo, as “Disfunções sexuais”. Deixa de ser considerada uma questão de saúde mental, mas ainda é relacionada, mesmo que indiretamente, a um desvio. Apesar disso, existiu um movimento daqueles que trabalharam nesta revisão da CID, para que a transexualidade permanecesse no catálogo, pois isso supostamente facilitaria o acesso dessas pessoas aos serviços de saúde.

A CID 11 será apresentada oficialmente para adoção dos Estados Membro da OMS em maio de 2019, na Assembleia Mundial de Saúde, para que esses se planejem seu uso, preparem suas traduções, treinem seus profissionais de saúde, e passará a vigorar a partir de janeiro de 2022.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), da Associação Americana de Psiquiatria (APA), de 1994, tratava a transexualidade como “Transtorno de identidade de gênero”. Em sua última revisão, em 2013, o DSM-V substituiu este diagnóstico pelo de “Disforia de gênero”. Apesar da retirada do termo ‘transtorno’, permanece o caráter patológico/diagnóstico da transexualidade.

Segundo Butler⁴⁹, o diagnóstico continua sendo valorizado por possibilitar um caminho economicamente viável para a realização de procedimentos médicos ligados à transição, sendo um meio para alcançar a autonomia. É preocupante pensar que pessoas trans precisem de um diagnóstico para terem acesso a serviços de saúde que atendam às suas necessidades, para que tenham direito a tratamentos na rede pública e para que alcancem a legitimação da sua condição identitária no Brasil.

Na Argentina, desde 2012, existe a Lei de Identidade de Gênero (Lei 26.743) que garantiu que o registro civil pudesse ser adequado ao gênero auto-percebido sem necessidade de autorização judicial, e garantiu que os serviços de saúde promovam a adequação corporal aos que assim desejarem. Esta lei foi considerada mundialmente como um grande avanço no reconhecimento da cidadania de pessoas trans.

Enquanto isso, no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou apenas em janeiro de 2018, a Resolução nº 01/2018 que regulamenta os atendimentos psicológicos ao público transexual e travesti, e proíbe os profissionais psicólogos de tratar a transexualidade ou a travestilidade como doenças. Estes ficam também impedidos de praticar qualquer ação que favoreça preconceitos, como terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero. Segundo o CFP, é papel do psicólogo contribuir com a erradicação da transfobia. Para tanto, também fica vedado a estes profissionais a participação em quaisquer eventos ou manifestações que favoreçam, de qualquer forma, a patologização de pessoas transexuais e travestis.

Porém, assim como aconteceu com a Resolução nº 01/1999 que proibia os psicólogos de praticarem qualquer tratamento que visasse a reorientação sexual (que ficou conhecida como cura gay) do sujeitos, a Resolução nº 01/2018 também vem sofrendo ataques públicos, a partir de medidas judiciais que visam anular sua aplicabilidade. Em abril de 2018, o Ministério Público de Goiás impetrou uma ação civil pública na tentativa de declará-la inconstitucional. Após perder esta primeira ação, entrou com uma segunda, que também não obteve êxito. Apesar dessa vitória no campo judicial, fica claro o cenário de resistência aos avanços conquistados pela comunidade LGBT no campo dos direitos humanos e a possibilidade de haver recuos.

3.1.7 *Pensando a passabilidade em nosso cenário social: recurso, direito ou retrocesso*

A passabilidade é um termo muito utilizado entre pessoas trans e apropriado pela academia, que nos ajudará a pensar de que maneira a cisheteronormatividade é reforçada por alguns aspectos das experiências transexuais.

Segundo Bento³², é quando nos guiamos por uma “determinação natural” das condutas que criamos expectativas prévias e fixadas do que é feminino e do que é masculino, e que acreditamos que estas devem apresentar correspondência direta com os corpos de mulheres e homens.

Quando ouvimos as histórias de vida de pessoas trans, somos convocadas a um alinhamento com outras maneiras de pensar na busca por compreender como as corporalidades e subjetividades não-lineares são afetadas por estes regimes de inteligibilidade de gênero, que se projetam nas relações sociais, definem critérios de reconhecimento social e legitimidade, e hierarquizam as desigualdades⁵⁰.

Como vimos, os prefixos ‘cis’ e ‘trans’ são utilizados para localizar homens e mulheres em posições sociais diferentes. Tal diferença gera hierarquias na nossa sociedade, legando às pessoas ‘cis’ o lugar da referência, da norma, e às pessoas ‘trans’ o lugar do desvio, patologizado, inferiorizado. Fica implícita a ideia da primazia do suposto biológico/natural, o que justificaria a alegação de que as pessoas ‘trans’ não seriam homens ou mulheres “de verdade”. A este respeito, Jesus⁵ esclarece:

“Todos os seres humanos nascem com um sexo biológico/ uma conformação genital e se tornam alguém de um gênero que corresponde ou não às expectativas [sociais] sobre este sexo/ conformação genital. [...] A partir dessa compreensão tornam-se inteligíveis mulheres com pênis ou homens com vagina. Quando o conceito de gênero é central, compartilha-se a noção de que o primado do sexo biológico não se impõe sobre o gênero que se produz discursivamente, reconhece-se que o ideal normativo do sexo é incapaz de explicar a pluralidade de identidades de gênero identificadas ao longo da História da humanidade. E se torna crível que as pessoas, na sua diversidade, podem ser felizes como

são porque a fisiologia não as restringe, apenas as particulariza”. (p.22,23)

Como nos explicita a autora, o ‘ideal normativo do sexo’ (binário), é insuficiente para abarcar a diversidade de identidades de gênero, o que muitas vezes acaba por embaçar as fronteiras entre cis e trans. Existem inúmeras experiências fluidas e/ou fronteiriças que se opõem à fixidez desta definição normativa que pretende categorizar/produzir os sujeitos e fixá-los em um de dois lados.

Ao mesmo tempo, outras pessoas trans caminham na direção inversa. Buscam justamente a assunção mais plena possível de um dos gêneros do binômio homem/mulher, seguindo o modelo oferecido pela cisheteronorma. A passabilidade é um dos caminhos que possibilitam a aproximação desta plenitude. Ela representa o quanto a sociedade lê a pessoa trans como se fosse cis. Tal leitura está associada ao desenvolvimento de traços físicos e modificações corporais, tom de voz, trejeitos e comportamentos que estão referidos, na norma binária, ao gênero assumido.

A busca pela passabilidade nos faz questionar o caráter subversivo atribuído às pessoas trans em geral. Se, por um lado, a experiência da transexualidade transgride as normas de gênero hegemônicas, por outro, há também uma busca por enquadramento. Pessoas trans podem ser, em algumas situações/relações, tão conservadoras quanto quaisquer pessoas cis (e muitas vezes são) em diversas dimensões da vida, como por exemplo, no exercício da parentalidade, na relação conjugal, e até mesmo na visão que têm a respeito dos significados sociais atribuídos ao ‘ser homem’, ao ‘ser mulher’, ao ser ‘normal’. O aspecto “transgressor”, diferentemente do que parece ser o senso comum, pode estar ligado apenas à forma como construíram sua identidade de gênero, divergindo do gênero que lhes foi atribuído ao nascer. Em alguns casos, a passabilidade pode representar um movimento que busca uma suposta ‘normalização’ da existência

⁵²e passa a operar como se a transexualidade devesse ser mascarada, apagada, esquecida, reafirmada, assim, como algo indesejável.

É também um recurso que torna-se mais ou menos relevante dependendo do contexto e da relação que o sujeito está vivenciando em cada momento. A importância atribuída à passabilidade pode ser diferente em um encontro entre amigos e em uma entrevista de emprego, por exemplo.

Outro aspecto importante a ser considerado é o de que a passabilidade representa fundamentalmente uma fonte de segurança. Funciona como um “armário” ⁵² onde algumas pessoas passam a poder exercer seu direito de escolher não revelar sua transexualidade socialmente. Tal escolha está, em geral, ligada ao estigma que pessoas trans carregam em nossa sociedade. “É o medo do gigantesco aparelho coercitivo de gênero montado pela sociedade que estimula a maioria das pessoas transgêneras a buscarem a segurança e a invisibilidade social proporcionada pelo armário”⁵²(p.257).

Vendo desta maneira, para muitas pessoas trans, a passabilidade é um objetivo a ser alcançado, expresso pelo desejo comumente manifesto de querer ser “apenas mais um na multidão”, como uma estratégia de enfrentamento frente a situações de violência. É um recurso especialmente importante no espaço público, onde a circulação é regulada, entre outras coisas, por “eixos de diferenciação que têm nas normas de gênero um de seus marcos” ⁵⁰(p. 407). Se olharmos pelo viés do preconceito e da transfobia, torna-se uma tática de sobrevivência, dado que vivemos em uma das sociedades mais violentas do mundo para este grupo social.

Paradoxalmente, a passabilidade acaba por contribuir para reforçar a cisheteronorma quando ratifica que quanto mais a pessoa trans se parecer com o ideal deste modelo, mais aceitabilidade, reconhecimento, legitimidade, receberá e assim, reproduz as desigualdades sociais. Segundo Pontes e Silva⁵⁰,

*“ao estabelecer como objetivo último da transição a possibilidade de ‘passar por cis’, a experiência da passabilidade como horizonte normativo acaba por definir e aplicar valores aos corpos e por conseguinte, aos próprios sujeitos, explicitando relações de hierarquia”*⁵⁰(p. 404).

Esta circunstância se torna ainda mais grave quando consideramos que a passabilidade não está igualmente disponível para todos. Além das características físicas (altura, tamanho das mãos e pés, formato do rosto etc.), que contribuem em diferentes graus para maior ou menor passabilidade, marcadores sociais como classe social, idade e raça-etnia também interferem nas condições para alcançá-la. Nas palavras de Pontes e Silva⁵⁰:

*“De um lado, a noção de passabilidade permite apreender possibilidades de agência que, embora restringidas pelas normas, ensejam uma esquiva diante da abjeção e parecem questionar a perspectiva que toma as corporalidades trans como invariavelmente subversivas, enfatizando o caráter contextual da dissidência e das correlações centro-margem nas normas de gênero; e, por outro lado, nota-se a interação entre classe/raça/etnia e outros marcadores na definição de quais sujeitos alcançam a passabilidade, delimitando o acesso a recursos simbólicos, afetivos, técnicos que maximizam/minimizam condições de agenciamento”*⁵⁰(p. 410).

Como nos diz Viviane V.^{aa}: “Por vezes sinto uma certa frustração ao perceber o quanto meu agenciamento e empoderamento enquanto pessoa trans acaba estando relacionado ao quanto eu seja ‘passável’ como pessoa cis, ou privilegiada em outros quesitos – como classe social, e raça-etnia”⁵¹ (p.42).

Outra dimensão onde a importância da passabilidade se faz presente é, muitas vezes, o registro afetivo-sexual. Como vimos, há uma expectativa social de linearidade entre a conformação genital, o gênero e o desejo. Dentro da lógica cisheteronormativa, existem corpos mais legítimos que outros, até mesmo para os relacionamentos

^{aa} Aqui, apesar de me referir a autora Viviane Vergueiro já mencionada anteriormente, a cito da forma como ela escolheu se apresentar neste artigo.

amorosos, que abarcam as expectativas de uma prática sexual que associa sexo ao gênero.

Neste sentido, um homem sem pênis ou uma mulher sem vagina estariam em ‘desvantagem’ no cenário afetivo-sexual regulado por esta norma. Seus corpos e sua orientação sexual são colocados em questão, assim como a sexualidade de seus parceiros. A heterossexualidade e a homossexualidade teriam como elemento essencial os genitais.

“A categoria do corpo na sua relação com a sexualidade passa a se tornar uma questão central para a compreensão da sexualidade das pessoas trans ou das pessoas que se relacionam com elas. É por meio do corpo que o sexo é significado e também é por meio dele que a sexualidade das pessoas trans e daquelas que se relacionam com elas é posta em uma posição de excepcionalidade – não se sabe qual é a sexualidade das pessoas trans e das pessoas que se relacionam com elas na medida em que não se sabe como interpretar, posicionar, classificar, ler ou simbolizar os corpos trans”.⁴⁰ (p.144)

Por fim, resalto outro importante aspecto ligado à passabilidade que é o quanto transicionar se liga a absorver os códigos de gênero hegemônicos para além das aparências físicas e comportamentais. Observar que as relações de poder em uma sociedade sexista se invertem quando um sujeito transiciona, e que este passa a habitar outros lugares sociais em que a relação opressor/oprimido, maior/menor status social, pode ser invertida, trazendo inúmeras consequências, não é uma operação banal. As expectativas sociais em torno das performances masculinas ou femininas, e o lugar social ocupado por homens e mulheres em nossa sociedade são diferenciados e estão permanentemente associadas aos corpos que encarnam, cobrando destes corpos, o cumprimento de um código de condutas para sua validação e passabilidade. Isso nos remete a uma outra questão: que homens e que mulheres queremos ser?

3.2 FAMÍLIA E PARENTALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: ANTIGAS CRENÇAS, NOVAS CONFIGURAÇÕES

A proliferação de possibilidades de arranjos no grupo social que conhecemos como família faz com que sua conceituação represente um desafio no contexto atual, não permitindo uma análise por meio de modelos clássicos e pré-definidos. Como adverte Trad⁵³, psicóloga, doutora em Ciências Sociais e pós-doutora em Antropologia da Saúde, precisamos escapar de modelos universais e generalizantes.

Embora reconhecida como a base da sociedade ocidental com proteção do Estado assegurada, ao menos nas linhas da Constituição Federal Brasileira⁵⁴ (Art. 226), é necessário que consigamos ter clareza a respeito do que consideramos família. As diversas configurações familiares existentes em nosso meio social não gozam de igual legitimidade, constituindo-se em uma arena de disputas e tensões ligadas ao aumento de visibilidade de identidades LGBT e à aquisição de direitos e reconhecimento social^{55bb}.

Tais reflexões a respeito do que compreendemos como família são fundamentais para este estudo sobre a parentalidade vivida por pessoas trans. Não se trata somente de pensar sobre as formas de organização familiar, de filiação, e naquilo que se pode entender como os papéis e funções relacionais atribuídos ao exercício da parentalidade. Por estar imbricado ao universo da transexualidade, marcado pela marginalização e pelas experiências de preconceito e discriminação, torna-se crucial pensar como este exercício é negociado no espaço social.

Não pretendi realizar uma revisão extensa dos estudos sobre família, tema já tão bem explorado por diversos autores^{56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63}, em especial nos campos da

^{bb} Esta disputa pode ser representada, por exemplo, pelo debate em torno do projeto de lei que institui o “Estatuto da Família” que tramita no Congresso Nacional, onde se propõe definir ‘família’ apenas como “o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Para uma discussão mais ampla sobre esses debates e políticas sexuais subjacentes no Brasil, ver Carrara (2015).

Antropologia e História. Apenas farei alguns apontamentos fundamentais para explicitar a partir de que perspectiva discutirei a parentalidade exercida por pessoas trans em nossa sociedade.

3.2.1 *Breve contextualização histórica do conceito de família no Brasil*

No Brasil, os estudos sobre a família só começaram a ser produzidos nas primeiras décadas do século XX⁶⁴, e estes já a consideravam como a instituição social fundamental. Atualmente, três modelos de família são os mais comumente utilizados para analisar esta instituição nos estudos brasileiros: a patriarcal, a nuclear e a contemporânea.

Conforme aponta Bruschini⁶⁵, segundo autores clássicos da sociologia brasileira como Gilberto Freyre e Antônio Cândido, a família patriarcal predominou no Brasil desde a colônia. Esta configuração serviu como principal modelo para estudos sociológicos durante muitos anos. Suas principais características eram grande parentela, sistema hierárquico, autoridade paterna prevalecente, monogamia e indissolubilidade do casamento. Em verdade, esse era o modelo que prevalecia apenas entre os grandes latifundiários, mas isto só foi relativizado mais recentemente⁶⁵. Em diferentes classes sociais e regiões do país, outras configurações também vigoravam: famílias pequenas, famílias de solteiros e viúvos, famílias de mães e filhos sem pais, famílias de escravos

⁶⁴.

Já a família nuclear ganhou cada vez mais relevância ao longo dos séculos XVIII e XIX. Foi influenciada pela burguesia industrial europeia, por seus costumes e valores. Este modelo estabeleceu como referência as famílias com casais monogâmicos, heterossexuais, e com filhos biológicos em coabitação. Os papéis de homens e mulheres nesta família eram bastante diferentes e assimétricos. Neste cenário, a mulher cuidava

da casa e dos filhos, e o homem, do sustento familiar. O lugar das crianças na família ganhou destaque, e a vida familiar tornou-se cada vez mais íntima e privada. A posição feminina era bastante desvalorizada e subalternizada:

*“A realização da mulher se dava através do marido e filhos: seu "status" social era o do marido e suas qualidades pessoais valorizadas pela sua capacidade de gerenciar o lar e formar os filhos para se tornarem cidadãos honestos e honrados para servir a sociedade”.*⁶⁴ (p.9)

Nas famílias mais pobres, as mulheres sempre trabalharam, mesmo que informalmente, para ajudar no sustento da casa, e acumulavam o trabalho e as tarefas domésticas. Nas mais abastadas, em geral, as mulheres se restringiam ao trabalho do lar, e muitas vezes havia a presença de criadas para auxiliar nas tarefas.

A família nuclear, assim como a patriarcal, também teve grande importância no processo de formação da sociedade brasileira. Foi a partir da metade do século XX que mudanças mais radicais ocorreram, dando ensejo ao modelo contemporâneo. O avanço da presença feminina no mercado formal de trabalho, o controle da natalidade, o enfraquecimento dos laços de parentesco, o grande aumento do número de divórcios e filhos fora do casamento⁶³ começaram a desmontar os modelos anteriores (patriarcal e nuclear) como as únicas referências do que era ser família.

Tais modelos eram naturalizados ao ponto de serem os únicos tidos como “saudáveis” para o desenvolvimento humano. Contudo, outras configurações continuaram se proliferando, não havendo uma tendência à convergência como se chegou a pensar⁶³. O modelo contemporâneo abarca uma pluralidade de configurações como: famílias recompostas; homoafetivas; monoparentais; as chamadas “produções independentes”; entre outras. Dito de outro modo, não há padrão universal de evolução familiar:

“Encontramo-nos, portanto, sem as nossas antigas crenças consoladoras sobre a evolução da família - sem mito de origem (sobre o ‘tradicional’ de antigamente), e sem crença num destino fixo (sobre um único modelo homogêneo da modernidade). Onde que tudo isso deixa os pesquisadores? Diante da constatação da diversidade empírica, e do declínio de modelos analíticos clássicos, como que analistas estariam definindo ‘a família’?”
⁶³(p. 4)

Ainda assim, a ideia de família permanece tendo um valor simbólico e social, que traz identidade para os indivíduos, sentido para a vida, e uma função pragmática de organização de políticas públicas ⁶³. Nas palavras de Trad⁵³, “A família, não importando os arranjos através dos quais se organiza, ainda é o lugar por excelência da socialização, reprodução e provisão básica dos cuidados das crianças e seus demais membros” ⁵³(p.13).

É necessária, portanto, uma nova forma de pensarmos e de nos referirmos a este conjunto de pessoas, sem a referência de um modelo único, mas dentro de uma perspectiva de variadas configurações.

3.2.2 O afeto e a individualidade na família contemporânea

Fonseca⁶³ aponta duas vertentes principais dos estudos contemporâneos sobre famílias. A primeira vertente de pesquisadores, cuja referência é a Escola de Frankfurt, inicialmente considerava a família nuclear como protótipo único e, portanto, produzia um discurso de que a família estava em crise ou mesmo em declínio. Só posteriormente, avançou em suas análises e passou a pensar de outra forma, considerando a pluralidade de modelos nos diferentes contextos.

A segunda dá especial valor ao indivíduo. Ganhou força a partir da revolução industrial, quando o afeto entrou em cena como o fator primordial da escolha dos parceiros, unindo o casamento com a felicidade individual, e da relação com os filhos.

Estes deixaram de ser vistos como força de trabalho, amparo na velhice, ou perpetuação da linhagem, como no período pré-moderno, e tornam-se, fundamentalmente, filhos do afeto. Com isso, as separações passaram a ser mais frequentes, já que o fim do amor poderia significar o fim do casamento, e a família começou a ser vista como um ambiente de desenvolvimento pessoal⁶³.

Em confluência com essas ideias, De Singly⁵⁷ distingue dois períodos da família contemporânea caracterizada pela centralidade do afeto nas relações entre seus membros. O primeiro vai do século XIX até 1960, e foi marcado pelo “amor no casamento, pela divisão do trabalho entre o homem e a mulher, a atenção à criança, à sua saúde e à sua educação” (p. 130). O segundo período, após os anos de 1960, foi marcado pela primazia da busca da felicidade individual de cada membro da família, e não mais pelo bem do grupo familiar. Com isso, cresceu a valorização do individualismo e da autonomia o que, segundo o autor, ocasionou diversas transformações para as relações familiares, inclusive o incremento do número de divórcios.

Como vimos, a perpetuação do ideal romântico contribuiu para a transformação das configurações familiares atuais. Duas decorrências destas mudanças, especialmente importantes para este estudo, são: a maior aceitação de famílias com filhos adotivos, vistos não mais como menos legítimos, mas como escolhidos, ligados aos pais pelo afeto, e a possibilidade de se pensar como legítimas as famílias com casais homossexuais, ou mesmo transexuais, já que não precisam mais estar centradas na reprodução biológica, mas na escolha amorosa e na realização pessoal.

3.2.3 Família, parentesco e parentalidade

Alguns conceitos nos são úteis para clarificar as análises sobre as relações familiares. Sarti⁶² aponta a importância da diferenciação entre os conceitos de parentesco e família. A autora explica que, apesar de ambos tratarem de fatos básicos da vida como o nascimento, o acasalamento e a morte, a família se refere ao grupo social concreto, e o parentesco a uma estrutura formal abstrata, que vai além do grupo concreto em questão. Segundo a autora, que está ancorada no estruturalismo de Lévi-Strauss, três tipos de relações básicas formam os sistemas de parentesco: “a) a relação de descendência, que é relação entre pai e filho e mãe e filho; b) a relação de consanguinidade, que é a relação entre irmãos e c) a relação de afinidade, ou seja, a que se dá através do casamento, pela aliança”⁶²(p.71).

Mesmo que dentro de limites estreitos impostos pela sociedade e pela cultura, os sujeitos escolhem e dão sentido às diferentes maneiras de viver o nascimento, a morte e a união afetiva e sexual ⁶². Os estudos de parentesco, tão caros à Antropologia, em especial na vertente estruturalista, se debruçam sobre as maneiras e motivações que regulam essas escolhas de acordo com as características da organização social. Duas das maiores contribuições dadas por esses estudos são a “desnaturalização” e a “desuniversalização” de um modelo único de família.

Zambrano ⁶⁶ assinala que a família nuclear, formada por pai, mãe e filhos, era considerada a mais “natural” por se apoiar na unidade biológica irreduzível já que é preciso um espermatozoide e um óvulo para produzir uma criança. Mas salienta que é preciso separar o fato biológico do modelo de família decorrente. Os modelos de família se mostram múltiplos se pesquisarmos as diferentes épocas, as diferentes culturas, e mesmo dentro de uma mesma sociedade em uma mesma época. Para compreendermos melhor o vínculo familiar, a autora propõe pensarmos em quatro elementos que conectam adultos e crianças: 1) o vínculo biológico (ou procriação), que é o que traz a

vida um novo indivíduo; 2) o parentesco, que traduz seu lugar em uma genealogia; 3) a filiação, que diz respeito às dimensões legais e sociais de cada cultura, e 4) a parentalidade, que está ligada à experiência cotidiana de cuidado e da criação desse ser.

A autora explica que a filiação e o parentesco obedecem sempre a uma ordem social e, portanto, podem não coincidir com os vínculos da procriação. Esclarece ainda que a parentalidade, não sendo sinônimo nem de parentesco, nem de filiação, pode ser exercida sem que haja necessariamente vínculos legais, nem de consanguinidade, com a criança.

Em confluência com essas ideias, Uziel¹² afirma que a convivência cotidiana parece pesar mais do que as definições abstratas das relações ou a perpetuação de determinado grupo, o que contribui para a pensarmos em arranjos mais diversificados quando falamos sobre família.

Também nesta linha, segundo Fonseca⁶³, Segalen⁶⁷ formula o parentesco na atualidade como um grupo de pessoas que se ligam fundamentalmente em função de direitos e deveres recíprocos criados em especial quando há crianças nascidas ou criadas por elas. O sangue, o casamento, o território, os mitos e ancestrais já não têm a mesma importância de antes.

Ancorados nesta visão, podemos observar os vínculos familiares a partir do exercício da parentalidade que, ao contrário de estarem desaparecendo, ganham novas configurações. Neste contexto, a hierarquização dos diferentes modelos familiares perde força. Sem um modelo hegemônico, notamos a proliferação de diversas dinâmicas familiares particulares a cada cenário social⁶³. Por outro lado, Uziel¹² nos alerta que:

*“A norma, por mais mutante que seja, estabelece para a família determinados padrões. É largo seu sentido, mas algumas configurações, mais que outras, não cabem em sua definição elástica, ou ficam mal alocadas”.*¹² (p. 21)

Esta pontuação converge com a visão de Fonseca⁶³ quando salienta que os desvios dos padrões hegemônicos são, em geral, percebidos como sinais de inferioridade, atraso ou desorganização social.

Zambrano¹¹ aponta a existência em nossa sociedade do que chamou de ‘sacralização da instituição familiar’, o que torna ainda mais difícil o reconhecimento das famílias com pais e mães trans. A moral hegemônica exalta, cotidianamente, o estereótipo do “homem de bem” como o “pai de família”, e a visão de que a mulher somente será elevada ao seu lugar de maior legitimidade social quando tornar-se mãe.

Estes papéis funcionam como marcas identitárias que conferem valor e status social aos sujeitos, mas, simultaneamente, os deixa mais suscetíveis a ataques quando não são vivenciados da maneira imposta pela normatividade hegemônica. Por exemplo, a mãe pobre e solteira que tem filhos “demais”, o pai que se afasta da profissão para cuidar das crianças, ou a pessoa trans que resolve ter filhos são intensamente penalizados socialmente por não cumprirem com esta “sagrada função” da forma como supostamente deveriam. Zambrano¹¹, em seu trabalho sobre “parentalidades impensáveis”, lembra-nos o quão problemática e historicamente descontextualizada é essa visão que se tornou preponderante. A autora afirma que a transformação da família humana nessa “sagrada família” é uma construção histórica recente que se impôs no Ocidente. Nesta visão, ela representa o único espaço legítimo para o exercício da sexualidade e da procriação. Isto parece se exacerbar quando falamos de famílias homoparentais e transexuais. Como aponta Uziel¹² em seu trabalho sobre homossexualidade e adoção:

“A emergência de novos arranjos familiares exige a revisão do significado das palavras pai e mãe. Quais são os critérios para o exercício dessa função? A biologia, o social, a cultura seriam os requisitos legítimos, necessários e suficientes para eximir o sujeito do julgamento sobre sua capacidade de cumprir a função parental?”. ¹²(p. 56)

Quando pensamos nas famílias com pais e/ou mães trans, percebemos que há uma recorrente regulação social no sentido de negar sua legitimidade, ou mesmo de apagá-las⁴⁴. Até muito recentemente na Europa, por exemplo, chegava-se ao ponto de 22 países^{4cc} exigirem a esterilização para que as pessoas trans tivessem acesso a uma nova identidade reconhecida legalmente, obliterando-lhes o direito à reprodução. Apenas em 2017, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu que tal exigência violava os direitos humanos e não poderia mais vigorar.

Ao conversarmos com pais e mães trans é extremamente comum ouvirmos relatos sobre as diversas formas de discriminação a que são submetidos por parte da sociedade em geral, de acadêmicos e de profissionais de diferentes áreas, como aqueles vinculados às escolas, aos serviços de saúde, ao sistema de justiça, entre outros. Tais violências os obrigam a enfrentar inúmeros obstáculos sociais e institucionais que dificultam o exercício de sua parentalidade:

*“As relações intrafamiliares não são apenas derivadas dos sentidos subjetivos conferidos por seus membros ou ainda pela dinâmica interna ao ambiente doméstico. Elas são mediadas também por aspectos exógenos, decorrentes dos modos de organização da vida pública e dos lugares em que os indivíduos ocupam e disputam nessas esferas. As dinâmicas organizacionais e o acesso a determinados tipos de recursos têm impacto sobre a vida familiar e conjugal tanto quanto estas influenciam as disposições e as chances dos indivíduos na vida pública”.*⁶⁸
(p.47)

Para que possamos enfrentar essas violações de direitos em diferentes âmbitos sociais, é necessário reconhecermos as múltiplas concepções de família, valorizando a diversidade de relacionamentos familiares existentes em nossa sociedade e criando

^{cc} Segundo a ONG TransgenderEurope, tais países são: Arménia, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, República Checa, Finlândia, Geórgia, Grécia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Montenegro, Roménia, Rússia, Sérvia, Eslováquia, Eslovénia, Suíça, Turquia e Ucrânia. Em <http://www.tgeu.org> acessado em 26/01/2018.

mecanismos de enfrentamento de tais violências no campo da saúde, da educação, do direito, entre outros.

3.2.4 Homens, mulheres e a parentalidade contemporânea

O uso do termo parentalidade, como um conceito utilizado pela comunidade científica, é relativamente recente e começou em países anglofonos, mas disseminou-se rapidamente por outros países⁶⁹. Entretanto, sua definição ainda é variável, podendo se referir tanto à relação entre pais e filhos de uma maneira ampla quanto às atividades de cuidado dos filhos, mais especificamente.

Para Ribeiro, Gomes e Moreira⁷⁰ a parentalidade pode ser definida como a relação centrada nas práticas de cuidado e educação das crianças, que se volta para a produção de efeitos facilitadores da autonomia, do desenvolvimento, e do sentimento de segurança performadas por adultos de referência.

Para Barroso e Machado⁶⁹, a parentalidade está ligada ao desenvolvimento dos descendentes nos níveis físico, psicológico e social.

O artigo nº 27 da Convenção dos Direitos das Crianças⁷¹ preconiza que é responsabilidade parental, assim como de outros cuidadores, assegurar as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança, dentro de suas competências e capacidades financeiras⁶⁹.

O aspecto comum às diferentes definições, que nos interessa no escopo deste estudo, é o estabelecimento de um determinado modelo relacional contemporâneo entre pais e filhos. Quando pesquisamos a história das relações de parentesco e da família, constatamos que a parentalidade, como compreendida hoje, nem sempre existiu. Como vimos, relações familiares, assim como as funções parentais foram se modificando ao longo da história, acompanhando as mudanças sociais⁷².

Hoje, o lugar das crianças na família é central e o seu bem estar e desenvolvimento são tidos como os mais importantes objetivos deste grupo social. Uziel¹² destaca que, na família contemporânea, as relações parentais mudaram, “escuta, disponibilidade, tolerância passam a ser valores estruturantes dessas relações”¹² (p. 27).

Outro aspecto importante a ser observado quando pensamos nas relações entre pais e filhos na contemporaneidade diz respeito às transformações nos papéis de homens e mulheres na família. Se por um lado o relacionamento conjugal demonstra uma tendência a horizontalização da relação⁷³, por outro as expectativas de desempenho maternal e paternal permanecem diferenciadas. Os pais estão mais presentes na vida e na educação dos filhos, porém esta permanece sendo uma função majoritariamente feminina:

“Por mais que estejamos falando de mudanças no que concerne à definição de família e nas novas exigências sobre o desempenho parental, a distinção de gênero determinando atributos qualificados para a função de “cuidador/educador” permanece”.
¹²(p.28)

As mulheres ainda são tidas como as principais responsáveis pela casa e pelas crianças mesmo quando trabalham, independentemente do quanto sejam bem sucedidas profissionalmente. Segundo Araújo e Scalón⁶⁸, a maternidade permanece intimamente ligada à identidade feminina e a sua “conciliação com um trabalho que lhes permita desenvolver as atividades de cuidado dos filhos se constitui um ideal”⁶⁸(p.49).

Toledo e Teixeira Filho⁷³ apontam que as mudanças nos papéis a serem desempenhados por pais e mães são recentes e não lineares:

*“Tanto o modelo hierarquizado (patriarcal) quanto o modelo mais igualitário (moderno) não existem em estado puro, pois sabemos que as relações familiares no cotidiano oscilam em um movimento, às vezes confuso e contraditório, perpassando ambos os modelos, e que as mudanças ocorrem rapidamente apenas de modo superficial, mas a tradição permanece regulando as relações, convivendo juntos o moderno e o conservador”.*⁷³(p. 379)

3.2.5 Os caminhos da adoção: marcas do desejo e do preconceito

No Brasil, a adoção se constitui como uma forma de criação do vínculo de filiação que prescindiu do aspecto biológico mas, ao menos quando ocorre formalmente, precisa do intermédio do Estado, através do Poder Judiciário e do Ministério Público para se concretizar. A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, vigora apenas o modelo de adoção plena, ou seja, aquele que apaga qualquer vínculo com os genitores e estabelece novas relações parentais. É um processo substitutivo e irrevogável. A adoção fica invisibilizada, na medida em que, nos documentos da criança, só passam a constar os nomes dos adotantes¹².

Quando a criança adotada ainda é muito pequena, a revelação sobre sua origem fica, então, a critério da nova família. Quando já é mais velha, sabe que terá as marcas de seu passado apagadas. Tal apagamento gera controvérsias, pois, por um lado propicia a diminuição da discriminação e da desigualdade entre filhos biológicos e adotivos, por outro causa o desaparecimento da história pregressa da criança e a eliminação de toda uma rede de parentesco. Segundo Uziel¹²:

*“Pais e filhos adotivos gostam de fantasiar que a geração biológica se deu no interior desta família. Alguns pais adotivos tendem a menosprezar a importância das origens biológicas, localizando no desejo de filiação e parentalidade a existência da condição de pais e filhos, apostando no viés narcísico”.*¹² (p.47)

O segredo propiciado pela adoção plena também mascara situações de infertilidade, muitas vezes considerada socialmente como um fracasso, e acaba por reafirmar o valor de ‘verdade’ atribuído aos laços sanguíneos.

Existem basicamente três caminhos para se adotar uma criança, segundo nossa legislação. O primeiro trata da adoção pronta, ou seja, aquele em que pais e criança já convivem e buscam a justiça apenas para regularizar a situação. O segundo se refere à adoção unilateral, quando alguém deseja adotar o filho de seu cônjuge, e o terceiro é o

da habilitação para adoção. Em todos os casos, os requerentes são avaliados por psicólogos e assistentes sociais, passam pelo Ministério Público e por um juiz.

Além da adoção formal, existe ainda a chamada ‘adoção à brasileira’, que acontece quando alguém registra em seu nome o filho de outra pessoa, sem passar por nenhum trâmite legal. Apesar de considerada ilegal, esta prática é bastante comum em nossa sociedade.

Para muitas pessoas a adoção é uma escolha, entre outras possibilidades, para tornarem-se pais e mães. Para outras, representa o único meio disponível. No Brasil, recorrer às tecnologias de reprodução assistida ainda é um privilégio para poucos, dado o seu alto custo financeiro. Sendo assim, quando há algum impedimento para que a reprodução biológica aconteça naturalmente, muitas vezes resta apenas a adoção como alternativa para a realização de um projeto de parentalidade.

Diferentemente da filiação biológica ‘natural’ (em oposição àquela da reprodução assistida), que nem sempre acontece a partir de um desejo, o processo da adoção é elaborado, buscado e concretizado ao se percorrer um longo, e nem sempre fácil, percurso que inclui uma série de avaliações e julgamentos, que pode, ou não, ser marcada pelo preconceito e pela discriminação.

No caso das pessoas trans, a capacidade para desempenhar o papel parental é constantemente questionada⁴⁴. O peso do estigma social que carregam e o fato de estarem atrelados a um diagnóstico psiquiátrico desperta desconfiança, o que pode dificultar o acesso à adoção. Ainda assim, como apresentarei adiante, já existem casos de pessoas trans que conseguiram adotar crianças oficialmente através do Cadastro Nacional de Adoção.

Importante notar que o preconceito também permeia este processo de outras maneiras. A própria filiação por adoção foi colocada por muito tempo em uma condição

inferiorizada em relação à biológica e, apenas recentemente, isso começou a mudar. Fonseca⁶³, acompanhando Modell⁷⁴, aponta que, desde que a família passou a ser fundamentalmente formada a partir dos laços afetivos e da escolha dos cônjuges, a relação de filiação adotiva também pôde começar a ser vista de outras formas:

“O relacionamento entre pais e filhos adotivos perdeu algo de sua aura infame, e a filiação adotiva que, historicamente, era estigmatizada por ser associada com o vergonhoso status de ilegitimidade, foi levantada por certos entusiastas como bandeira da “verdadeira família”. Na retórica destes, as crianças adotadas, enquanto filhos “escolhidos”, podem ser consideradas como, de alguma maneira, mais valiosas do que aquelas que são simplesmente nascidas dos seus pais”.⁶³(p.6)

Por outro lado, mesmo os filhos adotivos sendo melhor aceitos socialmente, a discriminação ainda aparece quando os pretendentes a pais adotantes “escolhem” um perfil muito restritivo de crianças que aceitariam adotar. Entre casais heterossexuais, pesquisas⁷⁵ apontam que a preferência é por meninas, abaixo dos três anos, brancas, sem irmãos e saudáveis. Entre pais homossexuais, (e transexuais) o perfil, em geral, é mais abrangente^{76, 11}, possibilitando a adoção de crianças de todas as raças, idades, com irmãos, ou com alguma doença/deficiência. Segundo Gross e Cadermatori⁷⁶ os pais heterossexuais desejam crianças idealizadas que, de preferência, tenham as suas características ou sejam um “aperfeiçoamento” deles próprios (o que quer que isso signifique), o que não se verifica no caso de casais homossexuais e transexuais.

No caso do presente estudo, tais afirmações precisarão ser problematizadas, como veremos adiante.

4. DO OBJETO AO MÉTODO: A CONSTRUÇÃO ARTESANAL DE UM CAMINHO DE PESQUISA

Como apontei na introdução, o presente estudo se propôs a desenvolver uma pesquisa qualitativa de abordagem etnossociológica com homens e mulheres trans que tivessem experienciado a parentalidade a respeito de como a vivem cotidianamente em nosso meio social, visando compreender as dinâmicas sociais subjacentes a essas experiências. Com o intuito de explicitar como foi construído o percurso desta pesquisa, gostaria de iniciar esta seção apresentando os três eixos estruturais balizadores deste estudo:

1. Eixo teórico-conceitual: foi dividido em duas partes principais, uma construída tendo como base o campo dos estudos de gênero e da transexualidade a partir de uma perspectiva feminista e transfeminista (Butler, Scott, Bento, Louro, Jesus, Almeida, Zambrano etc.) e a outra referida às teorias sobre família e parentalidade na contemporaneidade (De Singly, Uziel, Sarti, Fonseca, Trad, etc.).
2. Eixo teórico-metodológico: balizou a escolha das “narrativas de vida”^{dd} como principal meio de aproximação e investigação do objeto de pesquisa e orientou os usos dos métodos/técnicas utilizados na coleta e organização dos dados (Bertaux, Mills, Kauffman, Minayo, Gomes, etc.).

^{dd}Daniel Bertaux (2010), marca uma diferença entre o método das “narrativas de vida” e o termo também utilizado nas Ciências Sociais, “história de vida”. Ele alega que “história de vida” apresenta o inconveniente de não distinguir entre a história realmente vivida por alguém e a narrativa que se pode fazer dela. Para o autor, a narrativa de vida resulta de um tipo particular de entrevista, a “entrevista narrativa”, onde se pede ao interlocutor que conte toda, ou uma parte específica, de sua experiência vivida.

3. Eixo da perspectiva interpretativa: norteou as discussões dos dados a respeito dos percursos dos atores colocados em situação, a parentalidade de pessoas trans, visando construir hipóteses compreensivas acerca da realidade social onde esta experiência está inserida. Para tanto, outros autores se somaram aqueles do primeiro eixo, visando enriquecer o diálogo a partir do que surgiu no campo (Schulman, Souza, V., Pontes, Silva, etc.).

Esses três eixos apresentados estão interligados e se interinfluenciaram recursivamente ao longo de todo o estudo. O Eixo 1 foi apresentado na seção anterior. Na presente seção, tecerei considerações sobre os Eixos 2 e 3.

4.1 CONSTRUINDO UM CAMPO DE PESQUISA

Começo a apresentação do meu percurso pela aproximação do campo que possibilitou a concomitante construção dos caminhos metodológicos eleitos para a confecção deste estudo. Seguindo as ideias de Mills⁷⁷ a respeito do artesanato intelectual, considero importante apresentar o que se passou na coxia da pesquisa - aquilo que não chega a ser visto no palco dos resultados e discussões, mas que foi fundamental para possibilitar que este estudo se constituísse da forma como lhes apresento. Aqui me refiro aos percalços, dúvidas, acertos e tropeços que, para além da teoria, também influenciaram as minhas escolhas e posicionamentos como pesquisadora, como artesã intelectual do meu percurso neste caminhar.

Desde o princípio, um dos maiores desafios que eu imaginava que iria encontrar para conseguir desenvolver esta pesquisa seria a aproximação com o campo. Cheguei a pensar que minha escuta clínica facilitaria minha apropriação do lugar de pesquisadora, mas logo percebi que existem diferenças bastante grandes entre esses lugares.

Enquanto psicóloga clínica, minha curiosidade está apenas em função do cliente^{ee} e de suas demandas, e meu olhar é para sua história singular; já como pesquisadora desenvolvendo uma pesquisa qualitativa, tenho objetivos norteadores próprios, específicos, e meu foco é “a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar”⁷⁹.

Como nos orienta Gomes⁷⁹, nesta posição, busco alcançar a dimensão sociocultural das representações do grupo estudado, que possuem pontos em comum (no caso desta pesquisa a transição de gênero e a parentalidade) sem deixar de considerar as singularidades que dizem respeito à biografia de cada um dos interlocutores.

Outra diferença importante entre os dois lugares que ocupo é que meus clientes me procuram em busca de ajuda e desejam esta troca por interesses pessoais enquanto, na pesquisa, os interlocutores podem fazer uma concessão, dividir comigo suas histórias a meu pedido, e assim se estabelece outro tipo de relação dialógica. O que se deseja, ou não, revelar, pode ser bastante diferente.

Outra questão que merece destaque é o tempo que, na clínica, se alonga e, assim, permite que as histórias venham aos poucos, respeitando o ritmo de cada cliente. Nas entrevistas, preciso buscar ativamente algumas respostas e meus encontros são pontuais.

Há ainda a questão da confiança. Segundo Kaufmann⁷⁸ “o informante gera seu grau de implicação na entrevista, e isso depende em grande parte da confiança que ele deposita no entrevistador” (p.75). Percebi que, nas entrevistas, diferentemente das

^{ee} Existe, no campo da Psicologia Clínica, uma polêmica discussão a respeito de qual seria o termo mais adequado para nos referirmos àqueles que buscam atendimentos psicológicos: pacientes ou clientes. Pessoalmente acho ambos os termos problemáticos, já que o primeiro conota uma posição passiva do sujeito diante daquele que, em posição hierarquicamente privilegiada, detém o saber. No segundo caso o problema se articula com a ideia de que o atendimento psicológico é apenas mais um serviço a ser utilizado por um consumidor, o que em minha visão, não é suficiente para descrever a relação terapêutica. Na falta de um termo mais adequado, optei pelo uso de ‘cliente’ por conotar uma troca mais horizontalizada e colaborativa entre duas pessoas.

relações na clínica, a confiança necessária para que as histórias possam ser reveladas está ancorada em bases para além da própria relação com os interlocutores, como: a forma com que cada um deles enxerga as pesquisas acadêmicas e a psicologia (no meu caso, já que sou psicóloga); a forma de indicação, ou seja, como fui apresentada para aquele interlocutor e por quem; as experiências anteriores de cada um com a posição de entrevistado, entre outras.

Apesar dessas diferenças, minha experiência profissional prévia não foi de todo inútil. A escuta empática que evita julgamentos, a habilidade para fazer perguntas e para construir hipóteses compreensivas, a postura genuinamente curiosa, assim como a abertura para me afetar com crenças e valores diferentes dos meus foram alguns dos instrumentos que pude aproveitar como pesquisadora. Precisei me permitir também transicionar, em verdade para ser mais precisa, ampliar meu repertório tanto teórico quanto técnico e habitar um lugar híbrido, entre a clínica e a pesquisa, para me potencializar e conseguir levar a cabo esta tarefa compreendendo que minha escuta estaria marcada por todas as minhas experiências acumuladas⁷⁷.

Já desenvolvo meu trabalho como psicóloga clínica com famílias há alguns anos, porém não com este público especificamente. Apesar de conhecer pessoas trans, a maioria não tem filhos e nem todos gostam de falar sobre suas histórias, em especial para uma acadêmica, branca, cis, de classe média. Minha posição social atravessada por todos esses marcadores não me ajudou nesta aproximação. Ao contrário, em muitos momentos, funcionou como uma barreira para que eu ganhasse a confiança daqueles que aceitaram conversar sobre suas experiências comigo. A desconfiança e o rechaço que recebi algumas vezes de alguns dos meus interlocutores, com a alegação de que esse tipo de pesquisa não os ajudava em nada, de que não se sentiam nem à vontade, nem motivados a participar, fizeram-me pensar se eu estaria mesmo no caminho certo.

Por muitas vezes, perguntei-me o que me legitimava a querer conhecer, refletir e escrever sobre estas histórias de vida. Mais do que isso, que direito eu tinha de buscar compreender, ou nas palavras de Bertaux¹⁴ “criar hipóteses compreensivas” para o que eles viviam? Saberá eu me aproximar de suas experiências de forma respeitosa e fazer ressoar suas vozes no meio acadêmico? Ou estaria eu, mesmo com todo meu cuidado e pensamento crítico, apenas reproduzindo um discurso etnocêntrico e cisheterocentrado, que os colocaria no lugar de objetos e não sujeitos de suas vidas? Segundo Ribeiro⁸¹, todos podemos construir discursos e refletir sobre os diversos temas presentes na sociedade. O fundamental é que aqueles indivíduos que ocupam um *locus* social privilegiado estejam conscientes das hierarquias produzidas a partir deste lugar e como ele impacta diretamente na constituição dos grupos subalternizados. Ter isso em mente foi essencial para que eu me autorizasse a criar hipóteses compreensivas ao longo de toda a pesquisa, e ainda mais para que eu as problematizasse reiteradas vezes.

Para as minhas primeiras aproximações, busquei frequentar eventos que tratassem das questões LGBT e outros temas afins. Entre 2017 e 2018, participei de vários fóruns de discussão sobre direitos e políticas públicas voltadas para as necessidades desta população, que ocorreram no Rio de Janeiro e em Brasília, e esta foi minha porta de entrada.

Um dos primeiros eventos dos quais participei foi o “Gênero Ameça(n)do: Análises e Resistências”, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), realizado em outubro de 2017, em que pude conhecer diversas pessoas que estudam e trabalham com esta temática, ativistas e pesquisadores do Brasil e do exterior, e ter um panorama das concepções mais atuais deste campo.

Outro evento importante para minhas reflexões, foi a “Jornada de Debates sobre Transexualidade, Direito e Saúde”, no Instituto Fernandes Figueiras (IFF), da qual fui

relatora, em novembro de 2017. Nesta ocasião, conheci o professor Guilherme Almeida e a professora Jaqueline Gomes de Jesus que, a partir deste dia, pessoalmente e através de seus escritos, ofereceram contribuições preciosas para o presente trabalho.

Fui ao lançamento de livros, como o “Vidas Trans – A coragem de existir”, um conjunto de depoimentos de pessoas trans sobre sua experiência de transição de gênero, com contribuições de Amara Moira, Márcia Rocha, T. Brant e João Nery^{82ff}, em julho de 2017 e “O que é lugar de fala” de Djamila Ribeiro^{gg}, em dezembro de 2017. Este último ocorreu durante um evento sobre feminismos negros^{hh}, em um lugar, já muito conhecido de nome para mim, chamado Casa Nemⁱⁱ. Neste dia, conheci o espaço da Casa Nem, que apesar de toda a sua precariedade estrutural, demonstrava ser um porto seguro para muitas pessoas que não tinham a quem recorrer ou onde ir.

Cheguei no horário marcado para o evento, que pedia como valor da entrada um quilo de alimento e absorventes íntimos. Os alimentos serviriam para ajudar a sustentar os moradores da Casa e os absorventes seriam levados às penitenciárias femininas onde as mulheres encarceradas vinham sendo obrigadas a usar miolo de pão como absorventes quando estavam menstruadas. O clima era de luta, de união e de conscientização em torno da resistência a violações de Direitos Humanos em diversos níveis.

O evento atrasou algumas horas e, nesse ínterim, vi as pessoas sendo transferidas de dentro para fora da Casa que não comportaria a enorme audiência. A rua

^{ff} Vidas Trans/ Amara Moira et al. – Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

^{gg} O que é: lugar de fala?/Djamila Ribeiro – Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2017.

^{hh} Apesar deste não ser um espaço para tratar especificamente de temáticas LGBTQI+, o feminismo, a negritude, o preconceito, a discussão sobre os diferentes papéis sociais, o empoderamento, a violência, são temas afins que se interseccionam e muitas vezes são discutidos de forma conjunta pelas militâncias dos diversos movimentos sociais que representam diferentes grupos e promovem espaços públicos de troca e debate.

ⁱⁱ A Casa Nem era um núcleo de acolhimento para pessoas trans em situação de vulnerabilidade, em geral, por terem sido expulsas de casa pelo preconceito familiar. Ali recebiam acolhimento, podiam morar temporariamente, recebiam comida e ajuda para a reinserção no mercado de trabalho e um espaço de socialização. A casa Nem chegou a hospedar diferentes projetos, educativos e profissionalizantes, com o intuito de colaborar na inserção social das pessoas que lá se abrigavam.

ficou absolutamente tomada por uma multidão de pessoas que estavam ali para ouvir seis mulheres negras falarem sobre suas experiências como feministas.

Apesar de ser mulher e me identificar com muitas das falas que ouvi, senti-me um ‘peixe fora d’água’. Elas falavam sobre uma opressão contra a mulher, que eu também vivenciava, mas não apenas isso, opressão contra a mulher negra, pobre, homossexual, trans, prostituta, numa sociedade racista, classista, misógina, homofóbica, transfóbica, moralista.

Eu estava ao lado delas em sua indignação mas, por outro lado, me via também como parte da elite que as oprime. O sentimento que me invadiu foi de inadequação. Por mais que eu não quisesse, eu era uma representante daquilo que estava “doente” em nossa sociedade e não havia nada que eu pudesse fazer quanto a isso. Não importava minhas crenças ou valores, nem mesmo a forma de me relacionar com tudo isso. Eu era uma privilegiada e ali isso era um estigma. Essa foi uma experiência que muito me marcou e me fez repensar muitas vezes meu projeto de pesquisa.

Nesse dia, conheci e conversei com diversas pessoas, mas uma história me tocou em especial. Rafinha (pseudônimo) era um rapaz trans que estava abrigado na Casa Nem, depois de ter sido expulso da casa de sua mãe por ter começado sua transição de gênero. Enquanto aguardávamos o começo das palestras, ele começou a contar um pouco sobre sua vida e como ele tinha chegado até a Casa. Ele me disse que durante muitos anos foi usuário de drogas, especialmente de crack, mas que já estava ‘limpo’ e em acompanhamento há alguns meses. Tinha uma filha de 1 ano e 4 meses e estava sofrendo muito pois perdera a guarda da menina depois que sua mãe o denunciou ao Conselho Tutelar por maus tratos e uso de drogas. Ele me contou que nunca maltratou a menina e que a denúncia foi realizada por sua mãe após sua decisão de transicionar que ela nunca aceitou. Rafinha é analfabeto e chegou a se prostituir para sobreviver.

Atualmente, trabalha com bicos e tenta, com seus poucos recursos, lutar na justiça para reaver o direito de ter a guarda da sua filha que está em um abrigo. Procura um emprego com “carteira assinada” e um endereço fixo para morar, mas na realidade em que vive esses são desafios difíceis de superar. Segundo ele, estas foram as exigências feitas pela juíza, além de provar que estava em tratamento psiquiátrico, para poder ter a filha de volta.

Sua realidade e seu relato, tão carregados de afeto e dor, mobilizaram-me e despertaram em mim muita vontade de ajudar. Mas como? Enquanto conversávamos, aproximaram-se de nós mais duas mulheres: uma professora de português e uma advogada. Ele sentiu-se extremamente agraciado e nos disse: “estou entre uma psicóloga, uma professora e uma advogada! Só pode ser Deus, acho que é um sinal de que minha vida vai mudar!”. Todas dividíamos com ele nossas visões sobre sua situação e nosso desejo de ajudá-lo. Mas no fundo, meu sentimento era de consternação e impotência. Tudo o que eu podia fazer me parecia tão pouco. No final da conversa, ele me agradeceu muito e eu a ele. Acho que ele não sabe, mas penso que a vida que mais mudou foi a minha.

Neste evento, também consegui conversar um pouco com uma das responsáveis e fundadoras da Casa Nem, Indianare Siqueira. Ela me passou seu contato e, a partir daí, trocamos mensagens sobre uma possível parceria. Eu gostaria de poder fazer efetivamente alguma coisa pelas pessoas que lá moravam. Tentamos por várias vezes marcar um encontro para falar sobre isso, mas este nunca aconteceu. Através dela, conheci outras pessoas ligadas ao movimento trans, ativistas, pesquisadoras, políticas, professoras.

Com algumas delas, tive a oportunidade de conversar e conhecer um pouco mais sobre o universo trans. Trocamos ideias sobre as dificuldades que muitas dessas pessoas

enfrentam como a ignorância e o despreparo de grande parte da nossa sociedade que quase nada conhece sobre suas experiências de vida, tendo em vista que essas são majoritariamente invisibilizadas. Sofrem com a violência, o preconceito e a discriminação, a falta de acesso ao trabalho, à educação, à saúde e a dificuldade de fazer valer seus direitos como a questão do uso do nome social e o processo transexualizador pelo SUS, por exemplo.

Pude, ainda, me aproximar de dilemas emocionais e psíquicos, de questões ligadas às relações familiares, de diversas histórias de superação e de estratégias de resistência e sobrevivência. Aprendi um linguajar próprio dessa comunidade. Entendi, também, que esta comunidade é enorme e plural, e que as experiências trans são muitas e muito diferentes entre si. O que guardam em comum é o desejo de viver suas construções identitárias com segurança e respeito, com direitos e cidadania.

Em março de 2018, fui a outro evento importante, no Espaço Caixa Cultural, chamado “TransFeminismos – Novas perspectivas dos feminismos”^{jj}. Reencontrei Indianare, Jaqueline, e conheci um grupo de moradores e amigos frequentadores/apoiadores da Casa Nem. Depois do evento, fomos a um bar na Lapa. Neste dia, tive a oportunidade de trocas informais e próximas de pessoas cujas vidas eu tanto queria conhecer.

De uma das mulheres que conheci, Renata (pseudônimo), aproximei-me, ainda mais, e marcamos um outro encontro onde conversamos longamente sobre nós duas. Neste dia, pude saber um pouco mais sobre sua história.

^{jj}Evento realizado pelo Provisório Permanente Produções Culturais, com curadoria de Viviane Vergueiro e Helder Thiago Maia e curadoria local de Jaqueline Gomes de Jesus, que visava debater os avanços e desafios frente às transformações sociais que marcaram o aumento da visibilidade da população Trans e Travesti no Brasil. Os principais eixos de trabalho foram: Políticas Transfeministas, Memórias Transfeministas, Despatologização e Artes e Representatividade. Todas as palestrantes (com exceção de um homem trans) eram mulheres trans ou travestis.

Ela havia sido casada antes da transição e tinha uma filha desta união com quem tinha uma relação extraordinária. Tinha uma formação profissional de nível superior e um bom emprego fixo em sua área. Sua esposa também trabalhava e eram uma família de classe média carioca. Apesar do seu relacionamento conjugal ser ‘difícil’ conforme descreveu, com altos e baixos, foram casadas por muitos anos e ela dizia ser completamente apaixonada por sua esposa.

Contou ter passado por uma depressão grave e ter tido vontade de se matar diversas vezes antes de decidir transicionar. Esta foi uma decisão extremamente dolorosa, pois colocaria em risco tudo o que havia construído até então. Por outro lado, na época já sentia ser impossível continuar vivendo como o homem que sabia que não era.

Depois de bastante tempo e acompanhamento terapêutico, decidiu seguir pelo caminho da transição e começou a se hormonizar. Lutou para continuar casada, mas sua parceira não conseguia cogitar esta possibilidade. O rompimento foi traumático e carregado de mágoas. Precisou sair de casa e retornar à casa de sua mãe, que disse que não a deixaria morar na rua, mas não falaria mais com ela.

Foi demitida do seu emprego e não conseguiu mais se reinserir no mercado formal de trabalho. Seu diploma com um nome masculino a atrapalhava quando se candidatava para vagas ligadas à sua profissão original. Fez cursos e começou a trabalhar como autônoma fazendo unhas, massagens e o que mais lhe rendesse algum dinheiro. Passou por muitas dificuldades financeiras e muito isolamento social. Seus antigos amigos lhe viraram as costas, assim como a maior parte de sua família. Depois de pouco tempo de separados, sua ex esposa entrou na justiça para tentar impedi-la de ver a filha.

Sofreu com a alienação parental^{83kk} e, no momento de nossas conversas, sofria com o fato de só poder ver a filha uma vez a cada quinze dias em visita monitorada. Uniu-se a movimentos sociais para tentar se fortalecer, criar uma rede e também ajudar pessoas que passavam por situações similares à sua. Assim, conseguia seguir em frente, mas apesar de seu jeito falante e extrovertido, o olhar sofrido marejava quando relatava as diversas violências que sofreu e presenciou. Revelou-me, de forma vívida, o medo constante de morrer e a brutalidade que cerca sua existência desde que se revelou uma mulher trans.

Acredito ser importante compartilhar este meu percurso, pois, como disse, foram estes encontros, dentre tantos outros que não conseguirei aqui relatar, que moldaram, conjuntamente com os estudos teóricos e a fundamental troca com meu orientador, meu olhar, minha escuta, e minhas questões levadas às entrevistas no campo. Foi a partir deste caminhar que fui me instrumentalizando para dizer algo, não só sobre o que estudei, não apenas a respeito das histórias de vida com as quais tive contato, mas a partir do que vivi com estas pessoas.

Ao longo de 2018, fui convidada a falar sobre meus estudos na área de gênero e transexualidade em diferentes espaços profissionais. Participei, como palestrante, da aula inaugural do Curso de Formação em Terapia Familiar Sistêmica do Centro de Estudos da Família, Adolescência e Infância – CEFAI, de uma palestra comemorativa ao Dia Internacional da Família, e do Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, ambos eventos promovidos pela Associação Brasileira de Terapia Familiar – ABRATEF.

Estes foram espaços de troca muito interessantes, pois apesar de estar em meio, majoritariamente, a profissionais do campo da saúde, a temática da transexualidade

^{kk} “Considera-se ato de alienação parental, a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie o genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”. (Parágrafo segundo da Lei 12.318/2010). Acessado em: planalto.gov.br em 22/01/19.

ainda soava como “uma grande novidade” para a maior parte do público que me assistia nas três oportunidades. Percebi a importância de trazer à luz mais discussões sobre este universo, tendo em vista que estes profissionais não apenas precisam estar melhor preparados para dar o suporte adequado às pessoas trans que busquem por seus serviços, como por ocuparem um lugar social diferenciado no tocante à legitimação ou patologização das diferentes construções identitárias, dentre elas a experiência da transexualidade. As indagações que recebi nessas oportunidades também me ajudaram a pensar e construir minhas conversas com meus interlocutores nas entrevistas.

Outra estratégia de aproximação com o campo, que considero fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, deu-se através da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH, da qual me tornei associada. Esta Associação existe com o intuito de zelar pelos interesses, direitos e bem-estar das famílias homotransafetivas brasileiras. Para tanto, promove eventos e debates de cunho científico, eventos sociais, além de auxílio jurídico e psicológico para as famílias associadas que necessitem.

Em julho de 2018, participei, em Brasília, do II Congresso Internacional da ABRAFH cujo tema era “As famílias LGBTI+ e a resistência no afeto: contra qualquer tipo de retrocesso, avançaremos em proteção, dignidade e respeito”. Foram quatro dias inteiros de intensas trocas com pessoas de todo o Brasil em torno de temáticas concernentes a estas famílias como a despatologização, a intersexualidade, a filiação, a religião, as necessidades especiais, as redes de proteção, entre as mais importantes.

Para além de todas as informações que ampliaram meu olhar adquiridas neste encontro, foram as muitas relações que estabeleci com as pessoas, que se revelaram realmente transformadoras. Em especial, destaco os encontros com o presidente da

ABRAFH, Saulo Amorim, e com a vice-presidenta, Alexia Salvador, que me ofereceram generosamente trocas fundamentais para meu percurso.

Todas as experiências aqui descritas contribuíram para as escolhas metodológicas que apresentarei a seguir.

4.2 A ETNOSSOCIOLOGIA: APROXIMAÇÕES

A abordagem proposta para conduzir esta pesquisa, Narrativas de vida, especialmente inspirada no livro “Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos”, de Daniel Bertaux¹⁴, foi eleita por mim por proporcionar uma aproximação dos percursos biográficos dos sujeitos a partir de suas próprias vozes, tantas vezes silenciadas no caso de pessoas trans, e ao mesmo tempo situá-las sócio historicamente, visando estabelecer uma compreensão possível das dinâmicas sociais subjacentes às suas experiências de parentalidade, ainda tão pouco conhecidas e problematizadas pela academia. Neste sentido, meu posicionamento se alinha com o de Minayo², quando a autora afirma que:

*“A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências, que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As ciências sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda um conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações”.*²
(p.15)

Após um período de ostracismo no campo das pesquisas científicas, o uso do método de narrativas de vida ressurgiu no final da década de 1970, na França, e ganha novas perspectivas, em especial a partir do trabalho de Daniel Bertaux¹⁴. O autor

defende a utilização deste método, não mais apenas como uma fonte alternativa de coleta de dados, mas também como aquele que permite a observação do que chamou de percursos de ação individual. Segundo Bertaux¹⁴:

*“Percursos de ação, que partem de situações precisas, respondem a motivações, razões de agir que se tentará conhecer e se inscrevem em contextos sociais (micro, meso e macrossociais), que constituem precisamente o objeto da pesquisa sociológica; um pouco como a “cultura” de um grupo humano específico constitui o objeto principal da pesquisa etnológica”.*¹⁴ (p.12)

Bertaux¹⁴ propõe que ao observarmos e analisarmos diversas narrativas de vida inseridas em um dado contexto social elas revelariam, em seu conjunto, as estruturas e dinâmicas deste contexto. Não seria um método, portanto, centrado no indivíduo nem limitado aos estudos dos fenômenos e processos microssociais, mas uma abordagem que visa compreender fenômenos coletivos, o “tecido de relações socioestruturais”¹⁴(p.11).

As narrativas de vida, segundo sua proposta, fazem parte de um conjunto de métodos que utilizam estudos de caso em uma perspectiva etnossociológica, e trariam informações aprofundadas a respeito de como se dão os processos coletivos. Neste sentido, Bertaux¹⁴ aponta que objetos que se referem a categorias de situação, ou seja, aqueles que se caracterizam por pessoas que compartilham uma situação que lhes é comum como, por exemplo, mães solteiras, desempregados, pessoas com doenças crônicas, pais divorciados, e no caso do presente trabalho, pais e mães trans, são particularmente interessantes para o método de narrativas de vida. De acordo com o autor, ele “permite identificar por meio de que mecanismos e processos os sujeitos chegaram a uma dada situação, como se esforçam para administrar esta situação e até mesmo para superá-la”¹⁴(p.27).

Sobre a perspectiva etnossociológica, Bertaux¹⁴ declara que esta reconhece as subculturas dentro de uma mesma realidade sócio histórica e consiste em focar a pesquisa sobre “este ou aquele mundo social centrado em uma atividade específica, ou sobre esta ou aquela categoria de situação relativa ao conjunto de pessoas que se encontram em uma determinada situação social” ¹⁴(p.17) e em desvendar suas lógicas de funcionamento próprias.

Portanto, os fenômenos ideológicos e culturais coletivos (valores, crenças, representações, projetos) não ganham especial destaque por si mesmos como em outras abordagens, mas auxiliam no nível semântico à compreensão das práticas recorrentes dos indivíduos. Estes fenômenos combinados com as situações objetivas em que os sujeitos se encontram inspiram à lógica de ação desses sujeitos que, por sua vez, começam a desvelar as relações e processos sociais estruturais.

4.3 O VALOR DA EXPERIÊNCIA: AS NARRATIVAS DE VIDA COMO VIA DE ACESSO AO CONTEXTO SOCIAL

Para Bertaux¹⁴, o pesquisador, consciente do pouco que sabe, vai ao campo interagir com as pessoas e perguntar-lhes “como funciona”. Tais pessoas se tornam seus interlocutores e lhe oferecem, através de seus relatos, o que aprenderam em termos de conhecimento prático, pela experiência, a respeito destes contextos sociais. Isto conecta a ação dos ‘sujeitos em situação’, tão cara a Bertaux¹⁴, ao método da narrativa de vida que, por seu diacronismo, melhor se aplica a acessar as recorrências dos modos de agir das pessoas. Considerarei, portanto, importante apresentar meus interlocutores (como verão a seguir) e suas narrativas de vida de maneira diacrônica, a partir do que pude colher nas entrevistas. Além de representar um importante passo do processo de análise, conforme Bertaux¹⁴ recomenda, é uma tentativa de fornecer certa contextualização de suas falas, que serão analisadas posteriormente, de dividir com o leitor minha forma de

vê-los, humanizando o que foi dito, fazendo perceber, mesmo que precariamente, quem são as pessoas que emitiram os enunciados analisados.

O autor estimula, também, o uso de outras fontes de informação como a observação direta das interações, conversas informais, fontes documentais, entre outras, acreditando que cada uma destas proporciona melhor acesso a um aspecto específico do objeto. No caso do presente estudo, como vimos, foram muitos os espaços e oportunidades de interação com pessoas envolvidas de diversas formas com o meu objeto que, aos poucos, foram moldando meu olhar e inspirando minha criatividade ⁷⁷ tão fundamental como pesquisadora.

Bertaux¹⁴ afirma que, nas Ciências Sociais, as narrativas de vida são, em geral, coletadas a partir de uma forma específica de entrevista, a entrevista narrativa. Como diz o autor: “a narrativa é, evidentemente, testemunho da experiência vivida, mas é um testemunho orientado pela intenção de conhecimento do pesquisador que a registra” ¹⁴ (p. 60). Cabe ao pesquisador deixar o entrevistado o mais à vontade possível para relatar sua história da forma que melhor lhe aprouver. Deste modo, acredito ter sido importante manter a curiosidade viva e o olhar crítico sobre as perguntas assim como sobre todos os outros aspectos do processo, revendo e redesenhando minha forma de atuar, sempre que a pesquisa solicitou.

Bertaux¹⁴ recomenda que ao final da entrevista o pesquisador faça uma série de anotações sobre o que percebeu no contexto da conversa, que mensagem foi passada, quais temas foram explicitados, e quais foram evitados. O autor sugere focar naquilo que causou mais surpresa ou choque. Muitas vezes, isso oportuniza uma ruptura com as representações prévias do pesquisador e se torna um caminho aberto para o aprofundamento da análise. Meu diário de bordo serviu para que eu visse e revisse minhas concepções prévias e reenquadrasse minhas expectativas reorientando minhas

compreensões em vários momentos da pesquisa. Essas informações coletadas têm a função de colaborar na descrição e posterior compreensão do funcionamento de uma situação social.

Desse modo, o objetivo da pesquisa etnossociológica se constitui na elaboração de um corpo plausível de hipóteses, um modelo a partir das observações, rico em descrições dos mecanismos sociais e em propostas interpretativas (mais do que explicativas) dos fenômenos observados¹⁴. Neste sentido, a diversificação de técnicas e de oportunidades de coleta de dados enriquece as possibilidades de análise.

4.4 O UNIVERSO PESQUISADO

Em relação às diversidades dentro do universo a ser pesquisado, Bertaux¹⁴ chama a atenção para o capital de experiência biográfica como um determinante importante a ser considerado nas diferentes lógicas de ação de cada sujeito. Não apenas a posição que ele ocupa em um determinado mundo social mas também sua história influenciam diretamente os seus cursos de ação, e esta história pode ser observada através de sua narrativa de vida.

Para esta pesquisa, procurei considerar (e diversificar), conforme indica¹⁴ Bertaux, os perfis socioeconômicos, acadêmicos e culturais (em termos de origem e raça/etnia) de meus interlocutores por acreditar que estes marcadores influenciam o seu campo de possibilidades para o exercício da parentalidade. Procurei, ainda, incluir pessoas que tiveram filhos antes e depois da transição de gênero e considerar os diferentes impactos disso na parentalidade.

Como proposta para esse estudo, pensei em realizar dez entrevistas com homens e mulheres trans, maiores de 18 anos, que tivessem vivido a experiência da parentalidade. Infelizmente, não foi possível atingir este número, tendo conseguido

realizar apenas seis. Recebi algumas recusas de pessoas que não quiseram falar, e também de pessoas que, apesar de em princípio terem se disponibilizado, nunca retornaram meu contato para marcarmos a entrevista. Percebi que as pessoas que me indicavam e faziam a minha apresentação ao futuro interlocutor tinham grande influência para o aceite/recusa deste convite para a participação na pesquisa. Ouvi muitas vezes o quanto era difícil para as pessoas se abrirem e falarem sobre suas histórias a uma desconhecida, ouvi também, das que se declaravam militantes, quantas e quantas vezes já haviam sido procuradas para dar entrevistas. Estas revelavam o quanto se sentiam na obrigação de atender a esses pedidos como mais uma forma de lutarem em favor de uma visibilidade positiva das pessoas trans.

O meu acesso aos interlocutores se deu da seguinte forma: O primeiro interlocutor conheci através de um contato profissional/pessoal de meu orientador. O segundo, através das relações que fiz no evento da ABRAFH. O terceiro veio através da minha rede pessoal e o quarto, pelos meus contatos em um dos eventos que relatei acima. Cheguei ao quinto e ao sexto por meio de indicações de entrevistados anteriores.

Dos meus seis entrevistados, três são mulheres e três homens sendo que, em uma das entrevistas, a esposa de um dos homens também estava presente. Três são brancos, dois negros e uma índia. As idades variaram entre 20 e 46 anos. Três são do Rio de Janeiro e os outros três são naturais de diferentes regiões do país. Três possuem nível superior completo, um possui nível superior incompleto e dois possuem nível médio. Três tiveram apenas filhos biológicos, dois adotaram e um teve um biológico e uma adotiva. Dois tiveram filhos antes da transição, dois tiveram depois, um durante, e um teve um filho antes e outra depois de sua transição. Quatro têm empregos formais e dois trabalham como autônomos. Todos esses dados, e ainda as idades e o gênero das crianças, estão discriminadas no Quadro 1, abaixo:

Nome	Idade	Raça	Naturalidade	Escolaridade	Ocupação	Constituição familiar (com quem mora)	Idade e gênero dos filhos	Momento da parentalidade em relação ao momento da transição	Modo de realização
Gustavo	20	Branco	Rio de Janeiro/ RJ	Superior inc.	Informal	Filha e colega de quarto	F 3a	Durante	Bio
Amanda	37	Negra	Mairiporã/ SP	Superior	Professora	Marido e 2 filhos	F 11a e M 14a	Depois	Adoção
Bárbara	46	Branca	Belém do Pará/ PA	Superior	Advogada	Filho	M 14a	Antes	Bio
Bruno	35	Negro	Rio de Janeiro/ RJ	Médio	Mídia ativista-áudio visual	Madrinha, tia, filho e filha (esta de 15 em 15 dias)	M 15a e F 6a	Antes e Depois	Bio e Adoção
Gil	26	Branco	Macau/ RN	Médio	Aux. serviços gerais	Esposa e 2 filhas	F 7a e F 9a	Depois	Adoção
Beatriz	38	Índia	Rio de Janeiro/ RJ	Superior	Analista de sistemas e Administradora	Pai, mãe e filho	M 16a	Antes	Bio

Quadro 1. Dados sócio demográficos (elaboração própria)

O trabalho de campo foi realizado após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Fernandes Figueira – IFF/ FIOCRUZ - RJ/ MS com o número de CAAE: 88572218.7.0000.5269. Os interlocutores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice I). As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise dos dados. Todos os procedimentos estavam de acordo com o que preconiza a Resolução nº 510/2016, sobre ética em pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais.

4.5 PROPOSTAS DE ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES COMPREENSIVAS

Bertaux¹⁴ propõe uma divisão do processo de análise em subcategorias que se interligam. Para o autor, é por meio da análise comparativa, ou seja, da comparação entre as narrativas que as recorrências farão surgir o núcleo do coletivo. O pesquisador

deve trabalhar desde o início visando esta comparabilidade, ou seja, deve procurar observar a unidade do objeto social, a escolha dos casos (variados, mas dentro do mesmo universo social), a constância do enunciado inicial e do filtro, e o traçado objetivo dos percursos e dados factuais contidos nas narrativas.

Outra subcategoria de análise a ser acionada neste trabalho é a da análise compreensiva, onde “a análise de uma entrevista biográfica tem por objetivo explicitar as informações e significações pertinentes nela contidas”¹⁴(p.107). Cada leitura revela novos conteúdos semânticos, e as significações estão no encontro do horizonte do pesquisador com o do seu informante. O que estiver além do horizonte do pesquisador não será percebido por ele.

A análise compreensiva se baseia em dois pilares, a imaginação e o rigor, mas principalmente no primeiro – a imaginação. Como aponta Mills⁷⁷, nada substitui a imaginação do pesquisador. É preciso que ele seja capaz de imaginar uma representação de processos que levam aos fenômenos referidos pelos relatos. A reconstituição diacrônica das narrativas ajuda nisso, pois permite o encontro de causalidades sequenciais que podem ser reencontrados em outras narrativas. Além disso, ajuda a situar os percursos de vida em seus contextos sócio-históricos.

Essa contextualização sócio-histórica da temática que estou trabalhando é fundamental, especialmente agora que estamos vivendo, em nosso país, um momento que mescla avanços nas questões trans e na aquisição de direitos sociais, e um simultâneo retrocesso que ameaça estes poucos, porém importantes, avanços recentemente conquistados. Essa dimensão social afeta e é afetada pelas experiências individuais relatadas nas narrativas de vida.

Dentro desse processo de análise, Bertaux¹⁴ utiliza o conceito de indícios que são aqueles trechos da narrativa que, mesmo implicitamente, “remetem a um

mecanismo social que marcou a experiência de vida”¹⁴(p. 108). É preciso que o pesquisador se debruce sobre a que eles se referem na realidade sócio-histórica, e se dedique a pensar qual sua significação sociológica mesmo quando ele não acredite que os mecanismos sociais imponham comportamentos individuais, como na sociologia estruturalista. “A sociologia contemporânea, mais consciente do caráter ‘construído’ dos contextos sociais e da diferencialidade das pessoas, concebe os processos sociais como encadeamentos prováveis de ações e de interações de atores colocados em situação”¹⁴(p. 113).

O autor propõe que esses indícios devem ser organizados em três diferentes níveis de significação. Para representar os dois primeiros, Bertaux¹⁴ se utiliza da distinção fundamental, estabelecida pela maior parte das teorias sociológicas contemporâneas, expressa pelos conceitos de: *sistema* e *ator* de Toraine e Crozier; *campo* e *habitus* de Bourdieu⁸⁴; e *estrutura* e *agência* de Giddens⁸⁵. Entre esses dois, acrescenta um nível intermediário: o das relações intersubjetivas fortes. Essas correspondem àquelas estabelecidas entre pessoas ligadas pela conjugalidade, parentalidade, relações amorosas, de amizade, de hierarquia, de aliança ou de rivalidade. São ‘micropolíticas’ criadas pelos próprios sujeitos.

Estes três níveis ajudam a situar os indícios da narrativa em termos de acontecimentos ou estados: a cada momento, o sujeito exibe um estado físico, emocional e psíquico específico, de sua personalidade e de suas forças vitais; um estado das suas relações intersubjetivas fortes; e um estado de sua situação social, como o emprego, o status familiar, sua habitação, seus recursos e “chances de vida”, etc. Segundo Bertaux¹⁴, tudo o que modifica pelo menos um destes estados é um acontecimento. Em geral, as mudanças ocorrem simultaneamente em diferentes níveis e estados, influenciando uns aos outros.

A respeito das narrativas em si, ele indica que as vidas das pessoas não são lineares nem coerentes, mas marcadas por diversas rupturas e reorientações de percurso. São impactadas por eventos macrossociais como guerras ou crises econômicas, e também por acontecimentos em nível microsocial, como um falecimento súbito ou a descoberta de uma doença crônica¹⁴. Tais rupturas ficam, muitas vezes, aplainadas nas narrativas que tenderiam a uma coerência e linearidade falsas. O autor deixa claro estar ciente deste fenômeno e não deixa de considerá-lo em suas análises.

Kornblit⁸⁶, debatendo a proposta de análise compreensiva de Bertaux¹⁴, faz referência a tais reorientações de percurso como ‘pontos de virada’ ou ‘pontos de inflexão’. Estes são descritos como “momento vital identificado pelo sujeito e/ou pelo investigador como uma encruzilhada partir da qual o itinerário biográfico da pessoa tomou um rumo diferente ou iniciou uma nova etapa”⁸⁶(p.23). Trabalhar em termos de antes e depois desses pontos e compreender o contexto sócio-histórico no qual eles se desenrolaram fornecem indicações preciosas a respeito das dinâmicas sociais subjacentes aos cursos de ação dos sujeitos. Especialmente, para compreender a experiência de pessoas que passaram por uma transição de gênero e pela parentalidade, ambos processos altamente transformadores subjetiva e socialmente, acredito ser este um parâmetro fundamental de atenção em minhas análises.

4.6 APRESENTAÇÃO DOS INTERLOCUTORES

Nesta seção, apresento brevemente um pouco do que apreendi da história de vida de cada um dos meus interlocutores. A partir de suas narrativas, reordenei os acontecimentos mais relevantes em ordem diacrônica, buscando compreender o desenrolar de seus percursos e suas lógicas de ação. Procurei, ainda, humanizar e oferecer ao leitor o contexto dos trechos extraídos das entrevistas e utilizados na seção

das análises. Saliento que, em todas as etapas de suas histórias, refiro-me a eles com os nomes e pronomes que utilizam atualmente, mesmo quando descrevo os fatos vividos antes de suas transições. Esta escolha se deu em respeito às pessoas que são e ao gênero com o qual já se identificavam, muito antes disso poder ser revelado socialmente.

Gustavo

Gustavo foi o primeiro de meus interlocutores a ser entrevistado. Consegui seu contato através de meu orientador que, por sua vez, recebera a indicação de seu nome através de uma colega professora.

Os primeiros contatos foram por *WhatsApp*, e Gustavo foi bastante receptivo, apesar de sucinto em suas mensagens. Escolheu marcar nossa conversa em um Shopping próximo à sua casa. Cheguei com alguma antecedência e aguardei em um ambiente reservado para *coworking*¹¹. Gustavo foi pontual. Falava baixo e parecia ligeiramente constrangido. Depois de me apresentar e falar um pouco sobre a pesquisa, lemos o TCLE e demos início à entrevista.

Gustavo tinha 20 anos no momento da entrevista, é branco, natural do Rio de Janeiro, estudante de Ciências Sociais, e trabalhava com “bicos” (sic). Morava com sua filha, Sofia, de três anos e com uma colega de quarto, em uma pequena cidade do interior, próxima a sua faculdade. Contou que sua família é de classe média alta e que seus pais são advogados. É o irmão mais novo de três filhos. Possui uma irmã mais velha com quem não tem contato há muitos anos e um irmão do meio que é autista. Contou que, desde muito cedo, precisou cuidar deste irmão, já que seus pais trabalhavam demais e nunca estavam em casa. Sentia-se sobrecarregado e frustrado por ter essa incumbência, que julgava ser injusta. Relatou que as relações familiares sempre

¹¹ São ambientes comuns nos Shoppings, com mesas, cadeiras e acesso à internet, disponíveis gratuitamente para os clientes/frequentadores.

foram muito conflituosas, e sentia-se muito sozinho e responsável por si mesmo, desde a infância. Descreveu o clima em sua casa como ‘insuportável’.

Gustavo referiu que sua família sempre foi extremamente preconceituosa, em especial em relação às pessoas LGBT. No início de sua adolescência, quando começou a cortar o cabelo bem curto e mudar o estilo das roupas, passou a sofrer discriminação dentro de casa. Seus pais perguntavam quando ele assumiria sua homossexualidade, e faziam comentários pejorativos ao seu respeito. Por diversas vezes apanhou, e foi proibido de sair de casa para encontrar seus amigos.

Com treze anos, resolveu se inscrever nas provas de seleção para colégios públicos federais. Conta que só fez com seriedade as provas para aqueles que eram longe de sua casa, o que o obrigaria a se afastar de sua família, caso fosse aprovado. Conseguiu entrar em uma escola em um município vizinho, mudou-se para lá, e passou a morar sozinho aos 14 anos. Pouco tempo depois, começou a assumir sua identidade masculina socialmente. Foi um processo paulatino até que se nomeasse um homem trans. Contou-me que, por muito tempo, não se via como menino nem como menina e não sabia dizer o que estava acontecendo com ele.

Aos quinze anos, começou um relacionamento com um rapaz bem mais velho que, aos poucos, foi se tornando abusivo. Não se sentia feliz, mas não conseguia se separar. Consentia o sexo, apesar de não sentir nenhum prazer. Disse que se desligava durante as relações e apenas pensava em outras coisas até que acabasse. Um dia, depois de semanas vomitando, foi ao hospital acompanhado pela mãe, acreditando tratar-se de uma forte crise de gastrite, e descobriu que estava grávido. No início, ficou desesperado com aquela gravidez não planejada. Nessa fase, estava no meio de sua transição e enfrentou muita discriminação, tanto por parte do serviço de saúde pelo qual foi

assistido em seu pré-natal quanto por seus colegas e familiares. Separou-se do companheiro e, neste período, se isolou do mundo. Foram meses muitos difíceis.

Depois do nascimento de sua filha, decidiu permanecer isolado por mais um tempo. Quando começou a receber notificações da escola de que seria reprovado por faltas, retomou os estudos. Como não tinha com quem deixar sua filha, levava-a para as aulas. Enfrentou diversas dificuldades pela falta de estrutura da instituição, que não oferecia nenhum tipo de suporte para pais/mães adolescentes; pela discriminação de professores que não aceitavam que “uma mãe” usasse o nome social masculino nas provas e, por isso, zeravam sua nota; pela falta de banheiros masculinos com trocadores ou banheiros familiares onde pudesse adequadamente cuidar de sua filha. Conseguiu formar-se graças ao apoio de uns poucos professores que se dispuseram a ajudar.

Gustavo contou que, depois de formado, foi trabalhar em uma empresa de telemarketing onde sofreu assédio moral e sexual e deprimiu muito. Tomava medicação psiquiátrica por conta própria para conseguir continuar trabalhando.

Quanto à depressão, disse que ela sempre esteve presente em sua vida. Já recebeu diversos diagnósticos de transtornos psiquiátricos e se identificava com eles. Achava que eles eram necessários pois o ajudaram a compreender o que se passava consigo. Disse, ainda, acreditar que, mesmo que ele os desconsiderasse, as pessoas iriam rotulá-lo de qualquer forma.

Contou que faz parte do programa transexualizador do SUS e está na fila para conseguir sua mastectomia. Estava nervoso pois tinha que passar pela avaliação psiquiátrica e se achava um homem ‘feminino demais’ para os parâmetros do programa. Ele disse precisar provar que era um homem “o mais cis possível”, com um discurso do ‘pegador’, machista, hétero, e misógino para não ser cortado do programa. Queria entrar

para uma academia para ficar mais forte e disse que não poderia jamais declarar que pariu uma filha.

Quanto à sua parentalidade, Gustavo contou que se vê como um pai superprotetor, mas um pouco seco. Tem alguma ajuda do seu ex-companheiro, pai de sua filha. Apesar de achá-lo muito imaturo, entende que ele é afetivo com ela. Sua mãe também o ajuda eventualmente e a neta é o único elo que mantém essa relação atualmente. Contou, ainda, que muitas pessoas acham que ele é um bom pai por ‘na verdade ser mãe’. Revelou ficar revoltado ao ouvir esse tipo de comentário.

Disse que, se pudesse escolher, gostaria que sua filha, quando crescesse, também se descobrisse LGBT. Sonhava com isso por uma questão de identificação, e por acreditar que isso faria dela uma pessoa mais empática e solidária.

Atualmente, Gustavo define sua estratégia, para lidar com as discriminações que enfrenta, como “sua máscara de maluco”. Disse acreditar que as pessoas com quem não mantêm boa relação o tratam no masculino não porque o respeitam, mas por não quererem saber o que aconteceria se elas não o fizessem. Também contou que, daqui em diante, só pretende se relacionar amorosamente com pessoas trans, pois *“achar uma pessoa cis que entenda é um rolê muito grande”*.

Amanda

Conheci Amanda no II Congresso Internacional da ABRAFH, em julho de 2018. Muito articulada, coordenou diferentes mesas do evento sobre temas diversos. Apesar de muito ocupada, mostrou-se receptiva e disponível para colaborar com minha pesquisa. Além de diversas conversas informais que travamos ao longo dos quatro dias que convivemos no congresso, marcamos um horário reservado em um restaurante próximo, e ela me concedeu uma entrevista.

Amanda tinha 37 anos no momento da entrevista, é negra, natural de Mairiporã (SP), professora, pedagoga e pastora evangélica, e é casada com Rogério. Morava com seu marido e seus filhos, Bento de 14 anos e Angélica de 11 anos.

Contou-me que vinha de uma família numerosa do interior de São Paulo, e sempre sonhou em ser mãe e ter muitos filhos. Referiu-se a seus pais como seu tesouro e porto seguro. Sua mãe foi uma figura fundamental na formação de seu caráter, sua índole. Demonstrou, durante toda nossa conversa, o grande valor que a família tem em sua vida.

Revelou que desde criança percebia ser “diferente” dos outros meninos, mas era “um sentimento que não tinha nome”. Depois que todos iam dormir, escondia-se no banheiro para brincar com as bonecas da irmã. Quando adolescente, sentia-se atraída por garotos. Aos poucos, foi se percebendo e entendendo melhor o que se passava com ela. Ainda vivendo como um jovem adulto, compreendeu que não era um homossexual, mas sim uma mulher.

Quando resolveu contar para seus pais, achou que sua mãe, por ser mais dura, teria muito mais dificuldades para aceitar do que seu pai, mas foi o oposto. Desde o princípio, sua mãe a compreendeu, mas seu pai, bastante contrariado, aceitou a homossexualidade, mas não a transexualidade.

Durante anos, Amanda viveu como um homem gay. Levava os namorados para casa e, aos poucos, foi ganhando a confiança e o respeito dos pais. Disse ter sido bem pedagógica com eles e foi ensinando-os paulatinamente como lidar com essa situação.

Chegou a fazer quatro anos de Seminário mas, antes de se formar, abandonou-o. Afastou-se da religião por sentir que o que se pregava ali era incompatível com o que vivia intimamente. Reaproximou-se da religião quando conheceu uma igreja que a aceitava como ela era, tornando-se pastora desta igreja.

Conheceu Rogério e casou-se com ele. Eventualmente, vestia-se de mulher para apresentações musicais na igreja. Com o passar do tempo, foi se sentindo cada vez mais infeliz e percebeu que não poderia continuar vivendo como um homem. Aos 29 anos, assumiu sua transexualidade para Rogério, seu marido. Quando contou a ele, pensou que seria o fim do seu casamento, mas ele a surpreendeu. Ele disse que seria um desafio, mas que gostaria de continuar ao seu lado, pois amava a pessoa que ela era, independentemente de qualquer coisa. Amanda disse que foi a coisa mais linda que já ouviu.

Continuaram casados, e Amanda deu início a sua transição. Começou a se hormonizar, e a se assumir publicamente como mulher. Como já tinha dois empregos estáveis como professora do Estado, continuou exercendo sua profissão nas mesmas escolas. Disse ter enfrentado discriminação por parte dos colegas, mas não teve nenhum problema com seus alunos, que a aceitaram e a respeitaram sem dificuldades.

Amanda e Rogério começaram a fazer trabalhos voluntários em um abrigo para crianças, e foi lá que conheceram Bento. Já conversavam sobre adoção, pois Amanda queria ser mãe, e Rogério concordou que este seria um bom projeto. Bento era um menino com “necessidades especiais” e ficava brincando sozinho, num canto. Amanda contou que foi amor à primeira vista. As profissionais do abrigo diziam que ele não se relacionava com ninguém, não falava, não aceitava contato físico, mas com ela foi diferente. Ele não só falou com ela, como a abraçou no primeiro dia. Bento tinha um irmão mais velho, Vítor, convivendo com ele no mesmo abrigo, e Amanda, a princípio, tentou adotar ambos. Ao longo do processo de aproximação, levava os dois para casa nos finais de semana, viajou com eles. Um dia, foi ameaçada em sua própria casa por Vítor e ficou assustada. Foi ao abrigo e quis interromper o processo de adoção. Lá ouviu da psicóloga da equipe que Vítor não aceitava ser adotado por uma mulher trans. Apesar

de muito triste, Amanda entendia que isso era um direito dele, mas gostaria de ter sido comunicada antes. Seu maior medo foi perder também Bento, já que muitos juízes não permitem a separação dos irmãos, mas Amanda não desistiu. Tanto a equipe do abrigo, com laudos e testemunhos, quanto sua advogada toparam brigar judicialmente para que Bento pudesse ficar com ela. A diretora do abrigo já via o laço afetivo entre eles e sabia que, provavelmente, essa seria a única chance de Bento ter uma família. Surpreendentemente, não houve briga. Os laços entre eles foram rapidamente reconhecidos pela juíza responsável pelo caso que separou os irmãos e permitiu que Amanda prosseguisse com seu processo para adotar Bento. Foram quatro anos de muita luta e ansiedade até que ela se tornasse a primeira mulher trans do Brasil a conseguir adotar uma criança pelo Cadastro Nacional de Adoção.

No caso de Angélica, sua segunda filha, a aproximação aconteceu de forma atípica. A juíza da comarca, onde Angélica estava abrigada, entrou em contato com Amanda dizendo que tinha um caso de um menino de 9 anos que dizia ser uma menina. Ela disse não ter uma equipe que pudesse atestar se realmente se tratava de um caso de transexualidade, mas, como enfrentava grande dificuldade de encontrar adotantes brasileiros para esta criança e como já tinha ouvido declarações públicas de Amanda dizendo que gostaria de adotar uma criança trans para poder oferecer a ela o que não pôde receber de seus pais nos anos 80, resolveu procurá-la antes de mandar Angélica para a lista internacional de adoções. Amanda prontamente concordou em conhecer e se aproximar desta criança. Como ela estava em outra região do país, a aproximação foi feita inicialmente de forma virtual. Por três semanas, conversavam diariamente por uma hora e meia pelo Skype e Amanda, para que ninguém pudesse alegar que houve qualquer tipo de influência sua, optou por usar apenas pronomes neutros com Angélica. Chamava-a de meu anjo, serzinho de luz, até que o elo entre elas se tornasse realmente

forte. Amanda contou que, desde o primeiro contato, viu que se tratava, indubitavelmente, de uma menina. Angélica foi vítima de várias violências no abrigo por ser uma menina trans: teve seu cabelo raspado, era chamada por seu nome de batismo, era obrigada a se vestir como um menino. Amanda queria tirá-la desta situação.

Poucas semanas depois, Amanda viajou e foi buscar Angélica para aumentar a família. Antes desse encontro, pediu que a juíza contasse à menina que ela (Amanda) era uma mulher trans, pois temia que Angélica, mesmo também sendo trans, não a aceitasse.

Angélica ficou felicíssima com a notícia e o processo de adoção seguiu seu curso. Amanda contou sobre algumas dificuldades adaptativas que enfrentaram, e superaram juntas. O fato de Amanda ser uma mulher trans ajudou Angélica na compreensão de sua própria transexualidade, na relação com o seu próprio corpo e com as pessoas, no fortalecimento de sua autoestima. Rogério também teve um papel muito presente e importante neste percurso.

Amanda contou sobre os preconceitos e discriminações que sofreu ao longo dos processos de adoção, que não foram fáceis. Contou também sobre sua maternidade, sua dedicação aos seus filhos, o quanto se realizava sendo mãe, e o quanto percebia que as pessoas ainda tentavam deslegitimar sua maternidade por ela ser uma mulher trans. Contou que ainda quer ter mais filhos e um dia pretende adotar um bebê.

Amanda é uma mulher engajada e, além do seu trabalho como professora, atua de várias maneiras na luta pelos direitos humanos, em especial das pessoas trans. Dá palestras por todo o mundo, participa de associações e chegou a candidatar-se a deputada estadual buscando ampliar a representatividade das pessoas trans na política.

Sabe dos riscos que corre por assumir publicamente esta luta, mas sente que tem uma grande responsabilidade social, e deseja que seus filhos cresçam num mundo melhor, que os respeite como eles são. Deseja lutar por leis que punam severamente os crimes contra pessoas LGBT. Como disse para sua mãe: *“Só pelo fato de ser quem eu sou mãe, eu posso ser morta. [...] Mas a senhora tem que saber que se eu morrer, eu morri lutando pelo que eu acredito”*.

Bárbara

Bárbara foi-me apresentada por meu marido, eles haviam sido colegas de profissão. Ela me recebeu em sua casa, foi extremamente simpática e aberta à conversa. Assim que cheguei, fez questão de apresentar-me a casa toda, oferecer-me um café fresco, uma verdadeira anfitriã. Antes que iniciássemos a entrevista propriamente dita, fez questão de perguntar-me se minha pesquisa continha algum viés patologizante da transexualidade, e deixou claro: “Se tiver, paramos por aqui mesmo”. Com tudo esclarecido, demos início a entrevista.

Bárbara tinha 46 anos no momento da entrevista, é branca, natural de Belém do Pará, advogada, oficial superior da Marinha do Brasil reformada. Morava sozinha, mas recebia seu filho Lucas de 14 anos regularmente.

Sobre sua família de origem, contou-me que é bem dispersa, e que tem dois irmãos com os quais mantém pouco contato. Seu pai é falecido. Ele era militar e a mãe, do lar. Moravam em Belém do Pará quando ela nasceu. Desde criança, gostava de vestir as camisolas da irmã e brincar com ela de bonecas. Não se interessava pelas brincadeiras do irmão mais velho. Cresceu gostando de usar escondida as roupas de sua irmã, e imaginava se todos os homens faziam isso também. Aos poucos, foi se percebendo “diferente” dos outros meninos, mas não entendia o que se passava com ela.

Disse que em sua época, não havia muito acesso a informação e ela não sabia o que era transexualidade.

Um dia, viu uma revista que contava a história de Roberta Close e se perguntou se era o mesmo que acontecia consigo. Resolveu contar sua suspeita a seus pais, que a levaram a uma psicóloga, com o pedido de que “tirasse isso dele”. Depois de uma entrevista, a psicóloga disse aos pais que não poderia fazer o que eles pediram, pois realmente se tratava de um caso de transexualidade. Bárbara ficou assustada, e começou a lutar contra isso. Buscou outros tratamentos psicológicos, começou a namorar meninas, mas tudo parecia inócuo. Sabia que seus pais não aceitavam o que estava ocorrendo. Nesta época, Bárbara já era aluna da Escola Naval, uma excelente aluna. Sentia que vivia uma vida dupla: o Aspirante exemplar, orgulho da família, e a mulher reprimida, que só podia viver em segredo.

Bárbara conheceu uma moça de quem gostava, contou a ela sobre como se sentia e pediu sua ajuda para tentar se livrar “de tudo isso”. Casaram-se numa tentativa de reverter este processo. Como não funcionou, depois de alguns anos, Bárbara resolveu ter um filho, na esperança de que a paternidade lhe fizesse aflorar a masculinidade que não reconhecia em si. O efeito foi oposto. Quando seu filho nasceu, sentiu-se mãe. Bárbara e sua esposa ainda permaneceram juntas por alguns anos, quase que como amigas, mas aos poucos Bárbara foi deprimindo. Quando se viu mergulhada em um grande sofrimento, aceitou o fato de que precisava transicionar para ser feliz. Gostaria de ter permanecido casada, mas sua esposa não aceitou se relacionar com uma mulher. Estranhou tanto que tentou afastar Bárbara do filho, e precisaram brigar judicialmente para que isso não ocorresse. Depois de sua decisão, contou que sofreu muitíssimo com o isolamento social. Familiares e amigos lhe viraram as costas, e Bárbara se viu sozinha em meio a esse conturbado processo. Até sua mãe ficou cinco anos sem falar com ela

até que as coisas se acalmassem. Contou-me que pensou em morrer várias vezes, mas ainda assim não desistiu. Sabia que este era um caminho sem volta. Neste período, começou sua hormonização, e foi à Tailândia para realizar sua cirurgia de transgenitalização.

No trabalho, quando Bárbara assumiu publicamente que iniciaria sua transição e assumiria sua identidade feminina, sofreu um processo de reforma por parte da Marinha, que a classificou como doente mental. Esse é um capítulo de sua vida que permanece em aberto. Bárbara foi fazer faculdade de Direito, formou-se, e hoje briga judicialmente contra a Marinha para poder ser reintegrada. Contou-me sobre os 22 anos de excelentes serviços que prestou, tendo sido, inclusive, oficial instrutora da Escola Naval, posição apenas ocupada por militares exemplares. Bárbara não aceita ser classificada como doente, e não pretende desistir desta luta. Briga por reconhecimento e retratação.

Com o filho, mantém uma relação bastante próxima e de parceria. Como conversou com ele desde pequeno a respeito de sua transição, contou que Lucas nunca demonstrou ter dificuldades para aceitar a transformação do pai. Com o passar do tempo, sua relação com a ex-esposa foi melhorando e hoje me disse que são amigas.

Na escola de Lucas, prefere não se identificar como pai para não expor seu filho a qualquer tipo de discriminação. Contou que seu filho é extremamente antenado nas questões de gênero e tem muito conhecimento sobre o assunto. Contou com orgulho que o filho a aceita como ela é, e diz que seu maior desafio é *“criar e educar ele. Isso é desafiador porque a gente vê que o mundo tá meio perdido de valores, de princípios, de ética, de um monte de coisas. Então, o maior desafio que eu tenho é passar pra ele essas ideias, ou ideais, de correção, de retidão, de valores. Esse é o maior desafio”*.

Antes que eu fosse embora, Bárbara fez questão de mostrar-me uma série de fotos da recente viagem que fez com o filho e sua ex mulher. Fez questão de mostrar-me sua família.

Bruno

Conheci Bruno em um evento sobre feminismo e transexualidade. Fomos apresentados por uma das palestrantes do dia, com quem eu já tinha algum contato, e foi ela que pediu a ele que me desse seu depoimento. Percebi claramente que o fato de o pedido ter vindo dela, contribuiu muito para que ele aceitasse falar comigo. Depois deste dia, ainda demoramos para conseguir marcar nosso encontro. Foram algumas tentativas, marcações e desmarcações até que conseguíssemos agendar uma data.

Marcamos de nos encontrar em um parque onde ocorreria uma exposição na qual Bruno estaria trabalhando. Ele me avisou que estaria sem celular e, portanto, incomunicável naquele dia. Cheguei alguns minutos antes da hora marcada e aguardei no ponto de encontro. Aguardei por mais de uma hora. Quando estava prestes a desistir, achando que ele não viria mais, ele apareceu. Parecia bastante relaxado e não justificou seu atraso. Meu sentimento foi de que ele, um pouquinho contrariado, estava ali me fazendo um favor.

Sentou-se comigo no jardim e, já no início da leitura do TCLE, estranhou o uso do termo ‘transparentalidade’ que, àquela altura, ainda fazia parte do título da pesquisa. Depois, perguntou-me: *“Eu acho a pesquisa tão engraçada... Pai e mãe trans, criança trans... Pai e mãe não é pai e mãe?”*.

Bruno tinha 35 anos no momento da entrevista, é negro, natural do Rio de Janeiro, trabalha com áudio visual, na chamada ‘mídia ativista’. Morava com a madrinha, a tia, o filho Leandro de 15 anos, que naquele momento estava passando uma

temporada com o pai no Mato Grosso, e recebia a filha Alice, de 6 anos, de 15 em 15 dias.

Bruno falava pouco, mas era muito contundente em suas colocações e foi preciso que eu participasse mais da conversa para que ele fosse me contando sobre sua história.

A respeito de sua família, disse que era unida, pobre e suburbana. Faziam tudo por ele. Contou que eram religiosos e Bruno não gostava nem de imaginar a possibilidade de desapontá-los.

Por isso, quando se viu adolescente e homossexual, buscou relacionar-se com um rapaz bacana que conheceu para tentar atender às expectativas familiares. Engravidou e logo se deu conta de que não seria possível sustentar esta relação. Contou que não foi fácil ver-se responsável pela vida de alguém, mas seu filho o fez crescer muito. Ele nasceu com atrofia muscular, o que fez com que Bruno precisasse se dedicar bastante aos cuidados com sua saúde. Disse acreditar que isso acabou intensificando o vínculo mãe e filho. Com Leandro, exerce o que chamou de maternidade masculina, e ser chamado de mãe pelo filho não o incomoda.

Anos depois, vivendo um relacionamento com uma mulher, conheceu uma grávida que queria dar sua filha para adoção quando ela nascesse. Combinou com sua companheira que ficariam com a menina e assim tornou-se pai de Alice. Um tempo depois, separaram-se e passaram a criar a filha em uma espécie de guarda compartilhada. Contou que a menina é apaixonada por ele e que eles mantêm uma relação de muita proximidade.

Sobre sua transição, Bruno conta pouco. Disse que sempre teve uma aparência bastante masculina e, portanto, as mudanças não foram tão expressivas. Quando começou a usar o nome e os pronomes masculinos, sua família fingiu não perceber.

Assim conviveram por anos. Com o crescimento de Alice e de sua sobrinha, as coisas mudaram porque ambas não permitem que ninguém se refira a Bruno no feminino.

Atualmente, Bruno trabalha como fotógrafo e busca retratar o universo trans. Em sua atuação no movimento que chama de ‘mídia ativista’, denuncia as violências com as quais convive. Está engajado na luta por transformação social e acredita que a educação ainda é o melhor caminho para atingi-la.

Contou que busca manter um diálogo próximo e aberto com a escola de sua filha, mas que nem sempre isso é possível.

Acredita que não deveria mais haver diferença entre ser pai e ser mãe, e que todos deveriam ser nomeados como responsáveis legais. Disse acreditar que as crianças também deveriam ser criadas da mesma maneira, sem distinção entre meninos e meninas. Deveríamos permitir que elas experimentassem mais, fossem mais livres e fizessem suas escolhas. Disse perceber o quanto nós adultos as reprimimos e fazemos com que elas reproduzam os comportamentos de opressão.

Contou ainda sobre diversas situações de discriminação que enfrentou como homem trans, mas sua maior preocupação é o racismo. Teme pela vida de seu filho, já que ele é um jovem negro e Bruno sabe que isso significa correr sérios riscos em nossa sociedade.

Apesar de tudo isso, ele acredita que as coisas estão melhorando, que o preconceito já foi pior. Contou que percebe uma forte mudança na geração de seus filhos que já lida com as questões de gênero de uma nova forma, mais liberta.

Quanto à sua parentalidade, Bruno reflete: *“Eu acho que só de a gente ter uma conexão, de a gente conseguir dialogar, a gente conseguir se pertencer... Família tem um montão aí, agora, se os envolvidos se pertencem, aí é que são outros quinhentos. Eu me pertencer com meus filhos e não ser problema pra eles, enquanto um me chama de*

pai e o outro me chama de mãe, enquanto eles são felizes, enquanto eles tão fazendo as coisas que eles gostam, as coisas que eles querem. [...] Eu diria que é uma experiência maravilhosa, que todo dia eu aprendo, todo dia, que eles me ensinam e é isso”.

Gil

Gil foi-me indicado por Amanda, e os primeiros contatos que estabeleci foram com sua esposa, Isa. Foi a partir do intermédio dela que consegui marcar nosso encontro que aconteceu na casa deles. Foram muitas trocas por *WhatsApp*, até que conseguíssemos nos encontrar.

Gil tinha 26 anos no momento da entrevista, é branco, natural de Macau (RN), auxiliar de serviços gerais. Morava com sua esposa e suas filhas, Rebeca de 9 anos e Luisa de 7 anos. Quando cheguei todos estavam em casa, e a entrevista foi feita na sala, com algumas participações de Isa que circulava por ali. Ela trouxe contribuições riquíssimas para que eu pudesse compreender o contexto em que eles viviam, no qual Gil vivenciava sua parentalidade.

Gil é um rapaz tímido, de fala baixinha, e muito gentil. Demonstrou-se extremamente feliz quando eu disse que ele poderia assinar o TCLE com seu nome social. Em nenhum momento, eu quis saber seu nome de batismo e senti que isso teve um impacto bastante positivo naquela conversa que se iniciava.

Contou-me que é filho adotivo de uma família com mais de dez irmãos, todos mais velhos. Cresceu no interior do Rio Grande do Norte em uma cidade bem pequenininha. A primeira característica que usou para descrever sua família foi: preconceituosa.

Ao longo de toda sua infância, gostava de brincar de carrinhos e odiava vestir vestidos ou jardineiras. Contou que nunca se identificou com nada do universo

feminino. Conforme foi crescendo ficava irritado e constrangido quando tentavam lhe arrumar um namorado ou pretendente. Chegou a pensar em tornar-se freira para fugir do casamento. Contou que sua vida era muito limitada pois, como menina, tinha muito pouca liberdade. Referiu com mágoa a diferença que via entre o tratamento dispensado aos meninos e às meninas em sua família.

Costumava frequentar a igreja, mas aos poucos foi sentindo que ali não era o seu lugar. Sofria discriminação pelos cabelos curtos e pela forma de vestir-se.

Ainda bem jovem, resolveu vir para o Rio de Janeiro viver sua vida com mais liberdade. Tinha alguns irmãos morando aqui e pediu apoio. Uma irmã resolveu ajudá-lo, embora tenha deixado claro que aceitaria que ele se relacionasse com mulheres, mas não que se tornasse um homem.

Pela internet conheceu Isa e começaram a namorar. Isa se considerava uma mulher lésbica, mas isso foi mudando junto com a transformação de Gil. Foi ela quem o ajudou a se compreender como um homem trans e a cursar o caminho de sua transição.

Foi também pela internet que, três anos depois, souberam da história de Rebeca. Eles já pensavam em adotar filhos, mas não acreditavam que conseguiriam tão rapidamente. Estavam ainda estudando a respeito do processo de adoção quando foram tocados pela história desta menina trans, cega, que vivia em um abrigo no interior de São Paulo e que já havia passado por todos os tipos de violência. Gil disse que ao ouvir a história, sentiu que se tratava de sua filha. Insistiu com Isa para que ela entrasse em contato com os responsáveis pelo abrigo, para descobrir como eles poderiam fazer para adotá-la. Descobriram que ela tinha uma irmã, Luisa, e que ambas estavam aguardando para serem adotadas juntas.

A partir deste contato, Gil e Isa foram uma vez ao abrigo conhecer as meninas e tomaram a decisão definitiva de seguir com o processo. Voltaram ao Rio, mobilizaram-

se em busca de ajuda financeira, tiraram férias dos empregos, e se mudaram por um mês para São Paulo, para conviver com as crianças. Foi um período intenso, onde se conheceram melhor e começaram a criar laços, mas foi também quando assistiram as diversas discriminações sofridas por Rebeca no abrigo. Gil foi avaliado e sua capacidade de ser pai colocada à prova, dado que ele é um homem trans. Depois de muita conversa e convivência, eles saíram de lá com a guarda das crianças e puderam trazê-las para casa.

Gil relatou que ser pai trazia para ele uma sensação gostosa de segurança que reafirmava sua masculinidade. Gostava muito de cuidar das filhas, mesmo sendo diferente do que imaginava, e bastante desafiador. No dia da entrevista, fazia apenas três meses que eles tinham conseguido trazer as meninas para casa, e todos ainda estavam se adaptando à nova realidade.

Contou que, para as meninas, saber que ele era um homem trans foi um fator que os aproximou. Especialmente para Luisa, que era agressiva com Gil e não o deixava se aproximar muito, descobrir que seu pai era um homem trans fez com que ela se tornasse mais doce e receptiva com ele. Gil não soube dizer com certeza, mas supunha que isso pudesse estar ligado ao passado de Luisa, e à violência a que o corpo masculino podia estar associado em sua história.

Gil contou acreditar que seu maior desafio, hoje, é cuidar do desenvolvimento emocional das meninas, especialmente de Rebeca pois, ser negra, cega e trans a torna um alvo preferencial para todo o tipo de violência. Luisa também vai precisar superar diversos obstáculos, lidar com tudo o que já enfrentou na vida, mas sua irmã, por reunir todas essas características, preocupa ainda mais.

Gil pareceu se identificar com a dor de Rebeca que, de vez em quando, tem “crises de agressividade” e comportamentos de auto mutilação. Ele passou por uma

depressão profunda e até hoje refere problemas de autoestima. Revelou que ainda precisa da mastectomia para sentir-se mais à vontade e seguro com seu corpo, e gostaria de ser mais respeitado e reconhecido como homem e pai. Relatou, com muita dor, as vezes em que buscou atendimento médico e seu nome social não foi respeitado, assim como os momentos em que duvidaram que as meninas fossem suas filhas. Por outro lado, disse acreditar que o exercício de sua paternidade vem contribuindo muito positivamente para seu fortalecimento emocional. Contou que nunca tinha imaginado a possibilidade de gerar uma criança, pois associava a gravidez às mulheres, mas disse que agora já se sente diferente: *“Meu Deus, por que a gente se prende a tanta coisa? A gente tem muito preconceito com as coisas, meu Deus! O que vai me tirar da minha masculinidade? Eu só ia passar por um período que, realmente, seria muito ruim. Assim, no sentido de que, meu Deus, eu sou homem, como é que eu ia lidar com isso, com as emoções, com a barriga crescendo, com isso, com aquilo? Ter que não transicionar e ver a coisa reverter todinha... Isso ia prejudicar muito meu psicológico? Não. Ultimamente até com isso eu tô de boa. Não tiraria minha paternidade. Eu sou pai do mesmo jeito, entendeu?”*.

Beatriz

Beatriz foi a última de minhas interlocutoras. Foi indicada por Bárbara e foi sempre muito simpática e acolhedora em nossos contatos. Não houve dificuldade para marcação de nosso encontro, que aconteceu em um café próximo ao seu trabalho. Beatriz foi pontual e chegou com uma expressão alegre e sorridente. Pediu-me explicitamente que eu não utilizasse um nome fictício em substituição ao seu na publicação do trabalho. Desde este primeiro contato, senti que algo diferente de tudo o que já tinha ouvido se prenunciava.

Beatriz tinha 38 anos no momento da entrevista, é índia, natural do Rio de Janeiro, analista de sistemas e administradora. É divorciada e morava com sua mãe, seu pai, e seu filho, Murilo, de 16 anos.

De todas as entrevistas que fiz, a de Beatriz foi a mais “leve”. Ela disse saber que sua história é uma exceção, dado que quase não sofreu discriminação, que não foi expulsa de casa, que continuou sendo bem tratada na empresa em que trabalhava e que tem o apoio de sua família. Considera-se uma pessoa de muita sorte, já que tudo em sua vida só melhorou depois da transição. Antes, se via uma pessoa triste e cabisbaixa agora, extrovertida e feliz. É uma mulher linda que chama atenção pelos cabelos verdes e pelo estilo roqueira e se vestir. Contou que sua energia positiva e sua simpatia lhe trazem coisas boas constantemente.

Sobre sua família, disse que tinha dois irmãos bem mais velhos, e uma irmã mais nova. Sua relação com os pais é muito boa, apesar de ter sido difícil para eles aceitarem sua transexualidade. Disse que, em sua família, já existiam casos de pessoas “diferentes”, mas, até sua transição, nenhuma trans. Anos depois de sua transição, sua irmã mais nova também se assumiu uma mulher trans. Contou que ficou surpresa, pois nunca havia percebido nada que pudesse indicar que aquilo que viveu também se passava com a irmã.

Revelou que, desde que se entendia por gente, já sabia que era “diferente”. Disse que, com o passar dos anos, isso foi ficando cada vez mais forte, mas não imaginava aonde isso poderia chegar. Contou que, em sua época, não tinha nenhuma referência do que era ser uma mulher trans.

Aos 21 anos, sua namorada engravidou e Beatriz se viu tendo que amadurecer rapidamente. Apesar de não ter sido um filho planejado, tornar-se pai fez com que se dedicasse mais ao trabalho e crescesse profissionalmente. Dois anos depois, Beatriz se

separou da mãe de Murilo. A relação era um tanto conturbada e a família da ex-companheira bastante desestruturada. Quando Murilo tinha sete anos, sua mãe entrou na justiça pedindo uma revisão da pensão alimentar, a guarda dele acabou sendo revertida para Beatriz que, desde então, fica com o filho a maior parte do tempo.

Beatriz me contou que, depois de seu relacionamento com a mãe de Murilo terminar, casou-se novamente com uma outra mulher. Na época em que começaram a se relacionar, ela já sabia intimamente que não era um homem. Contou para a parceira, mas ainda não sabia como as coisas se desenvolveriam dali para frente, pois “*quando olhava para o espelho, não acreditava que dali poderia sair uma mulher*” (sic). Ficaram juntas por 10 anos, e acabaram se separando quando Beatriz finalmente decidiu, com a autorização do seu filho e com o apoio de sua terapeuta, transicionar. Ela conta que esses dois fatores foram fundamentais para que ela conseguisse dar esse passo. A separação foi a única grande perda realmente dolorosa que Beatriz relata ter vivido por conta de sua transição. Ela gostaria de ter permanecido casada, mas sua esposa não conseguia se ver em uma relação com uma mulher.

Atualmente, Beatriz namora com uma colega de escola que reencontrou em um churrasco de ex-alunos. Disse que, como começaram o relacionamento depois da transição, não houve nenhum problema quanto ao fato de ela ser uma mulher trans. Disse, ainda, que o fato de sua namorada ser bissexual contribuiu para que o encontro sexual fosse ‘bacana’.

Sua vida profissional vai muito bem e se sente respeitada em seu ambiente de trabalho. Foi a primeira mulher trans em sua empresa, e abriu caminho para as próximas. Além deste emprego, administra um negócio próprio.

A respeito da discriminação, contou-me que desenvolveu uma forma muito particular de enfrentá-la. Relatou que é sempre extremamente simpática e educada e

ignora absolutamente a opinião alheia. Disse que, desde que começou a agir assim, o constrangimento fica com o outro e não mais com ela. Quando não a chamam pelo nome social, por exemplo, sorri e diz, com toda naturalidade, “*sim, sou eu*”. Em geral, os outros é que ficam embaraçados com a situação. Contou que precisou de muita terapia até chegar nesse ponto. Disse que perseguiu a passabilidade por muito tempo e que se sentia observada em todos os lugares. Foi apenas quando deixou de se importar que percebeu que as pessoas também já não olhavam tanto para ela. Contou que, por se preocupar muito, ficava tensa e tinha um comportamento artificial. Isso por si só chamava a atenção das pessoas. Quando relaxou, ficou mais natural e hoje já não se sente observada na rua. Beatriz sabe que isso funcionou para ela, mas também sabe que não é receita para ninguém. Contou ter diversas amigas que sofrem muita discriminação por não serem passáveis e acabam ficando muito mais vulneráveis a diversas violências. Mais uma vez, disse sentir-se privilegiada.

Sobre sua relação com Murilo, contou que há muita identificação. Tocam guitarra juntos e gostam dos mesmos artistas. Revelou ficar realmente feliz por ver que seu filho é muito bem resolvido com o fato de seu pai ser uma mulher. Beatriz contou que continua se sentindo pai e a transição não interferiu na forma como se relaciona com seu filho. Por ter feito toda a transição com a anuência dele, sente que foi um processo respeitoso que Murilo encarou com tranquilidade. Acrescentou ainda que, apesar da proximidade, consegue estabelecer limites quando julga necessário. Beatriz contou que pensa em ter outros filhos, talvez adotivos, talvez biológicos. E não soube dizer se, dos próximos filhos, continuaria sendo pai, ou se seria mãe.

Sobre a relação com Murilo, pontuou: “*hoje a gente tem uma ligação... eu tenho consciência que ele me admira, assim, assustadoramente. Por isso que eu ando na linha também. Eu não posso fazer nenhuma besteira. Que eu sou, tipo, o herói dele*”.

5. ENTRE A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA E A BUSCA POR TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: NEGOCIAÇÕES COM A LÓGICA CISHETERONORMATIVA

Como afirmei anteriormente, vivemos em uma sociedade regulada pela cisheteronorma. Todos somos influenciados por ela, mas, no caso das pessoas trans, esta relação se apresenta de forma mais explícita e conflituosa. As violências a que estão sujeitas por exibirem diferentes graus de subversão desta norma, as obriga a constantes negociações consigo próprias e com seu entorno para conseguirem sobreviver e experimentar diversas dimensões da vida social, como convívio familiar, acesso à escola, ao trabalho, aos serviços médicos e jurídicos, aos relacionamentos afetivo-sexuais e à parentalidade.

A parentalidade articulada a todas estas outras dimensões constitui o foco de interesse deste trabalho. Tomando-a como eixo central desta análise, buscarei compreender as dinâmicas sociais refletidas pelas histórias de vida de meus interlocutores¹⁴, contextualizando os impasses e desafios encontrados na experiência da parentalidade e analisando as estratégias de enfrentamento e de negociação que conseguiram desenvolver para lidar com eles.

Para começar, é preciso considerar que, apesar de constituírem um grupo de pais e mães trans, cada um dos meus interlocutores possui idiosincrasias que os particularizam e, portanto, conferem a eles diferentes campos de possibilidades⁸⁷ para a realização e exercício dos seus projetos de parentalidade. Se pensarmos em termos de marcadores sociais, perceberemos que este grupo é bastante diverso em aspectos, como cor/raça, idade, escolaridade, classe social, e a articulação desses aspectos dá a cada um tanto desafios quanto recursos diferentes, uns em relação aos outros, para viver esta experiência.

5.1 A CHEGADA DOS FILHOS E FILHAS

Quanto ao momento e à forma pela qual se tornaram pais e mães, alguns pontos merecem destaque. Aqueles que tiveram filhos antes da (ou durante a) transição, tiveram filhos biológicos; os que tiveram depois, apesar de manifestarem o desejo de terem tido filhos biológicos, buscaram o caminho da adoção. Apenas um de meus interlocutores tem um filho biológico e outra adotiva, sendo o biológico anterior à transição e a adotiva, posterior.

Em nenhum dos quatro casos onde a parentalidade precedeu (Bárbara, Bruno e Beatriz) ou foi concomitante (Gustavo) à transição, o desejo de ser pai ou mãe estava presente como principal motivador. Nos casos de Gustavo e Beatriz, foram filhos não planejados:

“Eu não me via como pai, eu não me via tendo filhos, mesmo. Minha filha, obviamente, não foi planejada. Eu tinha 16 anos quando ela nasceu. Naquela época ser trans já não era algo que as pessoas entendiam. Você ser trans, bissexual e ser casada com um cara era uma coisa que as pessoas iam entender muito menos”. (Gustavo)

“Eu tinha 21 anos quando ela engravidou, eu tava fazendo estágio ainda. Eu ainda não tinha menor ideia de como eu ia pagar tudo que eu ia precisar pagar. Assim, hoje em dia eu não consigo imaginar minha vida sem ele (o filho). Mas foi um acidente de percurso, bateu um desespero, mas por outro lado foi o que me fez correr atrás e crescer profissionalmente também”. (Beatriz)

No caso de Bruno, a gravidez foi uma tentativa de atender às pressões familiares e não desapontar:

“Pra mim, ter filho foi um processo, todo um processo doloroso, pra uma pessoa que quando chega à adolescência, ao final da adolescência, se entende fora de um contexto da heterossexualidade. Aí, são aquelas pressões familiares e chega uma hora que você não aguenta mais [...] Deus me livre desapontar minha família, sabe?! E aí eu venho nessa construção, e encontro um cara que é legal, mas viaja numa onda de machismo, porque na época eu achava que eu era lésbica, né, então, tinha aquele: ‘Ah, porque nunca experimentou...’, otário ele, né?! E aí, eu tive meu filho, mas, logo em seguida, que eu descobri que eu

tavaesperando um filho eu me separei dele, porque a gente não tinha nada a ver”. (Bruno)

Bárbara acreditou que tornar-se pai a faria sentir-se homem, e acabaria com o que ela chamou de “problema”. Esta seria sua “derradeira tentativa”. Sua experiência foi oposta, quando seu filho nasceu, sentiu-se mãe:

“Decidi lutar contra aquilo (sua transexualidade). Até que chegou uma fase que eu falei assim: ‘Caraca!’, com 30 e tantos anos já, aí eu falei: ‘Vamos ter um filho, Lilian, porque vai ser a minha última...’, eu não falei pra ela, mas pensei ‘vai ser minha última cartada’. Porque se eu não conseguir... pô! De repente, vou ser pai. Pai, masculino, não sei o quê, né? ‘Vou conseguir me livrar disso!’. Aí, não deu certo. Quando ele nasceu eu queria ele pra mim, não queria ir pro trabalho: ‘Não quero ir pro trabalho. Deixa eu cuidar dele. Deixa que eu limpo, deixa que eu dou banho’. Eu me meti na frente: ‘Não, eu que vou cuidar!’. ‘Não, você não sabe limpar direito!’. Aí, essas coisas. Então, assim, aí pronto, aí transbordou. Aí despinrolou tudo, aí, eu falei assim: ‘Caraca!’”. (Bárbara)

Se por um lado a vivência da transexualidade influencia a experiência da parentalidade, de outro, a parentalidade também influencia a transexualidade, como vimos nos casos acima. Esta última influência fica ainda mais nítida quando a parentalidade precede a transição: Bárbara e Bruno viram-se, definitivamente, fora do contexto cisheterossexual quando se viram pais; Gustavo teve a experiência de ser um homem grávido em meio à transição de gênero; Beatriz sentiu que precisava negociar com seu filho a ‘autorização’ para sua transição.

Pudemos também perceber que, no relato de todos os interlocutores, a cisheteronorma aparece marcando essas vivências e influenciando diretamente as suas histórias de parentalidade. Isso se revela: quando Gustavo afirma que as pessoas não o entenderiam ao ter um filho sendo ele trans, bissexual, casada (aqui ele se referiu a si próprio no feminino); quando Beatriz se vê inexoravelmente no lugar de pai/provedor; quando Bruno cede à pressão familiar e ao apelo machista por “ser uma lésbica que

ainda não havia experimentado um homem”; quando Bárbara associa tornar-se pai a sentir-se homem.

No caso dos que tiveram filhos depois da transição (Amanda e Gil), os filhos foram desejados, buscados, eleitos e exercer o papel de pai ou mãe parecia reforçar os novos papéis de gênero assumidos neste momento:

“Então ele (Bento) me fez mãe. A chegada dele fez eu realizar um sonho que, quando eu comecei a me entender como mulher trans, quando eu falava que queria ser mãe, as pessoas falavam assim pra mim: ‘Você nunca vai conseguir. Eu nunca vi uma mulher trans adotar’”. (Amanda)

“Tá sendo uma coisa pra mim, um momento muito bom na minha vida. Transformador. Que eu me identifico, que, assim, eu sempre quis, mas achava que seria uma coisa bem..., que não seria pra agora, realmente. Mas, aí, tá sendo bom pra eu me afirmar também, pra eu me sentir mais confiante, entendeu?”. (Gil)

Mesmo para Bruno que já tinha um filho biológico, a chegada de Alice parece ter acontecido de maneira bastante diversa daquela de Leandro, como um projeto conjunto com a companheira da época. Perguntei se ele quis adotar outra filha e ele disse: “Quisemos, né? Porque eu não quis sozinho”. E explicou:

“a Alice, que é menina, ela é de coração. Ela é fruto de um relacionamento que eu tive e, aí, a biológica dela decidiu dar. [...] Aí, como eu namorava a mãe dela (adotiva), eu ficava... eu fiquei pedindo: ‘Ah não, cara. Vamo, vamo!’. Aí, ela foi, e a Alice tá aí com 6 anos, vai fazer 7. Amor da minha vida, ciumenta pra caramba”. (Bruno)

O desejo de ter uma família nos moldes da família nuclear burguesa, ‘pai, mãe e filhos’ e o sentimento de legitimação decorrente do alcance desse objetivo, com a ocupação de lugares valorizados socialmente, refletem a influência da cisheteronorma nas suas vidas que, embora as subvertam em um nível, reforçam-na em outro, como apontam Angonese e Lago⁴⁴.

5.2 “ELE É A MINHA CARA!”: IDENTIFICAÇÃO E REPARAÇÃO NA ADOÇÃO

Com exceção do caso de Alice, adotada por Bruno, as quatro outras adoções guardam semelhanças que merecem ser analisadas. Tanto no caso de Amanda quanto no caso de Gil, as crianças escolhidas tinham ‘necessidades especiais’ ou eram transgêneras e, no caso de Rebeca, ambas as coisas. Segundo Gil e Amanda, estes foram fatores preponderantes na identificação dessas crianças como sendo ‘os seus filhos’:

“Quando a gente soube da história da Rebeca [...] foi muito bom, uma questão de identificação mesmo, sabe? [...] Pedi pra ela (a esposa) tentar, pra ela falar com alguém responsável, porque eu senti dentro de mim que era, entendeu, que era minha filha...”. (Gil)

“Eu nunca vou esquecer o dia que eu entrei naquele abrigo e vi o meu filho num cantinho sozinho comendo terra, brincando, comendo terra. E as crianças correndo pra lá e pra cá e o Bento sozinho e aquilo me chamou atenção. Quando eu olhei pra ele eu já percebi que ele era um menino com necessidades especiais. Ele era bem franzino, bem miudinho e eu falei pro Rogério: ‘Olha lá, Rogério. Minha cara ele’[...] E já era ali. A gente se adotou”. (Amanda)

O caso da adoção da outra filha de Amanda, Angélica, foi motivado por declarações públicas que ela deu em diversas ocasiões, nas quais afirmou que gostaria de ser mãe de uma criança trans. Ela foi contatada por uma juíza que estava prestes a colocar Angélica na lista internacional de crianças disponíveis para adoção dada a dificuldade de encontrar adotantes brasileiros. ““Eu li uma matéria sua que você falava que o seu desejo também era ser mãe de uma criança trans e fazer por essa criança trans o que os seus pais não conseguiram fazer por você na década de 80. É isso?”. Eu falei: ‘É isso’” (Amanda). E complementou traduzindo o sentimento que motivou as adoções: “Ninguém queria a Angélica. Como ninguém ia querer o Bento. Ninguém. [...] Eu quis como se fosse a melhor coisa da minha vida, e eles são a melhor coisa” (Amanda).

Quanto à questão da eleição dessas crianças, Zambrano ¹¹ afirma que, segundo sua pesquisa conduzida em Porto Alegre, as mulheres trans tendem a não apresentar

preferências quanto ao sexo ou cor/raça das crianças. Algumas delas declararam que não se importariam se a criança não fosse ‘perfeitinha’ e que criariam com amor mesmo que ‘faltasse algum pedacinho’. Segundo a autora, para essas mulheres, “mais do que pena, a criança abandonada desperta uma identificação com sua trajetória pessoal de preconceito e abandono”¹¹(p.134).

Por outro lado, podemos pensar que estas famílias adquiriram recursos, para viver em nossa sociedade através de suas experiências, que outras famílias que não enfrentam cotidianamente o preconceito e a discriminação, desconhecem. Como nos faz refletir Moraes⁸⁸, transformar a ‘deficiência’ em eficiência é um trabalho possível para os que ousam ultrapassar os ditames do discurso médico hegemônico e compreendem a deficiência também como um efeito de uma sociedade excludente, que põe à margem os corpos que escapam da ‘norma’. É justamente pelo desejo de transmitir os cuidados e a aprendizagem que não receberam para lidar com a opressão social que sofreram (e ainda sofrem) que meus interlocutores elegeram essas crianças. Ouvi, nas palavras de cada um deles, o desejo de oferecer a esses filhos um olhar humanizado, generoso, segundo o qual suas características não representariam faltas ou defeitos, mas apenas peculiaridades.

Em relação à forma como a adoção acontece, na mesma pesquisa citada anteriormente, Zambrano¹¹ afirma que, na maior parte das famílias de transexuais e travestis, o acesso à parentalidade se dá pela adoção informal, o que não se confirmou nos casos do presente estudo onde, das cinco adoções, apenas uma se deu informalmente. Suponho que esta diferença esteja ligada a alguns fatores, como: a pesquisa de Zambrano foi feita com oito informantes, dentre as quais apenas uma terminou o primeiro grau e apenas uma não era profissional do sexo. Nesse caso, como salienta a autora “A baixa escolaridade e o tipo de profissão – objetos de restrições por

parte das instituições oficiais – dificultam não apenas a possibilidade de adoção e guarda, mas também, o acesso aos meios para lutar por ela”¹¹ (p.134).

Neste estudo, tanto a escolaridade quanto a profissão dos pais adotantes favoreceram seus acessos à adoção por meios oficiais. Acredito, também, que os 13 anos que se passaram entre uma pesquisa e outra possam ter influenciado na facilitação destes processos, já que alguns avanços no campo dos direitos LGBT foram conquistados neste período, assim como as lutas políticas dos movimentos sociais, de uma forma mais ampla, trouxeram maior visibilidade para as causas dessa população.

Apesar dos avanços, as dificuldades desse caminho ainda são enormes. Amanda, que passou por esse processo duas vezes, conta:

“Eu sou a primeira mulher trans do Brasil a adotar no cadastro nacional, participar de uma audiência, um processo de adoção que foi longo. Pra você ter uma ideia, foram quase quatro anos pra certidão do Bento sair com nosso nome. Saiu agora, tem dois meses [...] As pessoas perguntam se eu sofri preconceito, eu falo que não, mas houve sim um preconceito. Assim, por exemplo, a psicóloga marcava pra conversar comigo uma da tarde, ela me atendia às cinco. Ela tava lá na sala dela sentada. Então eles testaram a gente, assim, pra ver se eu ia desistir, pra ver se eu ia brigar. Mas eu mantive a serenidade porque eu olhava pro Bento e falava: ‘O meu filho precisa de mim, ele precisa que eu fique centrada’”. (Amanda)

Gil conta que, na entrevista com a equipe do abrigo, havia uma constante preocupação e desconfiança a respeito da sua capacidade de ser pai, dado que ele é um homem trans:

“Eles querem saber a fundo como é que funciona, como é que é a minha cabeça, como é que... o que isso interfere na criação das crianças porque uma pessoa trans tem todos os problemas, os problemas consigo mesmo. Eles querem saber se isso interfere na criação das crianças. Se eu vou saber lidar com meus problemas e lidar também com os problemas delas”. (Gil)

Depois fala de sua expectativa:

“Eu queria que fosse uma coisa assim, que as pessoas tivessem mais noção, que fosse 100%, em todos os lugares, essa questão

de respeito, essa questão de eu poder dizer: ‘eu sou pai delas. Eu posso. Não é porque eu nasci biologicamente mulher que... Agora eu tô no meu lugar certo e eu sou Gil e pronto’, que as pessoas vão me respeitar, que não vão achar que eu não tenho capacidade pra isso, que eu não tenho condição disso, que isso é um absurdo, sabe?”. (Gil)

Tal desconfiança gera em muitos pais e/ou mães trans um esforço para reproduzir o modelo hegemônico de família em busca de uma legitimação social de sua parentalidade. Essa busca acaba por reificar o modelo de família nuclear, burguesa patriarcal, branca e urbana ⁴⁴, o que realimenta esse ciclo vicioso do não reconhecimento de outros modelos de família.

5.3 AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Como vimos, Amanda e Gil são casados, respectivamente, com Rogério e Isa, são heterossexuais, e têm famílias que reproduzem o modelo nuclear. Ambos transicionaram dentro da relação com os atuais parceiros e isso, apesar de desafiador, não significou o término da relação. Antes, viviam como casais homoafetivos e depois da transição, já como casais heterossexuais, resolveram adotar duas crianças cada um. Gil descreve sua família desse jeito: “É comum, normal como qualquer outra família. Somos uma família, não seria diferente”, isso parece agradá-lo.

Amanda ainda deseja ter mais filhos e realizar um sonho de infância: “eu desde pequena eu tinha desejo de quando eu crescesse de ter uma família bem numerosa porque eu cresci numa família numerosa. [...] Porque construir uma família é um caminho lindo, não tem outra noção”.

Ambos demonstram certa idealização do modelo padronizado e hegemônico de família. Carvalho⁸⁹, reflete sobre as expectativas comumente relacionadas a este modelo:

“As expectativas em relação à família estão, no imaginário coletivo, ainda impregnadas de idealizações, das quais a chamada família nuclear é um dos símbolos. A maior expectativa

é de que ela produza cuidados , proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem . No entanto , estas expectativas são possibilidades, e não garantias. A família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfaledor de suas possibilidades e potencialidades”.⁸⁹ (p. 15)

O contexto onde a família está inserida é, muitas vezes, desafiador para as pessoas trans. Bárbara foi casada antes da transição, mas, atualmente, é divorciada e mora sozinha. A separação de Lilian e Bárbara foi motivada pela transição e se deu de forma bastante conflituosa: “Porque ela, no caso, não entendeu muito, né? Não entendia muito o que tava acontecendo. Então ela pensava que eu pudesse influenciar o meu filho, a gente brigou, teve briga, então assim, a situação foi muito dolorosa” (Bárbara).

Oliveira⁹⁰ afirma que, nas famílias contemporâneas, há uma dificuldade de compatibilizar as individualidades e os interesses familiares, o que muitas vezes causa grande impacto nas relações. A necessidade de Bárbara de assumir sua identidade feminina tornou sua relação conjugal insustentável. Foi preciso muito tempo e diálogo até que a situação se acomodasse. Após o divórcio, apesar de oficialmente Lilian ter conseguido a guarda unilateral de Lucas e de a visitação de Bárbara ser apenas quinzenal, hoje, com a situação entre elas apaziguada, o filho a visita com frequência. Atualmente, elas mantêm uma relação de amizade e troca na criação de Lucas: “A gente trabalha em parceria, eu e a mãe dele” (Bárbara).

Como vimos, De Singly⁵⁷ também chama a atenção para o aumento da importância dada a individualidade no seio das famílias a partir da década de 60. Depois deste período, a felicidade individual de cada membro passa a prevalecer sobre o bem estar do grupo familiar. A autonomia dos indivíduos aumenta, tendo, como uma das consequências, o incremento do número de divórcios. Isso ocorreu nos casos de Bárbara, Bruno e Beatriz.

A configuração familiar de Bruno, atualmente, é a de quem mora com a família extensa (tia e madrinha). Leandro, seu filho mais velho com quem sempre morou, está passando uma temporada com o pai no Mato Grosso. Alice, a filha mais nova, mora com a mãe mas eles mantêm a guarda compartilhada e um regime de visitação frequente e flexível. Bruno contou que a relação com os ex-parceiros é tranquila e também disse que conta com eles na criação das crianças: “Sempre foram presentes e com um capital bom. Então assim, o que eu posso dar é qualidade de tempo a eles. E isso eu faço bem” (Bruno). Bruno ressaltou que, em termos financeiros, hoje, tem pouco a oferecer para seus filhos, porém busca compensar essa falta com o carinho e com o convívio estreito.

Beatriz foi casada com a mãe de Murilo, mas se separou quando ele ainda tinha 2 anos, muito antes de sua transição. Chegaram a brigar na justiça por questões ligadas à pensão, o que acabou revertendo a guarda de Murilo para Beatriz. Hoje, sua relação com a ex-companheira é amigável, mas o menino rompeu relações com a mãe. Beatriz disse fazer de tudo para que eles se reconciliem, pois dá muito valor à família, mas ainda não teve êxito:

“Eu acho que a figura da mãe, por pior que seja, é a mãe, a mãe dele, é a mãe. Não adianta eu querer botar outra pessoa no lugar ou me botar no lugar dela como mãe, porque eu não sou mãe dele. Então eu sempre incentivei ele a tentar pelo menos ter uma relação boa com a mãe. Eu já cheguei ao cúmulo de colocar os dois um sentado de frente pro outro pra conversar, não funcionou. Mande os dois pra psicóloga também, sentaram os dois com a psicóloga, foram em duas sessões, desistiram. Aí eu achei que eu tava forçando a barra. Deixei rolar”.
(Beatriz)

Dois anos depois, conheceu uma nova companheira e casou-se novamente. Murilo teve uma madrastra por dez anos. Neste período, Beatriz transicionou, o que acabou desencadeando a separação.

Atualmente, Beatriz mora com seu filho na casa de seus pais. Apesar de sentir que eles interferem na criação do neto e sentir falta de ter seu próprio espaço, também

se sente amparada por eles, tanto em relação aos cuidados de Murilo quanto financeiramente. Entrou em novo relacionamento há um ano e já pensa em, futuramente, ter mais filhos com a nova parceira.

Gustavo se denomina pai solteiro, mas o pai de sua filha também participa da criação da menina. Apesar de não ser muito presente, Gustavo admite que ele é um pai amoroso e oferece afeto para a filha deles:

“Ele não é um pai ruim. Ele só esqueceu de crescer, sabe? Ele é uma criança com corpo de adulto. Ele é muito infantil em muitos aspectos e isso acaba influenciando na Sofia! [...] Ele é muito amoroso, eu não posso falar. Se a Sofia fosse criada só por mim ela provavelmente não seria tão amorosa porque eu sou muito distanciado. É... Ele não é um pai ruim. Só precisa de noção e alguém que dê noção pra ele”. (Gustavo)

Apesar da conturbada relação que mantem com sua família de origem, Gustavo ainda sustenta o elo familiar com sua mãe, através de Sofia. Eventualmente, conta com ela para ajudá-lo nos cuidados com a menina:

“A minha mãe, eu não falo com ela algo que não seja relacionado com a Sofia há 6 meses. Não falo, não converso, ela não sabe onde eu moro, não sabe absolutamente nada sobre mim. [...] Eu procuro ter o mínimo possível de contato, mas eu não impeço a minha filha de ter contato com ela”. (Gustavo)

Como pudemos observar, as configurações familiares de meus interlocutores são bastante comuns. São famílias nucleares, de pais separados, extensas que coabitam, reconstituídas. Os papéis e funções presentes nas famílias cisheteronormativas contemporâneas são os mesmos que encontramos aqui.

As relações de meus interlocutores com seus filhos são de extrema proximidade e parceria. Em nenhum dos seis casos a transexualidade dos pais os afastou de seus filhos ou trouxe conflitos para suas relações, porém sabemos que isto não é sempre assim. Sobre este ponto, Beatriz me disse: “eu conheço casos também que os filhos cortaram relações com o pai, deixou de ser pai, sei lá. E não querem saber. Então eu

acho que não é uma regra. Eu acho que depende muito”. Afirmou acreditar que quanto mais novos são os filhos, mais naturalmente eles lidam com o assunto. No caso dos meus interlocutores que tiveram filhos antes da transição, todos ainda eram bem pequenos quando os pais transicionaram. Até hoje, esta questão é tratada com tranquilidade em suas famílias.

5.4 “ELE TE CHAMA DE QUÊ?”: NOMEAÇÕES RELACIONAIS

A questão da nomeação apareceu de forma bastante unívoca para aqueles que tiveram filhos após a transição: as mulheres são mães (caso da Amanda), e os homens, pais (casos do Gil e do Bruno). Para a família de Gil, isso trouxe questionamentos: “E a minha família falou: ‘Ah, e elas conhecem você como? Elas te chamam de pai?’ [...] ‘Chamam sim. Só vocês que não entendem isso. Só vocês que não captaram isso’” (Gil).

Já para os outros, que tiveram filhos antes/durante a transição, a associação pode não ser tão óbvia e é sempre negociada. No caso de Gustavo, que teve sua filha durante a transição, prevaleceu a mesma lógica: Sofia o chama de pai, o que causou estranheza para alguns amigos e familiares. “Muitas pessoas perguntam: ‘Ah! Mas como que ela vai te chamar?’. Tipo: ‘De papai’. Não tem erro, só na cabeça das pessoas adultas que tem erro” (Gustavo).

Esta circunstância desencadeou uma série de dificuldades:

“Eu tive problemas pra mudar a certidão de nascimento da minha filha porque eles não sabiam o que pôr no lugar de pai e mãe na certidão. Ficou um tempão a certidão da minha filha pra ser feita porque eles não sabiam trocar. E era um negócio tipo idiota. Eles só tinham que trocar pra parentalidade. [...] A minha filha foi puxando um bando de problemas porque você não consegue aceitar que exista um pai que não é cis. Não entra na cabeça das pessoas, tipo, em geral. E não entra nem institucionalmente nem organicamente. Não entra mesmo. De forma alguma”. (Gustavo)

Para Beatriz, a transição não modificou sua relação com seu filho e ela acredita que ser mulher não implica não poder ser pai. Assim, Murilo continua a chamando de pai, como a chamava antes da transição:

“Quando os colegas (do filho) vão lá em casa, ele me chama de pai e os colegas me chamam de tia. Fica uma situação engraçada. Eu não vejo problema por causa disso. É porque eu já parei pra pensar, por exemplo, ele vai me chamar de quê se eu sou o pai dele? Vai me chamar de mãe? Eu não sou a mãe dele. Não quero roubar o lugar da mãe dele. Tia também não funciona. Não sou tia dele. Então é pai mesmo”.
(Beatriz)

Para Bruno, essa mistura de possibilidades de nomeação generificadas também é usual. Seu filho biológico o chama de mãe e sua filha adotiva de pai. Ambos parecem conviver tranquilamente com isso. Bruno esclarece que não é por ser homem que precisa necessariamente ser pai:

“Porque o Leandro por mais que ele me chame de mãe, ele me trata no masculino, os pronomes, tal. Então, tipo, é só uma questão de... Meu filho não se liga nessas paradas. [...] Eu digo que com o Leandro eu desenvolvo uma maternidade masculina, né, porque eu acho que é isso. Esse negócio do útero, de gerar, né, e tal, isso leva à maternidade. Mas não necessariamente tem que ser uma maternidade feminina, né, como a minha não foi”. (Bruno)

Já Alice, nomeando-o como pai, contribuiu para que o restante de sua família também abandonasse, finalmente, o tratamento no feminino:

“Com a chegada da Alice não deu (para a família continuar usando pronomes femininos para tratá-lo) porque a Alice me chama de pai o tempo todo. E eles fingem que não tão ouvindo, né? [...] E agora tem o reforço da gangue, a gangue tá reforçada, que é a minha sobrinha, Mari. Deus me livre me tratar no feminino, chamar de ‘tia’, de ‘ela’, ela briga mesmo”. (Bruno)

No caso de Bárbara, sua transição trouxe muitas dificuldades para sua relação com a mãe de Lucas. Isso a fez abrir mão do seu desejo de ser chamada por seu filho no feminino e de mãe, já que este título pertencia a Lilian, sua ex companheira. Preferiu

negociar com o filho e criaram juntos o termo “Mai”, “É mãe com pai. Porque assim... a mãe dele é uma pessoa que tá ainda... ela é meio conservadora. Então, apesar de hoje ela já ter na família homoafetivos e tal, ela não admite, ela quer ser ‘a mãe’” (Bárbara).

Nessas negociações, os filhos têm regalias que ninguém mais tem. Para Bárbara, por exemplo, Lucas é o único autorizado a usar ‘pai’ ou qualquer pronome masculino para se referir a ela:

“Aí, na comemoração de dia dos pais, ele me abraçou, falou: ‘Feliz dia dos pais’, não sei o quê. Aí, ele tem essa autonomia, essa legitimidade pra me chamar de pai, mas outra pessoa não, não. Não precisa de pai masculino, não há necessidade. Deixa só ele falar isso pra mim, se ele quiser. Mas a maioria das vezes ele me chama de ‘Mai’. Ele falou assim: ‘Mai, feliz dos pais’”. (Bárbara)

Para Beatriz, isso funciona da mesma forma:

“Eu fico chateada quando os meus pais me chamam de ‘filho’, ou ‘ele’. Porque, eventualmente, dá uma escorregada e sai. Eles procuram sempre chamar de ‘ela’, 90% das vezes conseguem. Mas, eventualmente, quando eles não conseguem, isso mexe um pouco comigo. No caso dele (Murilo), não”. (Beatriz)

Interessante notar que a questão da nomeação é, frequentemente, um dos pontos mais sensíveis de busca por reconhecimento social. A luta do movimento trans pela regulamentação do uso do nome social e pela possibilidade de tornar mais simples a troca do nome e do sexo nos registros civis representa o peso que isso tem na busca pela cidadania, já que, com a documentação inadequada, a inserção social fica altamente precarizada⁹¹. Segundo Vieira:

“Não há meio de inclusão sem o uso do nome correspondente ao gênero desejado, pois ninguém consegue viver com o desconforto e o constrangimento de um prenome que não corresponde à sua realidade. Nome e gênero em harmonia são imprescindíveis para o desenvolvimento da pessoa em sociedade”.⁹¹(p.216)

Já no âmbito privado, na intimidade da relação entre pais e filhos, esta questão se torna mais flexível, possibilitando toda uma gama de alternativas, construídas a cada

caso. Cardozo ⁹², em sua pesquisa com travestis em Florianópolis, encontrou situação semelhante e afirma que os termos que definem as posições na relação com as crianças também não são fixos, mas negociáveis. A forma como os laços familiares e afetivos se construíram parece se sobrepôr ao atendimento linear pressuposto da norma (homem-pai, mulher-mãe).

Zambrano ¹¹, em sua pesquisa com mães trans e travestis, verificou que, quando os filhos vinham de uma relação heterossexual anterior à transição, a representação parental (pai) permanecia inalterada. Nos casos onde a filiação se deu em momento posterior à transição, ela marcava uma reafirmação do que seria uma ‘alma feminina e maternal’. Esta representação da maternidade “está relacionada à percepção subjetiva de si como possuidora de uma ‘essência’ feminina dentro de um corpo também feminilizado”¹¹(p.140), há uma naturalização do ‘talento para ser mãe’. Amanda nos traz um exemplo desta percepção:

“Tentam fazer de tudo pra deslegitimar a minha maternidade. Dizem que eu não sou mãe. Eu sou tudo, menos mulher e mãe. Eles não entendem que maternidade não tem a ver com genitália. Não tem a ver. [...] Porque a maternidade, eu, pra mim, eu acredito que ela é um dom, é uma vocação, e é uma escolha. [...] A minha prioridade hoje são os meus filhos. Foi um ato meu consciente, de desejo do meu coração, é o que me faz ser a mulher feliz que eu sou sendo mãe. Eu não consigo imaginar mais a minha vida sem os filhos. É impossível”. (Amanda)

Apesar das múltiplas críticas a respeito da ideia de essencialização do gênero ¹⁶, ^{28, 24, 32, 52}, ainda podemos perceber sua presença em diversos discursos como algo que legitima a existência afastando a transexualidade do “desvio moral”. O problema é que a essência remete justamente à norma que engessa as alternativas identitárias dentro da lógica binária e tende a excluir outras possibilidades. Este apelo à essência feminina (ou masculina), explicitada em um suposto “instinto maternal” (ou paternal), normalizaria a transexualidade comprovando que este sujeito é mulher (ou homem) ‘de verdade’, que

apenas “nasceu no corpo errado”, mas ele o faz através do reforço da cisheteronorma. Também neste caso, a experiência da transexualidade tanto transgride quanto reforça esta norma ¹⁶.

Amanda toma como referência mães cisgêneras e se pergunta:

“A sociedade tenta a todo custo dizer que não, dizer que não é legítimo, isso não é real. Agora, tudo que eu vivo com os meus filhos, o papel que eu exerço de cuidar, de amparar, de levar pra escola, de levar ao médico, de colocar pra dormir, de corrigir na hora que tem que corrigir, de ensinar o que tiver que ensinar, se isso não for maternidade, o que é maternidade pra sociedade? O que tá faltando na minha prática que uma mãe cisgênera faça que eu não tô fazendo? As minhas amigas cisgêneras falam: ‘Ai, você é mãe mil vezes melhor que eu, porque eu não faria o que você faz’. Eu faço com gosto, com prazer, com alegria e eu me realizo sendo mãe”. (Amanda)

Beatriz também deixa transparecer as marcas da lógica cisheteronormativa em sua leitura a respeito de sua paternidade: “Eu acho que sendo (filho) biológico é mais difícil de separar essa coisa de ser pai. Talvez, se fosse adotado, isso fosse mais fácil, me imaginar como mãe, mas hoje eu não consigo”. Neste caso, não há uma relação direta entre ser mulher e ser mãe, mas prevalece o apelo para a natureza biológica do laço parental e uma clara diferenciação de papéis, mesmo que desvinculada do gênero assumido:

“(Ser mulher) Não tem a ver com ser mãe. [...], tem muito pai que é mais mãe que a mulher, e tem muita mulher que é mais pai do que o homem. [...] Me vejo mais como pai, a figura de pai. É. Eu não consigo me ver como mãe. Engraçado, né?!”. (Beatriz)

Beatriz é a principal cuidadora de seu filho, detém sua guarda desde que ele tem sete anos, e tem uma relação muito próxima e afetiva com ele. Apesar disso, não conversa muito com Murilo sobre assuntos relativos às emoções que, segundo ela, corresponderiam à função materna. Em seu caso, a ‘natureza’ de sua relação com seu filho se ancora no biológico, mesmo que a relação com sua própria identidade não o faça. Souza ⁸⁰ afirma que, em seu estudo conduzido com pais transgêneros no Canadá,

“tanto para a justiça quanto para as ex-mulheres, para as filhas e para eles mesmos, a transgeneridade e a paternidade são identidades distintas de uma mesma pessoa” (p.416). Quando perguntei à Beatriz sobre futuros filhos, ela me disse que se fossem adotivos, apesar de se sentir mais confortável no lugar de pai, deixaria a escolha para a criança: “Eu acho que eu deixaria em aberto. Provavelmente. Eu não forçaria a barra nem de pai nem de mãe” (Beatriz).

5.5 CUIDADOS PARENTAIS E PAPÉIS GENERIFICADOS

Quanto aos cuidados com a criança, meus interlocutores afirmaram que ambos os pais devem desempenhar todos os papéis, sem precisar haver diferenciação das tarefas baseada no gênero. Acredito que, neste ponto, eles acompanham um movimento de transformação social mais amplo, que relativiza as ditas funções paterna e materna, mesmo em famílias cisheterogêneras. Pais e mães começam a dividir as tarefas de forma mais igualitária, havendo uma crescente participação do pai no cuidado com os filhos⁷⁰. Amanda descreve a participação de Rogério da seguinte forma:

“Não abro mão, é pra tudo. Aí, as crianças chegaram, ele é um pai dedicado, sabe, ele faz comida, ele bota pra dormir, ele dá o remédio. Ele faz tudo. É um pai maravilhoso”. (Amanda)

Gil também conta que, em sua casa, tanto ele quanto Isa sentem que têm a obrigação de cuidar, dar banho, dar comida, levar à escola. Dividem as tarefas de acordo com o que cada um gosta mais de fazer. “Entre a gente não tem, assim, não ficam tanto esses papéis a risca”. Para Gil, o cotidiano do cuidado lhe proporciona um prazer enorme e vai estreitando cada vez mais os laços emocionais entre pai e filhas:

“Eu tenho uma vontade tão grande de abraçar elas. Meu Deus! Eu tenho uma vontade muito grande, assim, de proteger, de dar carinho, coisa extrema. Eu faço questão de pegar elas e levar pra escola, porque são coisas que vão me enchendo de orgulho, de emoção, é uma coisa

maravilhosa. Eu sinto isso. Fazer comida pra elas. Eu gosto quando a Luisa vem e diz: ‘Tava gostoso’, não sei o quê. A Rebeca também: ‘Nossa, que almoço gostoso’. Isa também faz pra elas, elas também são do mesmo jeito. Mas, quando é comigo, eu me sinto tão feliz, sabe? Eu me sinto muito bem, muito feliz. E de ver elas com as coisinhas delas, sabe? É muito bom.”. (Gil)

No entanto, revelou que, para assuntos mais íntimos, as meninas se aproximam mesmo da mãe. “A maioria das coisas elas falam com a Isa. O negócio delas é a mãe” (Gil).

O sentimento íntimo de afirmação da identidade generificada a partir da parentalidade, presente em meus interlocutores, não se liga exclusivamente ao exercício dos cuidados desenvolvidos cotidianamente, já que esses enunciam que pais e mães desempenham as mesmas tarefas no dia-a-dia dos filhos. Podemos compreender que ele esteja mais vinculado ao padrão subjacente, ainda enraizado, do modelo da família nuclear patriarcal e aos papéis atribuídos aos pais e às mães. Se por um lado os hábitos na convivência familiar já estão transformados, por outro algumas crenças conservadoras ainda permanecem vivas.

Araújo e Scalon^{68,93}, em sua pesquisa sobre gênero, família e trabalho, apontam que vivemos um período de transição em que valores e modelos antigos convivem com outros mais recentes. Segundo as autoras, as novas dinâmicas de interação convivem com formas conservadoras de perceber e conduzir as relações familiares. Ainda persiste a valorização da domesticidade feminina em particular em seu aspecto maternal. “A construção de uma outra identidade feminina ainda parece estar condicionada a esse lugar materno, sobretudo quando relacionado à fase em que os filhos são pequenos”⁶⁸ (p.49). Este aspecto ainda se sobrepõe ao da vida profissional para muitas mulheres.

Amanda sentiu-se impelida a trabalhar menos depois da maternidade para dedicar-se mais aos cuidados com Bento:

“Quando o Bento chegou eu tinha dois cargos. Aí, eu tive direito à licença maternidade e dizem que até hoje eu sou a única trans que teve licença maternidade aqui. Quando acabou a minha licença, eu falei: Rogério, como que eu vou voltar pra dois cargos em escola? E o menino vai ficar com quem no meu turno? Eu vou contratar uma babá? Por que nós tiramos ele de dentro de um abrigo? Pra ele ter família’. Exonerei o cargo”. (Amanda)

Barbosa e Rocha-Coutinho⁹⁴ concordam que a chegada da maternidade, mesmo entre mulheres realizadas profissionalmente, faz com que elas priorizem cuidado familiar e procurem ajustar profissão à família. Segundo elas, a identidade feminina permanece fortemente associada à maternidade e ainda há um empuxo social à responsabilização da mulher pelos filhos.

Toledo e Teixeira Filho⁷³, por sua vez, afirmam que o modelo familiar hierarquizado patriarcal e o modelo mais igualitário coexistem fazendo com que as relações familiares transitem de forma ambígua e contraditória por ambos.

Gustavo, por exemplo, critica o estereótipo de ‘ótimo pai’, que recebe reiteradas vezes, por desempenhar sua parentalidade de forma comprometida e integral como, segundo o olhar social, apenas uma mãe faria:

“Às vezes, as pessoas me dão: ‘Ah, parabéns. Você é um ótimo pai’. Tipo: ‘Gente, eu não faço mais que minha obrigação. É isso. Para com essa coisa de você é um ótimo pai’. [...] Pelo fato de ser trans as pessoas, às vezes, não levam muito a sério. Tipo: ‘Ah, não... Então, é por isso que você cuida tão bem da sua filha, porque você, na verdade, é mãe’. (Gustavo)

Podemos perceber o quanto o discurso social sobre a paternidade ainda difere do discurso sobre a maternidade. As expectativas sobre cada um desses papéis permanece conservadora. Ribeiro, Gomes e Moreira⁷⁰ afirmam que socialmente “a paternidade não se liga tão diretamente ao campo das performances masculinas como a maternidade liga as mulheres aos eventos reprodutivos e de cuidado com os filhos” (p.110).

Como afirma Souza⁸⁰, cabe-nos refletir a respeito dos diferentes caminhos através dos quais pais e mães trans constroem o exercício de sua parentalidade na sua relação com o gênero negociando paternidade, maternidade e gênero a cada caso e contexto, muitas vezes “vivenciando práticas que não têm nome nem lugar socialmente reconhecidos na organização simbólica e social da parentalidade no pensamento ocidental” (p.421). Precisamos ampliar o nosso ‘campo de possibilidades’ discursivas sobre essas famílias, tornando suas existências menos discriminadas, penosas e atreladas a um único ideal do que é ser pai ou mãe.

5.6 DISCRIMINAÇÃO, ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E POSSIBILIDADES DE NEGOCIAÇÃO

Como afirmei no início desta seção, penso que a parentalidade é uma dimensão da vida que está intimamente vinculada a diversas outras que, articuladas, se influenciam recursivamente. É necessário, portanto, trazer algumas reflexões a respeito deste contexto mais amplo, onde as relações entre pais/mães e filhos se estabelecem, para expandirmos nossa compreensão em relação às suas experiências.

Ao comparar as histórias que ouvi, pude perceber que algumas experiências aparecem de forma bastante recorrente. Conforme alerta Jesus⁵, a convivência de pessoas trans com o preconceito e a discriminação é diária e as formas como eles se manifestam são diversas. Crenças ofensivas e atitudes violentas atravessam a vida dessas pessoas nos mais diferentes ambientes, como na família de origem, no casamento, na escola (seja a deles ou dos filhos), no trabalho, nos serviços médicos, no acesso à justiça, nos espaços públicos. Apenas pelo fato de quererem tornar-se pais e mães, eles são, muitas vezes, hostilizados e ameaçados^{80, 44} e embora no Brasil a

discriminação de qualquer natureza constitua crime, no caso de pessoas LGBT, a maior parte das violações permanece impune⁵.

Para cada situação, para cada história, um leque de estratégias de enfrentamento foi construído dentro do campo de possibilidades de cada um de meus interlocutores. A necessidade de constantes negociações com o entorno é um traço marcante dessas histórias de vida. Para Almeida, Pilar e Gebrath⁹⁵ “Trata-se, portanto, de um processo de conformismo e resistência” (p.191), onde as pessoas trans transitam, constroem-se e (re)constroem o seu entorno.

5.6.1 *família de origem e sofrimento internalizado*

O primeiro lugar onde os seis entrevistados referiram viver experiências de preconceito e discriminação em relação à sua identidade de gênero foi na própria família. Segundo Toledo e Teixeira Filho⁷³, a homofobia (que, para esses autores, abrange a transfobia) é um dispositivo regulatório que opera tanto sobre a sexualidade quanto sobre as identidades de gênero e que é acionado por “discursos e ações que vão desde a sutil invisibilização e segregação, a formas violentas de opressão e dominação” (p.377). Nos casos de Gustavo e Bárbara, seus pais agiram de forma explícita:

“Eu cresci com o meu pai dizendo que LGBT era aberração. Falava: ‘Pô, brigadão’. Isso quando todo mundo sabia que eu era LGBT. Mas tudo bem. Até porque os meus pais mesmo, sempre, a minha vida inteira, ficaram em cima de mim: ‘Ah, você é sapatão? Quando você vai falar que você é sapatão?’. Eu falava: ‘Nunca porque eu gosto de homens também’. Aí depois eu me assumi trans e tudo mais. Eles ainda não entendem porra nenhuma”. (Gustavo)

“A minha mãe descobriu as minhas roupas (femininas), mandou eu jogar tudo fora. Meu pai fez eu descer, jogar tudo no esgoto. Aí eu chorei muito”. (Bárbara)

Bruno já vivia como homem há anos e sua família fingia que não via:

“Fazem o maluco, fazem o pêssego, fazem ‘eu não tô entendendo nada’. [...] Por muito tempo a gente viveu assim”. (Bruno)

Gil e Amanda resolveram contar aos seus familiares aos poucos. Em ambos os casos, ouviram que a homossexualidade seria até possível de aceitar, mas a transexualidade, jamais:

“Ela (irmã de Gil) sabia que eu me relacionava com mulheres nessa época. Aí, ela me incentivou, mas, ao mesmo tempo, ela falou uma coisa assim... Quando eu mostrei pra ela a Teresa, Teresa que agora é Tarso, ela disse: ‘Eu só não quero que você seja assim. Eu não vou aceitar se você for assim’”. (Gil)

“Meu pai falou bem assim: ‘Se você for um viado, eu até te aceito. Mas se eu ver você vestido de mulher eu vou te matar. Eu não vou aceitar!’, e saiu”. (Amanda)

Beatriz descreveu a reação de sua mãe desta maneira:

“Minha mãe precisou de uma ajudinha, de fazer uma terapiazinha [...] a preocupação da minha mãe era ‘o que a família vai pensar?’”. (Beatriz)

Estes são apenas alguns exemplos que representam a força de crenças culturais enraizadas e reproduzidas por essas e pela maior parte das famílias brasileiras. Um dos grandes sofrimentos descritos por quem é alvo deste tipo de opressão se associa à crença de que a família é o *locus* principal de amor e proteção. Na realidade, nem sempre isso acontece:

“Usualmente, a família é o refúgio das crueldades da cultura . Se a família é a fonte da crueldade , a sociedade mais ampla é o refúgio da família. No entanto, quando a família e a sociedade mais ampla põem em ação estruturas idênticas de exclusão e inferiorização, o indivíduo não tem lugar para onde escapar” .
48 (p. 76, 77)

Crescer e descobrir-se ‘diferente’ dos demais, fora dos padrões de gênero aprendidos ao longo da infância e reiterados ao longo da vida, pode tornar-se um desafio terrível de enfrentar, em especial quando não se tem nenhuma referência ou apoio para compreender o que está acontecendo.

Já na infância, o sofrimento por sentir-se ‘incomum’ se faz notar, como nos casos de cinco dos meus interlocutores, e é alimentado pelo controle ostensivo dos

adultos sobre os comportamentos, gostos e prazeres das crianças. “A vigilância de gênero é implacável durante toda a vida de uma pessoa, mas é na infância que ela se exerce com força redobrada”⁵².

Marcas desse controle e dessas crenças, como vimos nos relatos apresentados, permanecem vivas e foram de tal forma naturalizadas que são tratadas como verdades. A figura dos pais tem um peso muito grande na formação psíquica dos filhos e funciona como o primeiro e principal balizador social das condutas, estabelecendo critérios de bem e mal, certo e errado, pecado e virtude⁵². Quando esta influência se dá na contramão da expressão emocional e identitária da criança, ela pode tornar-se extremamente cruel e nociva:

“Meus pais começaram a ficar muito em cima com questões de ser LGBTfóbicos e tudo mais e queriam saber de tudo, que eu tava saindo, toda menina eles achavam que eu tava pegando, que eu tava, tipo, ‘mano, me dá a famosa pausa’. E eu vi que a minha mãe foi ficando mais e mais violenta e ela me batia, me impedia de sair de casa”. (Gustavo)

As relações familiares ficam altamente comprometidas, assim como o desenvolvimento emocional saudável da criança e do adolescente trans. Tais ‘verdades’ afetam, de forma sorrateira, todas as pessoas, sendo fonte de exclusão e homofobia e também sendo a fonte do sofrimento internalizado que grande parte das pessoas trans carregam fazendo-as pensar que há algo de errado com elas. Até que se entenda que o sofrimento é motivado por uma opressão social histórica, muitas pessoas sentem-se culpadas e experimentam sentimentos de vergonha e tristeza, lutam contra esta condição, muitas deprimem, chegando ao suicídio:

“Minha autoestima ficou lá embaixo, lá embaixo mesmo. Até hoje, pra falar a verdade pra você. Pra eu recuperar a minha autoestima, assim, num total mesmo, é bem difícil. [...] Foi num período que eu comecei a me olhar no espelho e eu: ‘Não!’. De querer morrer, de querer me matar. E eu via minha vida indo por um lado que eu não queria e eu mudando e ao mesmo tempo continuando do mesmo jeito. Não sei. Eu tava muito confuso”. (Gil)

“Entrei em vários psicólogos pra tentar... E sempre com a mesma perspectiva: ‘Tira isso da minha cabeça. Eu quero ser normal como todo homem é. Tira isso da minha cabeça’”. (Bárbara)

Mesmo depois que compreendem o mecanismo social opressor, enfrentaram dificuldades intensas para suportar conviver com isso diariamente:

“Acesso ao mercado de trabalho e à renda, segurança na própria moradia, dignidade na moradia, ter respeitado o nome e o pertencimento de gênero que escolheram para si (inclusive legalmente), estudar, fluir livremente pelo espaço público, organizar-se e participar politicamente são desafios cotidianos para muitas pessoas trans, invisibilizadas com frequência pelo sexismo e também pela homofobia. O pertencimento a classe social, racial, geracional, geográfico e outros, têm um papel central na incidência mais expressiva ou não da discriminação”.⁹⁶(p.2)

Se alguns sucumbem, outros muitos criam formas de enfrentar/driblar/suportar a opressão e seguir vivendo. A elaboração da violência vivida através da criação de estratégias de enfrentamento é parte do movimento que constitui a própria existência de pessoas trans⁹⁵.

5.6.2 *Mundo do trabalho*

Como ressalta Almeida⁹⁶, uma das instâncias onde é muito comum e danoso, para as pessoas trans, o encontro com a discriminação, é o mundo do trabalho. Muitos perdem seus empregos e até mesmo sua identidade profissional após a transição, e encontram diversas dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho. No caso de Bárbara, toda sua carreira lhe foi usurpada de uma forma violenta e humilhante:

“A Marinha me mandando embora, me mandando embora assim: ‘Você é doente mental. Você é transtornada. Você é maluca’. ‘Não, nunca fui maluca. Eu só sou diferente de vocês, mas eu não sou maluca. Tenho certeza disso. Vocês são mais malucos que eu’. Acho que a pessoa que faz isso com uma outra é muito mais maluca do que eu, que desconsidera 22 anos de serviço, e bons serviços!”. (Bárbara)

Para aqueles que ainda não conseguiram a retificação de nome e sexo nos documentos civis, o problema é ainda maior. Isso pode tornar-se um obstáculo intransponível na aquisição de muitos empregos formais.

Outros fatores que se articulam a esse, são o da escolaridade e o da classe social. Se a pessoa possui pouca formação acadêmica e vem de uma classe social mais pobre, suas chances são ainda menores. Muitos acabam indo para o mercado informal, tornando-se profissionais do sexo ou aceitando subempregos em condições bastante precarizadas⁹⁵.

Existe uma premissa, no senso comum, de que as pessoas trans têm pouca escolarização e/ou pouca qualificação para o mundo do trabalho. Como indicam Almeida, Pilar e Gebrath⁹⁵ a realidade é bem mais complexa e diversa. No presente estudo, por exemplo, um entrevistado está cursando o terceiro grau, três possuem terceiro grau completo, e uma delas, pós graduação.

Mesmo as empresas que aceitam contratar pessoas trans estabelecem critérios, muitas vezes, não relacionados com as qualificações profissionais. Como aponta Beatriz, a passabilidade é um fator frequentemente decisório:

“É muito difícil, é muita empresa que bate a porta na cara porque não quer associar a imagem. Ah, mas uma trans passável pode? Não, mas contrata. Você tem que contratar uma boa profissional, não alguém que pareça ser o que não é, que pareça ser o que as empresas esperam que ela seja”. (Beatriz)

Felizmente nem todas são assim. Quando Beatriz transicionou ela já trabalhava na empresa em que está até hoje. Foi preciso que ela negociasse o uso de seu nome social para que mudanças significativas começassem a acontecer, mas seu pleito foi bem sucedido:

“No trabalho eu fui a primeira funcionária trans da empresa. Então, não existia nem regra nem nada pra isso. Então, a gente sentou junto com o RH, com o jurídico, foi meio que fazendo do zero. Então,

hoje tem a possibilidade de ter um crachá com o nome social, já tem uma declaração que você faz com o nome social, todos aceitam o nome social. Mas, no dia que eu fui lá falar: ‘Vocês vão ter que dar um jeito’, não tinha nada [...] Foi um pouco traumático porque é muita coisinha pra acertar, mas, hoje em dia, se chegar mais uma pessoa, tá pronto já”. (Beatriz)

Amanda, que é professora concursada de uma escola estadual do ensino fundamental, disse não ter tido problemas com os alunos nem com a direção da escola, mas com alguns colegas de trabalho:

“Assim, eles (os alunos) não tão nem aí. Claro, tem um ou outro que tem um olhar mais apuradinho assim, olha assim, mas não tem dificuldade com o feminino, é professora, não tem pergunta tosca. Sabe?! Teve um professor de geografia que falou pra mim assim: ‘Você já cortou o pinto?’ [...] Sabe, então assim, o problema são os adultos, não são as crianças”. (Amanda)

A estabilidade do emprego público garantiu que ela não fosse demitida, mas não impediu manifestações discriminatórias e vexatórias. Torres ⁹⁷, em sua pesquisa com professoras trans, também concluiu que a transfobia era mais fortemente operada pelos outros professores do que pelo alunado, que mais facilmente respeitavam a transição. Como expressou Bruno: “a criança é o ser mais desconstruído que existe. Agora o monstro que ela vai se tornar é o adulto que coloca nela” (Bruno).

Com Gustavo a violência foi ainda mais longe:

“No telemarketing, eu tava com problema com o meu superior, me perseguindo e tal. Meu chefe era um cara muito escroto que, cara, não tem outra forma de descrever. Ele era o predador sexual número um. Teve uma vez que eu tava atendendo e ele me fez pausar o atendimento, com fila, tipo, uma fila do caramba, ele me fez parar o atendimento pra pingar um lubrificante pra mim, mandar eu lamber e perguntar se eu queria testar com ele. Ótimo chefe”. (Gustavo)

Por conta deste assédio, Gustavo adoeceu. Como precisava do emprego se submetia a isso e ia trabalhar a base de medicação psiquiátrica em altas doses que ele mesmo se prescrevia. Tentava a todo custo sobreviver a esta circunstância:

“Eu ficava isolado por causa do ambiente que não era muito bom. Eu ficava tipo: ‘Onde que o meu chefe não vai me achar?’. E eu ia pra lá. Que como à noite fica tudo meio que vazio você tem como escolher onde quer ficar. Eu ficava num canto muito separado, quase invisível, escondido, assim, rezando só pra não me acharem”. (Gustavo)

Só conseguiu se ver livre desta situação quando recebeu a ajuda de um rapaz com quem começou a namorar, que também trabalhava lá e interferiu em seu favor. O isolamento fragiliza muito quem está diante da discriminação. Em seu texto sobre a homofobia, ⁴⁸ explica que “enquanto ninguém se preocupa em como ela é tratada , a homossexual descartada se transforma em alvo conveniente para a crueldade dos outros, caso a crueldade seja enraizada no privilégio heterossexual ou em outros traumas de pessoas oprimidas” (p.77). Para a transexualidade, funciona de maneira semelhante. A rede de apoio exerce um papel fundamental no enfrentamento das opressões.

Lanz⁵² afirma que as redes de pertencimento construídas pela comunidade trans na internet e redes sociais exercem um papel de suporte importante, em especial para aqueles que viviam sua transexualidade de forma velada, ‘no armário’. Na falta de apoio da família ou relações sociais mais próximas, as relações virtuais podem viabilizar saídas para o isolamento e a solidão e a criação de oportunidades de acesso à informação, a serviços especializados, a suporte emocional, a oportunidades de trabalho, entre outros.

5.6.3 Saudável Para Quem?': Preconceito E Discriminação Nos Serviços De Saúde

O acesso aos serviços públicos de saúde também apareceu nas entrevistas, como fonte de discriminação e violência. Como defendem Angonese e Lago⁴⁴, acompanhando Ávila⁹⁸ e Bento³⁰, a maior parte dos profissionais de saúde é pautada pela perspectiva normalizadora de gênero baseada na visão biomédica, o que faz com que as pessoas, para terem acesso aos tratamentos, se adequem aos estereótipos gerados por essa

perspectiva. Na pesquisa que desenvolveram, ouviram de um rapaz trans relatos de discriminação por ser homem e querer engravidar. No presente estudo, ouvi de Gustavo sobre a discriminação que sofreu por ser um homem trans grávido:

“Na minha primeira consulta com a minha obstetra, ela reclamou das roupas que eu tava usando porque, obviamente, eu tava usando roupas masculinas. Ela disse que eu tava horrível, que eu parecia uma sapatão, que eu devia me comportar como uma meninazinha. Enfim, muito que bem. Aí, por no momento não tá muito bem das pernas nem com condições de discutir, eu só deixei levar com a onda e usava minhas roupas mais andrógenas possíveis e não exigia que ela me tratasse no masculino nem nada do tipo. Eu só ficava, tipo: ‘Ah, fala logo o que você quer me falar e vamos acabar com essa tortura’”. (Gustavo)

Gustavo também relatou que sofreu discriminação por ser um homem ‘feminino demais’, o que acarretaria problemas para conseguir sua mastectomia pelo SUS:

“A narrativa trans dele (psiquiatra) é uma narrativa hegemônica. Aquela narrativa limpinha, bonitinha, que você vê nos estudos de 20 anos atrás, falando várias paradas bizarras e homofóbicas mesmo. Tipo, ele é bizarro. [...] pra eu conseguir a mastectomia com ele, eu tenho que ser o mais próximo do cis possível, tenho que ser um homem misógino, machista, eu tenho que ser pegador, eu tenho que ser heterossexual, tenho que ser todo o combão, sabe?! [...] Eu não posso falar disso (da sua filha) de jeito nenhum, se não, ele vai me cortar do programa. Eu não posso falar que eu fui casado, eu não posso falar que eu namoro uma outra pessoa trans, não posso! E ele fala: ‘Ó, aqui só vai fazer parte do meu programa quem tiver tal e tal narrativa. Quem for fora disso não precisa nem aparecer porque que vou cortar’”. (Gustavo)

Gil e Bruno também enfrentaram problemas quando solicitaram que fossem chamados pelo nome social nos hospitais onde buscaram ajuda:

“Eu pedi pra mulher me chamar pelo meu nome social e ela não queria me chamar pelo meu nome social e toda vez que ela ia me chamar, gritava meu nome (de batismo), no meio de todo mundo”. (Gil)

“Eu fui fazer o exame, aí, a mulher, tipo, ela não sabia tratar se eu era trans homem ou trans mulher, porque eu tenho uma expressão hoje que eu não ligo mais, então as pessoas sempre me colocam no lugar de bicha, problema delas, não meu. [...] Eu só tava tentando falar pra ela que ela poderia me chamar pelo nome social e ela, na hora, ela tava entendendo, mas fingindo que ela tava me fazendo um favor”. (Bruno)

Situação semelhante aconteceu com um amigo de Bruno:

“Porque se eu for buscar saúde e encontro violência, eu volto? Não! E aí, depois, cadê os dados pra gente acessar saúde? Agora mesmo, teve o Vitor que teve neném. Tá, a mulher do posto, toda hora, vai lá, da clínica da família, solta o nome de registro dele. Sabe, eu já falei duas, três vezes, depois, eu sou ignorante... Você acha que isso não é violento? Ele não levou a criança lá nenhuma vez”. (Bruno)

Soares⁹⁹, em sua dissertação sobre transfobia em serviços de saúde do Rio de Janeiro, aponta que o convívio com o preconceito e a discriminação, nesses serviços, é intenso e cotidiano para as pessoas trans de camadas sociais mais pobres, que dependem unicamente da rede do SUS para qualquer atendimento em saúde. O autor afirma ser comum que, nesses espaços, prevaleça a crença de que pessoas trans se prostituem e são portadoras do HIV (HumanImmunodeficiencyVirus), por exemplo.

Angonese e Lago⁴⁴ ressaltam a importância de se investir na formação dos profissionais de saúde para além da técnica, contemplando uma compreensão do social que considere que nem todas as mulheres tem vaginas, nem todos os homens têm pênis, nem todas as pessoas são heterossexuais. Uma ação urgente e fundamental para um serviço de saúde que se pretende universal, digno e de qualidade.

5.6.4 *Violência em espaços públicos*

Outro aspecto assustador do cotidiano das pessoas trans é a violência em espaços públicos. Sujeitas a serem atacadas barbaramente, a qualquer momento, sem nenhum motivo que não a transfobia, essas pessoas convivem com o medo de agressões diversas que vão desde xingamentos, espancamentos, até homicídios⁵. As mulheres trans são o alvo preferencial deste tipo de violência. Bento assegura que esta violência

“se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans do Brasil, motivada pelo ódio e nojo”^{mmm}.

Amanda revela ter medo de andar sozinha na rua e recorre ao marido para sentir-se mais segura:

“Eu quando ando na rua a pé, se eu tô com ele (marido), tá tudo certo. Mas se eu deixo o carro no estacionamento, pra chegar no banco, mesmo de dia, eu tenho medo. Eu tenho medo! Então, quando eu tô com ele, ele me traz segurança”. (Amanda)

Bárbara contou já ter passado por dificuldades na rua: “Eu já sofri preconceito na rua, eu já fui... Então, assim, hoje, eu me defendo”. Contou, com orgulho, que tem porte de arma e que é uma excelente atiradora. Isso parece trazer alguma sensação de segurança para ela.

Ainda mais grave é constatar que a violência vem, muitas vezes, do poder oficial, aquele que deveria estar ali para proteger. Bruno contou a respeito de uma situação que vivenciou recentemente:

“Eu tava fazendo umas fotos pelo meio da rua e a polícia, simplesmente, cercou a gente porque era o corpo trans, o corpo preto, o corpo bagaceiro, tipo, shortinho. E sabe qual foi a alegação deles? Receberam denúncias porque a gente tava usando equipamentos caros”. (Bruno)

Aqui aparece não só a violência institucionalizada como racializada. São as pessoas negras e pobres que são mais comumente enquadradas em estereótipos marginalizados que as vulnerabilizam e as colocam como alvo preferencial da violência, em especial, da violência policial.

Jesus ⁵ aponta que quando a violência se volta contra os marginalizados, sua banalização é contumaz:

^{mmm} Trecho retirado do texto “Brasil: País do Transfeminicídio”, de Berenice Bento, publicado no site do Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/transfeminicidio Berenice Bento.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/transfeminicidio%20Berenice%20Bento.pdf). Acessado em: 06 mar 2019.

“Todo o cenário colocado pela imagem de um corpo violentado tem sentidos de acordo com quem observa e é observado. Pode até não significar nada afetivamente relevante para quem despreza aquela identidade social e considera justo, senão natural, a sua marginalização ou extermínio. As populações trans como as populações negras passam muito por isso”.⁵ (p.23)

Bruno abordou o tema do racismo em diversos momentos durante a nossa conversa e revelou: “Às vezes, chega a dar um medo assim, né, do que pode acontecer realmente. Várias coisas impedem o corpo do homem preto de prosseguir, né? Então, tipo... [...] Perder meu filho pro racismo - esse é meu maior medo” (Bruno).

Precisamos lembrar que Bruno é um homem trans negro. Se ele fosse uma mulher negra, talvez seu medo fosse outro. Quando pensamos a partir de uma perspectiva interseccional, percebemos que cada associação entre marcadores sociais (cor/raça, classe, escolaridade, idade, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência etc.) proporciona experiências específicas. Não se trata de uma hierarquia de opressões, mas das especificidades do entrecruzamento entre elas²³.

Kaas¹⁰⁰ reflete sobre outras facetas do entrecruzamento entre identidade de gênero e raça:

“O medo de assédio, não somente devido à inconformidade de gênero mas também devido à discriminação racial, forçou muitxs jovens transracializadxs a sofrer bullying como consequência esperada do que são, ou a deixar a escola de vez, levando à ampliação da distância em termos de desenvolvimento econômico. Ao criar espaços seguros para jovens transracializadxs – em especial, garotas, devemos promover um ambiente que honre e valorize sua raça-etnia tanto quanto sua identidade de gênero. Enquanto muitas pessoas transgêneras brancas podem celebrar os ganhos recentes do movimento, não podemos esquecer que pessoas transgêneras racializadas têm acesso limitado a estes ganhos. Se a luta pelo reconhecimento equânime de todas as pessoas transgêneras é nosso objetivo, então os passos que assegurem a longevidade das pessoas transracializadas não podem permanecer secundários em nossa missão”¹⁰⁰ (p. 80).

Gil se vê diante de uma circunstância ainda mais complexa e demonstra toda sua aflição paternal quando diz que não poderá evitar que sua filha se torne um alvo preferencial para a violência. Por ser uma menina, trans, negra e cega, Rebeca ocupa um lugar social de alta vulnerabilidade:

“Espero que a gente possa ajudar ela a se virar muito bem, né? Porque ela vai precisar. Porque a gente não vai poder tá ali com ela pra resolver a vida dela. Ela vai precisar ser muito forte. Se empoderar muito pela questão da visão, pela questão de ser uma menina negra também e pela questão de ser uma menina trans. Eu quero muito que ela consiga não ser esse alvo, mas é bem difícil”. (Gil)

5.6.5 Espaço escolar

O tema da relação com a escola apareceu como uma questão bastante importante em todas as entrevistas que fiz. A partir de posições diferentes, meus interlocutores se relacionam intensamente com esse espaço de sociabilização. Gustavo como aluno do ensino médio, Amanda como professora do ensino fundamental, Bruno, Beatriz e Gil como pais de alunos, e Bárbara como ‘tia’ de seu próprio filho contam como estas relações são atravessadas tanto pela parentalidade quanto pela transexualidade. Contam, ainda, como pensam a influência da educação na mudança social.

Gustavo, quando se viu adolescente e grávido, se afastou da escola durante um período até ter sua filha. Ameaçado de repetir por faltas, viu-se pressionado a retornar a um ambiente hostil e despreparado para um jovem em sua condição:

“Eu levava a minha filha pra aula. Ela ficava a aula inteira chorando e eles reclamavam. Eu falava: ‘Ué, vocês não iam me repetir por falta? Agora o problema é de vocês. Segura aqui o bebezinho que eu tô escrevendo’ [...] Eu desafiava meus professores, a mulher da coordenação do colégio... Era um colégio federal. ‘Não, porque você vai ser expulso...’. Eu falei: ‘Me expulsa então. Pode me expulsar. Quero ver!’. Obviamente, isso gerou um processo interno do caramba, a mulher foi afastada porque foi averiguado que ela realmente estava de perseguição, muito em cima de mim. Os professores zeravam minhas notas por motivo nenhum. Tipo: ‘Ah, não quero aceitar seu nome social aqui na prova’ e zerava minha prova. Eu falava: ‘Tá bom. Zera mesmo. Faz isso!’. Era a professora de matemática específica, então o outro

professor de matemática falava: ‘Eu sei que você é um bom aluno e eu sei que você não merece zero’, então ele dava 10. Eu não repeti porque eu passava em tudo com 5. Um me dava 10 e a outra me dava 0. Cara, bizarro! E isso me estressou muito com a questão da parentalidade. [...] Porque ter um filho novo já não é fácil, você ter um filho, novo, num ambiente totalmente sem suporte, onde as pessoas estão ativamente te perseguindo era um bagulho bizarro. Bizarrríssimo!’. (Gustavo)

O espaço escolar se recusava a lidar abertamente com a realidade que Gustavo representava. Para Miskolci ³⁷, a educação, como um dos aparatos culturais e políticos que adentra para a ‘normalidade’ social, tem na generificação esperada e na expectativa da heterossexualidade dois dos seus pontos chave. Quaisquer desvios destas normas de expressão de gênero e/ou de orientação sexual tendem a ser punidos, recusados e, por vezes, até mesmo suprimidos. Situações como essa, frequentemente, levam as pessoas trans a abandonarem a escola.

Sobre isso, comenta Beatriz:

“Porque a maioria das escolas não são inclusivas dessa criança assim. É engraçado que tem uma legislação, agora, pra garantir o nome social e as escolas fazem todo o possível pra não usar o nome social. Aquilo desestimula, você vê uma mulher numa sala de aula e todo mundo chamando ela de João, porque a escola não quer aceitar, enfim, o nome que ela escolheu, que é o que ela se identifica. Isso desestimula, a pessoa sai da escola, ninguém aguenta”. (Beatriz)

Amanda, como professora, também passou por constrangimentos, mas sua presença na escola tem um potencial transformador enorme. Torres ⁹⁷ afirma que a presença de professoras/es transexuais nas escolas pode colocar em xeque a heteronormatividade, já que elas não estão lá apenas como transmissoras de conteúdos educacionais. Suas vidas e seus corpos mediam significações que mobilizam os membros da comunidade escolar de uma forma geral. Como ressalta Almeida ¹⁰¹, suas existências, por si só, produzem aberturas para reflexões antes improváveis:

“Não se podem subestimar, contudo, os significados políticos dos debates provocados pela simples existência de pessoas trans, os quais implicam a rediscussão de rotinas e protocolos

*institucionais consolidados, como os de atendimento, conduta profissional, sigilo, privacidade etc. Elas geram deslocamentos: pessoas que jamais inscreveriam as relações de gênero e a sexualidade em seu horizonte reflexivo passam, ao menos temporariamente, a considerá-las e a discutir condutas discriminatórias que reconhecem em si e nos demais e nos extremos dessa abertura ao diálogo, o modelo de sociedade ambicionado”.*¹⁰¹ (p.519, 520)

A abertura ao diálogo, em especial nos espaços educacionais, é fundamental para qualquer transformação social. Bruno descreveu uma circunstância que gerou uma confusão vivida pela filha na escola:

“Um amiguinho dela caiu no futebol e, aí, machucou e acho que ele colocou uma faixa, assim (no peito), e as crianças, conversando, falaram isso, né? Aí, a Alice falou: ‘Olha, você fica tranquilo que o meu pai, ele tem um machucado e ele coloca um *band-aid* e, aí, quando ele ficar bom, ele vai tirar o *band-aid* e o peito dele vai cair’ (referindo-se ao *binder* que Bruno utiliza para disfarçar os seios, enquanto não faz a mastectomia). Era só pra confortar. [...] Só que aí pior ainda, que a professora tava me lendo como uma ‘família inclusiva,’ como eu sendo um gay, sabe? E, aí, ela tava querendo ficar íntima do gay que eu não sou nem íntimo dela, sabe? Eu fico pensando, ‘gente, essa é a professora da minha filha...’”. (Bruno)

A partir deste episódio, Bruno tomou a decisão de tentar promover um diálogo sobre gênero com a escola:

“É a escola da minha filha, né? Então, tipo assim, minimamente, não adianta eu querer mudar o mundo se eu não mudo a escola da minha filha, né? [...] Tive que chamar, tive que conversar. E, aí, eles fizeram uma coisa mais péssima ainda. Chamaram, fizeram um debate de gênero que eu não entendi. [...] Chamaram qualquer gente, mas não me chamaram (para falar no debate)”. (Bruno)

Apesar da iniciativa de abrir um espaço para pensar gênero na escola ter partido dele, quando a escola resolveu organizar um debate sobre o assunto, não o convidou para participar. Sua hipótese foi a de que aquilo que ele tinha a dizer não interessava à escola ouvir.

Beatriz e Gil tiveram experiências positivas com as escolas dos filhos. Beatriz revelou que se surpreendeu com a reação que obteve quando contou sobre sua transição em uma reunião com a coordenadora da escola de Murilo:

“Então, eu sempre fui o pai dele na escola até o momento que eu bati o martelo: ‘A partir de agora, eu sou assim’. Aí, eu fui conversar com a coordenadora na escola. E até me surpreendeu, porque por ser uma escola de freira... O que ela falou foi o seguinte: ‘Olha só, nós somos uma escola de freira e tudo, mas eu queria que todos os pais fossem como você é. Tá aqui, presente, tá acompanhando o filho, a gente conversa contigo, sabe que você vai conversar com ele em casa e resolver. Então, isso (a transição) é indiferente pra gente’”. (Beatriz)

Gil também precisou ir à escola conversar sobre a questão trans. Queria esclarecer sobre como era composta sua família e assegurar-se de que Rebeca estaria segura naquele ambiente:

“A gente sentou e conversou com a equipe lá dos professores e tudo mais, pra falar, apresentar, assim: nós somos um casal, Isa é uma mulher cis, eu sou um homem trans. A gente sentou, explicou. Tem a Rebeca e tem a Luisa. A Rebeca é uma menina trans, Luisa é uma menina cis. A gente sentou, conversou sobre várias coisas. Explicou pra eles, entendeu? E foi tudo de boa a aceitação, aceitaram”. (Gil)

Gil conta que as meninas estão felizes na nova escola. Apesar do pouco tempo, sentem-se respeitadas e incluídas. Ele e Isa, como pais, também se sentiram bem recebidos. Este é um aspecto fundamental, mas muitas vezes negligenciado quando falamos de inclusão nas escolas. Não basta que o aluno seja respeitado em suas particularidades, sejam elas quais forem. Suas famílias, como parte da comunidade escolar e parceiras no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, também precisam ser abarcadas por essa inclusão. A educação extrapola os conteúdos e os muros da escola, forma (ou deveria formar) cidadãos para a sociedade. Bruno faz uma reflexão sobre esta questão:

“Quando se fala em escola, criança trans, paternidade, quantas vezes crianças trans têm que deixar esse papel também,

de tá naquele ambiente da escola, que ainda é muito cristão, eles comemoram datas que não têm mais nada a ver. Como é que faz isso? Como é que essa família tá inserida, né? Porque, às vezes, as pessoas viajam numa criança trans e esquecem: e os pais?”
(Bruno)

Ao oportunizar tais diálogos, Bruno, Beatriz e Gil contribuem para mudança social, mas, ao mesmo tempo, expõem-se a serem rejeitados e discriminados. Bárbara escolheu outro caminho visando proteger o filho de qualquer retaliação por suas escolhas:

“Eu não tenho contato. Uma ou outra vez que eu vou lá dentro na secretaria: ‘Fala pro Pedro que a tia dele está aqui’. Porque todo mundo conhece a mãe e eu não vou dizer: ‘O pai dele está aqui’, ou a ‘mãe’. Porque aí gera uma repercussão, porque: ‘Olha só, eu mudei de sexo, não sei o quê’. [...] Porque criança é cruel. Ainda mais nessa idade. Então, assim, vamos supor que alguém... que eu chegue lá na escola: ‘Ah, eu sou o pai’. Todo mundo vai saber e todo mundo vai fazer bullying com meu filho. Eu não tô a fim”. (Bárbara)

Não há saída mais nem menos legítima. Cada um ‘escolhe’, dentro de seu campo de possibilidades, quando e de que maneiras confrontar o preconceito e a discriminação. Mas, pensando na coletividade, a escola como espaço de formação e reprodução de modelos hegemônicos é uma arena a ser conquistada na luta por transformação social. Paechter¹⁰² afirma que, na maioria das sociedades contemporâneas, a família, o grupo de pares e a escola são os principais lugares de assimilação coletiva das feminilidades e masculinidades para as crianças. Nestes espaços, elas experimentam o que é ser homem ou mulher e aprendem a reproduzir as expectativas sociais para cada gênero, por isso a importância de se pensar nas implicações desses espaços na formação das crianças.

Louro¹⁸ convida-nos a pensar sobre uma pedagogia queer onde as diferenças não seriam apenas toleradas ou vistas como curiosidades exóticas, mas valorizadas e problematizadas:

“A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a

exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constitutivos das posições que os sujeitos ocupam”.¹⁰⁸(p.48,49)

Bruno acredita que a transformação da sociedade virá da educação:

“Olha, eu acredito. Eu acredito nisso, eu acredito na educação. Eu acho que, enquanto tiver um professor apaixonado, uma criança dá pra ser salva. É claro que a gente tem muito o que caminhar, né, porque a gente cai num salário ruim. Mas eu acho que a educação é o caminho, que as crianças, realmente, vão ser livres”. (Bruno)

5.6.6 Passabilidade como recurso

A passabilidade, como vimos, é uma das estratégias mais desejadas e utilizadas pelas pessoas trans para experimentarem uma trégua da cansativa e interminável batalha por respeito, reconhecimento e segurança. Contudo, como aponta Lanz, “o único problema é quando, nessa luta por espelhar nos mínimos detalhes os estereótipos socioculturais do corpo masculino ou feminino, a pessoa transgênera acaba servindo tão somente para ratificar o dispositivo binário de gênero”⁵²(p.294).

Apesar de, como disse anteriormente, absolutamente legítimo do ponto de vista individual, este recurso precisa ser problematizado para pensarmos seus efeitos no coletivo. Nas palavras de Almeida¹⁰¹:

“O fato de o público não saber, por um lado, possibilita práticas de camuflagem social que favorecem o conforto e o acesso individual a direitos. Por outro lado, principalmente na visão do ativismo, isso prejudica a luta coletiva, inviabiliza o reclame por direitos e faz com que as mulheres trans se sintam solitárias”.
¹⁰¹(p.519)

A passabilidade acaba por distribuir diferentes valores aos corpos trans e, assim, recria hierarquias. Isso fomenta, entre outras coisas, o desejo pelas transformações corporais. Para os homens trans, esse objetivo é mais rapidamente alcançável já que a hormonização com testosterona possibilita uma grande aproximação da expectativa

social do corpo masculino ¹⁰¹. Ainda assim, a mastectomia é muito desejada pois é a cirurgia que traz aos homens maior alívio e sensação de liberdade. Gustavo está em busca da sua cirurgia: “então, agora eu tô na minha prática pra parecer um homem cishétero, pra poder conseguir a mastectomia. Além da mastectomia eu faria a metoidioplastia, não faria nenhuma faloplastia a menos que as técnicas aumentassem muito”. (Gustavo)

Para a maior parte das mulheres trans, o caminho é mais longo. A exacerbada valorização do pênis na socialização masculina torna difícil para muitas mulheres trans se sentirem à vontade com seus corpos sem a transgenitalização. Amanda conta o quanto essa associação entre pênis e ser homem marcou sua vida e também a vida de Angélica:

“Eu lembro que, uma vez, o meu pai falou pra mim assim, eu era criança, mas marcou, meu pai falou assim: ‘Você tem um pinto no meio das pernas, você tem que se comportar como homem!’. Hoje, a Angélica me fala que ela ouviu muito isso. Por que as pessoas trans desenvolvem essa chamada disforia de gênero em relação ao pênis? Porque todas as pessoas falam: ‘Você não tem um pinto?’ Pinto, pinto, pinto”. (Amanda)

Jesus ⁵ ressalta a dificuldade de desvincularmos a genitália do gênero: “O desafio de mostrar às pessoas, e a nós mesmos, que gênero não se reduz a sexo, ou sequer se deduz deste, é imenso, porque esta é uma ideia crucial para as relações sociais, cultivada desde as mentes mais tenras: Homens têm pênis, mulheres têm vagina” (p.26).

Amanda já se sentiu muito pressionada a fazer “a cirurgia”^{mn}, mas hoje já não sente a mesma necessidade:

“Já pensei muito, mas eu acho que era mais uma imposição, sabe? Era uma imposição. Faz mais de dois anos que eu não tomo

^{mn} Apesar de haver várias cirurgias disponíveis para as mulheres trans, como a colocação de silicone nos seios, a redução da mandíbula, entre diversas outras, é comum que quando elas estão se referindo neovaginoplastia elas utilizem apenas o termo “a cirurgia”.

hormônio mais nenhum. Parei com os bloqueadores, parei com tudo. Porque eu falei: ‘Eu não quero ter trombose’. Eu, infelizmente, sou fumante, então hormônio com tabagismo não dá certo. Eu falei assim: ‘Não quero mais tomar nada, nada, nada’’. (Amanda)

Em relação à filha, tenta ao mesmo tempo respeitar seus anseios por mudanças e ajudá-la a valorizar-se como é. Amanda me descreveu um emocionante episódio que se passou entre elas, pouco tempo depois da adoção. Foi uma experiência transformadora da relação de Angélica com o próprio corpo a partir da identificação com a mãe:

“Ela viu que ela não era um ET. Porque eu cresci achando que eu era um ET. E quando a gente chegou, que aconteceu a audiência, a gente gravou (um programa de televisão) uma tarde lá numa praia, a gente foi pro hotel tomar banho, tava todo mundo cheio de areia. A Angélica tava no banheiro e eu entrei com ela. ‘Agora, vou ver a dela’, entrei no banheiro. Disse: ‘Vamo tirando a roupa e tomando banho’. Então ela tirou a parte de cima, tirou o shortinho que ela tava e ficou de calcinha. Ela falou: ‘Mainha, sai do banheiro’. Eu falei: ‘Tá bom’, bem assim, bem natural, porque eu sabia que ela ia fazer aquilo, eu falei: ‘Tá bom. Mainha vai tá lá cozinhando’. Eu cheguei na pia, eu lembro que eu peguei assim o alface e quando eu fui começar a desfolhar o alface, eu escutei: ‘Mainha vem cá, vem cá!’. Aí entrei no banheiro, a Angélica tava assim, com a mãozinha assim (escondendo o pênis). Aí eu pensei bem rápido na hora e falei: ‘Não. Eu sou prática!’. Falei: ‘Angélica, vamos resolver uma situação agora!’. Fechei a porta e baixei minha calça. Falei: ‘Angélica, olha aqui. A mamãe é igualzinha a você’. A Angélica ficou... ela fixou o olho no meu órgão genital. ‘Olha bem, eu sou igualzinha a você’. Aí, ela chorou copiosamente, ela me abraçou. Eu falei: ‘Você não tem que ter vergonha do seu corpo. O seu corpo é lindo! Nosso corpo é lindo, filha! Não tem nada de errado com ele. Nada, nada, nada, nada!’. (Amanda)

Butler²⁹ diz que “a materialização de um dado sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias” (p.156). À medida que o corpo da mãe lhe serve como modelo, carregado de afetividade, seu corpo pode sair do campo da abjeção. Depois desse dia, as dificuldades de Angélica com o próprio corpo foram diminuindo: “Porque aquilo foi embutido nela, sabe? Ela tinha aquela coisa da rejeição, mas eu acho que era social, sabe?” (Amanda). Apesar disso, Amanda assegura que se for importante para sua filha, apoiará “a cirurgia” quando chegar o momento: “Porque tem meninas trans que ter o pênis é a morte” (Amanda).

Para Bárbara “a cirurgia” foi transformadora, mas reconhece que não é para

todas:

“Foi bom pra mim, pra mim principalmente, porque a gente quer fazer a cirurgia e, aí, eu falo: ‘Não faz’; (a outra responde) ‘Eu tô fazendo a cirurgia por causa do meu namorado’. Eu falo: ‘O namorado vai e vem, vem e vai, não faz isso. Faz por você, ou então não faz...’ Então tem assim, um ou outro caso que você vê, que você vai encontrar, são pessoas que fizeram pensando na família. ‘Ah, se eu fizer a cirurgia, eu vou ter mais aceitação’ [...] ‘Faz por você. Se aquilo te incomoda, se você vai pra praia, aquilo te incomoda, você não consegue levantar pra tomar banho de praia, você não consegue ir pra uma academia com uma calça apertadinha e tal, que causa incômodo, você não consegue, assim, se sentir à vontade, então faz. Você não se sente bem, você não usa aquilo, então faz. Faz por você’. Então eu fiz por mim e tá tudo bem desde 2010”. (Bárbara)

Viviane V.⁵¹ revela a ambiguidade de sentimentos que as transformações corporais acarretam: “Tais procedimentos trouxeram e trazem consigo um misto da alegria da autoafirmação de gênero com a frustração das normatividades corporais que, quando desrespeitadas demais, lançam abjeção sobre o meu corpo e deslegitimação sobre meu gênero autoafirmado”⁵¹ (p.49).

Lanz⁵² problematiza a passabilidade e a identifica como uma pressão advinda de ‘dentro e de fora do gueto’ que convence as pessoas trans que elas só serão aceitas se atenderem as normas de gênero hegemônicas que representam os ideais normativos do patriarcado cisheteronormativo: “Não poderia haver forma mais eficaz de transformar a subversão em ânsia por enquadramento e a transgressão em busca de conformidade com as normas de gênero” (Lanz, 2015, p.292).

Como sugerem Jesus e Alves⁴⁶, uma resposta possível para quebrar este ciclo vicioso viria através do transfeminismo:

“O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer

natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível”⁴⁶ (p.15).

Através deste empoderamento, outras possibilidades de expressão mais democráticas e plurais podem vir a ser afirmadas e reconhecidas socialmente.

5.6.7 A militância de cada um

Podemos olhar para a militância como um potente recurso de sobrevivência e transformação social. Desde o diálogo franco com os filhos, passando pelas conversas na escola, pelas pesquisas nas universidades, até os palanques políticos, tudo o que dissemina informação séria e transformadora pode ser considerado militância. O simples existir trans já é um ato político que desafia o status quo¹⁰¹. Enquanto as pessoas trans resistem, a esperança de mudança social sobrevive.

Bruno descreve seu trabalho como ‘mídia ativista’. Ele é fotógrafo e retrata questões do universo trans. Beatriz faz questão de contar a sua história de vida em diversos espaços para desmistificar o que é ser uma mulher trans. Bárbara formou-se em Direito para lutar pelas causas trans e dá palestras por todo Brasil. Com apoio de Maria Berenice Dias⁰⁰, move um processo contra a Marinha que pretende levar até a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Gustavo estuda Ciências Sociais e atua em coletivos de homens trans, dá aulas, entrevistas e palestras, sempre que chamado, sobre questões ligadas à transexualidade. Gil e Amanda escolheram adotar meninas trans que, além de ser um ato político de resistência, é um ato de humanidade e amor. Amanda, além de ser professora, é vice presidenta de uma associação de famílias

⁰⁰ Maria Berenice Dias é jurista, desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, fundadora do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). É um expoente na luta por direitos humanos no Brasil, em especial pelos direitos das mulheres e da comunidade LGBT.

homotransafetivas e foi candidata a deputada estadual nas últimas eleições. Viaja o mundo dando palestras sobre direitos humanos e transexualidade.

Todos, independentemente da escolaridade, classe social ou formação profissional, detêm um vocabulário vasto e um conhecimento extenso sobre questões ligadas à transexualidade, à despatologização, ao nome social, aos direitos humanos. São pessoas que precisaram contar com suas redes e recorrer aos seus pares em busca de amparo para sobreviver. Tal articulação favoreceu a conscientização e fomentou a luta por transformação social mesmo que, impelidos por tamanha opressão, ainda se vejam, muitas vezes, engolfados, sufocados, reprodutores da normatividade hegemônica.

5.7 RETORNANDO À PARENTALIDADE

Somos todos seres complexos e nossa existência contempla diversas dimensões que se articulam e nos constroem. A parentalidade, como vimos, é uma delas. Seu exercício está intimamente marcado pela possibilidade de sentir o acolhimento da nossa família de origem, poder trabalhar dignamente, ter acesso aos serviços de saúde, andar em segurança pelas ruas de nossa cidade, poder oferecer educação de qualidade para nossos filhos. Tudo isso afeta diretamente as relações parentais e, como expus acima, tudo isso é extremamente dificultado para as pessoas trans.

Segundo Velho ⁸⁷, a criança, por ser um ser social, nasce pronta para socialização através de seus pais, para que adquira os valores, normas e padrões do grupo social onde está imersa. Afirma ainda que a construção da identidade acontece no contexto social, no processo de estabelecer comparações entre si e o outro, formando uma subjetividade que contempla a maneira como se é visto.

Este é um desafio especialmente duro para pais e mães trans. Os padrões, valores e normas de nossa sociedade precisam ser constantemente questionados, a

forma como se é enxergado, relativizada. Este exercício, que deveria ser recorrente também para os pais cis, é ainda mais vital para os pais trans, já que sobre eles a cisheteronormatividade opera de forma mais cruel. As estratégias de sobrevivência e enfrentamento precisam ser transmitidas desde cedo. Buscando proteger sua filha, Amanda faz recomendações à Angélica:

“Infelizmente, a sociedade é assim e eu falo pra ela: ‘Filha, a gente tem que andar conforme o ritmo que a banda tá tocando. Então, procura se cuidar, se perceber, porque as pessoas vão usar isso pra te humilhar, pra te excluir, pra fazer você sentir coisas de tristeza e a mãe não quer isso’, mas ela tá aprendendo tudo certinho. Vaidosa que só ela”. (Amanda)

Outro ponto doloroso é que o desempenho dos papéis de pai e mãe, tão idealizados socialmente, são vividos sob constante policiamento e descrença.

Bárbara conta como foi difícil superar o preconceito vindo da família de sua ex-esposa:

“Pensavam que isso ia acarretar problemas pro garoto. Todo mundo pensava isso. Mas, hoje em dia, o aniversário do garoto foi aqui, por exemplo, e a minha sogra, né, porque sogra não termina, é sempre sogra. [...] Então a minha sogra falou pra mim assim: ‘Poxa, você, a gente pensava tanta coisa de você. Mas você demonstra ser...’, ela fala pai ainda, ela não consegue, ‘demonstra ser um pai presente, amoroso, não sei o quê’. ‘Ô Silvia, é tudo assim, ó: ‘é mai amorosa, senhora’, eu falo assim”. (Bárbara)

Amanda fala sobre os olhares e julgamentos que recebe como mãe:

“Ao passo que se tem um grupo dizendo que não, tem aquele grupo de olho em mim, esperando eu errar. Eu sei que tem. Tem gente que tá ali ansioso, esperando eu dar um passo em falso, mas eles são bobos, porque eu já dei vários. [...] Como todas as mães, eu já dei vários. Eu já errei, saí, eu tentei fazer ‘A’ quando, na verdade, eu devia ter feito ‘C’. Ué! Eu não sou um robô programado, não dá. Eu tô lidando com um ser humano, a Angélica, com a complexidade dela, o Bento, dentro da complexidade dele. E aí?!”. (Amanda)

Por isso, penso que podemos afirmar que a parentalidade das pessoas trans é igual e diferente de quaisquer outras. É igual porque apresenta desafios e delícias que

todas as famílias cis também vivenciam na criação de seus filhos; e é diferente porque é confrontada constantemente pelas mais cruéis opressões impostas por nossa sociedade.

5.8 UMA HIPÓTESE COMPREENSIVA: A PARENTALIDADE E A TRANSEXUALIDADE ENTRE DOIS DISCURSOS

Todo o percurso desta análise me levou a compreender que as experiências parentais das pessoas trans são vivenciadas em meio a uma intensa e constante tensão entre dois discursos que proponho denominar de discurso do pertencimento e discurso da transgressão. Ambos coexistem e refletem diferentes lógicas. O primeiro é marcado pelo desejo de segurança e acomodação e é representado pela busca por inserção na normatividade hegemônica. O segundo responde ao desejo de legitimação da diferença estabelecida pelos rigores da norma binária e aparece no fomento da transformação social. O pertencimento se vale da passabilidade e a transgressão, da militância, ambas facetas constitutivas das identidades trans. É neste jogo relacional, entre o que oprime e o que se insurge, que as existências trans, em todas as suas dimensões, são forçadas e negociadas a cada dia, em cada contexto.

No atual momento histórico e político brasileiro, onde forças conservadoras ameaçam não só os direitos conquistados pelas pessoas trans mas sua própria existência, percebo ambas as lógicas operando ainda mais intensamente. Tanto no desejo de enquadramento e busca de segurança representados, por exemplo, pela corrida aos cartórios para oficialização de casamentos homoafetivos ou para a troca de nome e sexo nos registros civis na busca pela garantia dos direitos conquistados, quanto no desejo de transformação social, visível no fortalecimento das associações e manifestações voltadas para a resistência e para a luta, percebo uma intensificação desta tensão que me parece

ser inerente à experiência trans, ao menos em nossa sociedade regida pela lógica cisheteronormativa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se dedicou a explorar as experiências da parentalidade de homens e mulheres trans visando compreender as dinâmicas sociais subjacentes a essas experiências e articulá-las ao nosso contexto histórico e social.

Como vimos, algumas perguntas foram norteadoras desta pesquisa e ao longo de todo o trabalho busquei respondê-las: Existem particularidades no exercício da parentalidade de homens e mulheres trans? Estariam estas, caso existam, ligadas às censuras sociais que sofrem as pessoas trans em nossa sociedade? De quê forma? De que maneiras são experimentadas pelos protagonistas deste estudo? Quais os desafios colocados e quais suas estratégias de enfrentamento?

O uso das narrativas de vida permitiu a construção de hipóteses compreensivas e me possibilitou conhecer não só aspectos biográficos de cada interlocutor, mas também suas lógicas de ação que, por meio da comparação e das recorrências, apontaram para as normas sociais às quais estão submetidos e para as resistências que estes sujeitos oferecem a essas normas.

Neste estudo, compreendi que vivemos em uma sociedade regulada pela cisheteronorma que, articulada com diversos marcadores sociais, hierarquiza pessoas e suas identidades estabelecendo o homem branco, heterossexual, cisgênero, de classe média como padrão de “normalidade”. Qualquer pessoa que não esteja de acordo com esse modelo sofrerá com diversas sanções sociais reservadas aos marginalizados.

A população trans é uma das que mais sofre com o preconceito e com a discriminação. Como vimos, são diversas as violências a que estão submetidos

diariamente, apenas por serem quem são, por subverterem a cisheteronorma em diferentes graus. Mesmo aquelas pessoas trans com maior capital intelectual e econômico, como alguns de meus interlocutores, não ficam isentas de deparar-se com diversas violações, o que certamente é agravado em situações mais precárias de vida, em especial quando associadas à negritude. Não apenas as pessoas trans, mas também seus parceiros e familiares são atingidos pelas consequências desta realidade.

Aspectos como a relação com a família de origem, com o mundo do trabalho, com a escola dos filhos, o acesso a serviços educacionais, jurídicos e de saúde ou o simples caminhar nas ruas, podem ser extremamente dificultados para as pessoas trans, implicando direta e indiretamente no exercício da parentalidade.

Em todos os casos deste estudo a família de origem foi descrita como o primeiro lugar onde meus interlocutores experimentaram o preconceito e a discriminação, o que se mostrou como fonte de intenso sofrimento. Em dois relatos a homossexualidade foi apontada como tolerável pelos parentes próximos, mas a transexualidade apareceu como inaceitável. Isso parece coincidir com uma ordem social mais ampla que localiza os transexuais em uma das posições mais estigmatizadas e marginais de nossa sociedade.

O ambiente de trabalho também foi citado como um dos ambientes em que pessoas trans estão mais expostas aos malefícios do preconceito e da discriminação. A passabilidade apareceu como um fator facilitador para a sobrevivência no mundo do trabalho. Constatei, a partir dos relatos, que a aparência como cis é frequentemente mais valorizada que as qualidades técnicas e o perfil do profissional. Nem mesmo a estabilidade de certos empregos garantiu que a dignidade das pessoas fossem protegidas. Mesmo quando o emprego é preservado, tais pessoas são expostas a situações vexatórias que, muitas vezes, contribuem para seu adoecimento psíquico. A opressão social sofrida pelas pessoas trans apareceu como a principal fonte de

sofrimento, diferentemente do que afirma o discurso biomédico hegemônico que liga a alta incidência de depressão e suicídios desta população a um diagnóstico nosológico.

O espaço escolar também apareceu como fonte de discriminação e de preconceito não só com relação aos alunos, como aos professores e aos pais trans. Toda a comunidade escolar é afetada pela forma com que a escola lida com a temática do gênero e suas ramificações. Como espaço educacional fundamental em nossa estrutura social, a escola é um locus privilegiado de transformação, mas também de perpetração da violência.

A questão da nomeação, ponto especialmente sensível para a maior parte das pessoas trans, como podemos perceber ao atentarmos para a luta em torno do reconhecimento do nome social, quando ligada ao exercício da parentalidade ganha contornos especiais. Neste estudo, aqueles sujeitos que tiveram filhos antes da transição negociaram de diferentes formas como seriam chamados por seus filhos depois da transição. Na maior parte dos casos a relação parental já estabelecida se sobrepôs à nomeação de acordo com o gênero assumido. Nos casos de filhos posteriores a transição, a nomeação como pai e mãe acompanhou e reafirmou o gênero assumido, o que pode ser lido como uma tentativa de acomodação à cisheteronorma.

O exercício da parentalidade é atravessado por efeitos ainda mais diretos desta norma, já que pessoas trans são constantemente desqualificadas como pais e mães por uma sociedade que ainda busca preservar modelos rígidos do que seria considerado “normal”, do que seria uma família “saudável”, deslegitimando aqueles que desses modelos se afastam, negando-lhes a existência, ignorando o que é uma realidade. Na presente pesquisa, por exemplo, os pais e mães trans que entrevistei mantêm relacionamentos de intimidade, parceria e cuidado com seus filhos, e a transexualidade dos pais não demonstrou gerar qualquer impacto negativo nessas relações. Em nenhum

dos casos, a transição de gênero dos pais ocasionou dificuldades relacionais que não tivessem sido negociadas e ultrapassadas. Para algumas famílias, como a de Amanda e a de Gil, a transexualidade da mãe/do pai funcionou como um fator facilitador da relação com as crianças.

Quando partimos da perspectiva contemporânea de diversas configurações familiares coexistindo em nossa sociedade, entendemos que não há um modelo único, ideal, e, portanto, não faz sentido uma hierarquização dessas configurações. As famílias são diferentes entre si, sendo as famílias com pais e/ou mães trans apenas mais uma dentre tantas outras possibilidades de arranjo familiar, apresentando dinâmicas internas e relacionamentos familiares comuns à maioria das famílias contemporâneas.

A diferença que se nota é aquela imposta pelo controle social que os obriga a constantes negociações com o entorno. Existem obstáculos à realização do projeto de ter filhos que incluem a precariedade do amparo médico à reprodução (assistida ou não) ou empecilhos colocados no caminho para adoção. Os relatos colhidos neste estudo evidenciam que os sistemas de saúde e judiciário revelam enormes dificuldades para aceitar e atender bem a população trans. Um dos relatos que exemplifica esta pungente dificuldade é o de Gustavo. Um homem grávido que ao entrar no serviço de saúde para o pré-natal é automaticamente tratado como mulher. Ele não sofreu preconceito por ser um homem grávido buscando assistência pois ele nem sequer foi reconhecido como homem. Este exemplo pode ser traduzido como um caso de transfobia institucional.

Quando a chegada dos filhos se concretiza, homens e mulheres trans precisam negociar o exercício de sua parentalidade, o que se dá não apenas no âmbito privado, mas também no mundo público na tentativa de mitigar a discriminação e alcançar o reconhecimento social. Os conflitos vividos no interior da família que formam com seus parceiros e filhos apareceram como diminutos quando comparados aos desafios que

precisam superar em relação ao entorno. Para sobrepujá-los, criam estratégias de enfrentamento e acomodação à cisheteronorma, buscando tanto afirmação da diferença quanto pertencimento social. Lutam por reconhecimento em um meio hostil. Buscam ser respeitados em suas peculiaridades e legitimados como iguais em seus direitos. A experiência da parentalidade exercida por homens e mulheres trans se constrói nessa tensão entre a transgressão e o pertencimento que, ao mesmo tempo, fissa e reafirma a cisheteronorma.

Em nosso cenário político atual, tal tensão é intensificada. As forças conservadoras ameaçam os direitos conquistados e ensejam retrocessos. Mais do que nunca, a cisheteronormatividade é exaltada e seus efeitos maximizados. As famílias com pais e mães trans ficam, desta forma, em situação de ainda maior vulnerabilidade.

Antes de terminar, julgo necessário ponderar limitações dessa pesquisa e fazer alguns apontamentos. Uma das limitações diz respeito ao número reduzido de interlocutores que apesar de ter possibilitado atingir os objetivos deste estudo, poderia ser ampliado através de outras pesquisas a respeito de famílias com pais e mães trans e sua relação com a cisheteronormatividade. Caso esse número se ampliasse, os achados poderiam diferenciar-se e complexificar-se na medida em que seria possível considerar com mais profundidade, de que forma, marcadores como classe, cor/raça, localidade, idade, interferem nessas experiências. Acredito ser também interessante para futuros trabalhos aprofundar nosso conhecimento a respeito destas famílias a partir do olhar dos filhos de pais e/ou mães trans.

Outra limitação importante foi a impossibilidade de abarcar a análise dos aspectos religiosos, tanto de nossa sociedade quanto de cada um dos sujeitos individualmente e de que forma eles interferem no exercício da parentalidade de homens e mulheres trans. Acredito ser este um tema profícuo para futuros estudos.

Um aspecto que gostaria de apontar diz respeito à dificuldade para a aproximação adequada quando trabalhamos com populações estigmatizadas. Chamou-me a atenção as recusas que recebi e o rechaço de muitas pessoas trans às pesquisas acadêmicas. Ao conversar com aqueles que aceitaram participar deste estudo, compreendi que eles são muitas vezes tratados como ‘exóticos’ e subalternizados na relação com o pesquisador. Considero fundamental a reflexão profunda quanto ao posicionamento ético e respeitoso de cada profissional que se dedique à pesquisa, sobre sua relação com seus interlocutores, assim como em relação aos interesses a que respondem seus trabalhos. Ao pesquisador cabe responsabilizar-se por sua produção científica, dado que esta, além de teórica e técnica, é sempre política.

Por fim, aos meus colegas profissionais das áreas da educação, da saúde e, em especial, da área ‘psi’ aponto à necessidade premente de um maior aprofundamento dos estudos sobre a população trans, dado que a opressão social imprime grande sofrimento às suas existências e é preciso estarmos melhor (in)formados para bem atendermos aqueles que demandem nossos serviços, para nos posicionarmos criticamente frente aos diferentes discursos produzidos sobre essa população e para construirmos conhecimentos que contribuam para a transformação social.

REFERÊNCIAS

1. Fonseca c. A história social no estudo da família: Uma excursão interdisciplinar. BIB. 1989; 27: 51-73.
2. Minayo MCS. Ciência técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo MCS, organizadora. Petrópolis: Vozes; 1997. 9-29.
3. Jesus JG. Homofobia: identificar e prevenir. Rio de Janeiro: Metanoia; 2015b.
4. TransgenderEurope [Homepage na Internet]. Berlim: TGEU TransgenderEurope; 2019 [atualizada em fev. 2019; acesso em 26/01/2018.] Disponível em: <https://tgeu.org/>
5. Jesus JG. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: Jesus JG. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia; 2015.
6. Brasil. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e Promoção da cidadania Homossexual. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos; 2004.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2010.
8. Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos dos LGBT. Brasília, DF: SEDH; 2009.
9. Brasil. Presidência da República. Decreto nº 8.717/2016. 2016 [acesso em 29/01/2018] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm.
10. Rio de Janeiro. Assembleia legislativa. Lei Ordinária nº 7.041/15. 2018 [acesso em 29/01/2018] Disponível em <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/lei-nc2.ba-7041-de-15.pdf>.
11. Zambrano E. Homossexual, Travesti e transexual [tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2008.
12. Uziel AP. Homossexualidade e adoção. Rio de Janeiro: Garamond; 2007.
13. Becker H. A história de vida e o mosaico científico. In: Becker H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec; 1993. 101-116.

14. Bertaux D. Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos. Natal: EDUFRN; 2010.
15. Santos, A. Transexualidades e travestilidades: conjunções e disjunções. In: Coelho, MTAD, Sampaio, LLP, organizadores. Transexualidades: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA; 2014. 79-99.
16. Butler J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2013.
17. Matos M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudo de gênero e feministas se transformam em um campo novo para as ciências. Rev. Est. Fem. 2008; 16(2): 333-57.
18. Louro GL. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Rev. Pro-posições. 2008; 19(2): 17-23.
19. Scott JW. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Rev. Educ. e Real. 1995; 20(2): 71-99.
20. Vilela W, Monteiro S, Vargas E. A incorporação de novos temas e saberes nos estudos em saúde coletiva: o caso do uso da categoria gênero. Cênc. Saúde Colet. 2009; 14(4): 997-1006.
21. Piscitelli A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Rev. Soc. Cult. 2008; 11(2): 263-274.
22. Crenshaw W. Por que é que a interseccionalidades não pode esperar? 2015 [acesso em 03/02/2019] disponível em www.apidentidade.wordpress.com
23. Crenshaw K. A interseccionalidades na discriminação de raça e gênero. In: Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem; 2004.
24. Louro GL. Pedagogias da sexualidade. In: Louro GL, organizadora. O corpo educado. Belo Horizonte: Autentica; 2007. 7-34.
25. Butler J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. Cadernos Pagu; (11): 11-42.
26. Butler J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1999.
27. Butler J. Bodiethatmatter: onthediscursivelimitsof "sex". New York: Routledge; 1993.

28. Scott JW. Género: Todavía uma categoria útil para elanálisis? *Rev.Maniz. Disc.* 2011; 6(1): 95-101.
29. Butler J. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: Louro GL, organizadora. *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica; 2007. 151-172.
30. Bento BAM. *O que é transexualidade?* São Paulo Brasiliense; 2008.
31. Bento, BAM. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. *Bagoas: Est. Gen. Sex.* 2009; 3(4): 95-112.
32. Bento, BAM. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Salvador: Editora Devires; 2017.
33. Silva TD. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva TD, organizador. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes; 2000. 73-102.
34. Arán M. A transexualidade e gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*. 2006; 9(1): 49-63.
35. Foucault M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1988.
36. Miskolci R. Reflexões sobre normalidade e desvio social. *Est. Soc.* 2003; 7(13/14): 109-126.
37. Miskolci R. Estranhando as ciências sociais: notas introdutórias sobre teoria queer. *Rev. Florestan*. 2014; 2: 8-25.
38. Jackson S. *Gender, sexuality and heterosexuality: the complexity (and limits) of heteronormativity*. Sage publications. 2006; 7(1): 105-121.
39. Bonassi BC. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgêneros [Dissertação]*. Florianópolis: UFSC; 2017.
40. Bagagli BP. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Rev.Letras escreve*. 2017; 7(1): 137-164.
41. Guimarães B. *Cissexual, cisgêneros e cissexismo: um glossário básico*. [s.l]: [S.n]. 2013. [acesso em 01/02/2019] Disponível em <http://feminismotrans.wordpress.com>

42. Ramírez B. Colonialidade e cis-normatividade: entrevista com Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: Revista de estudios sociales*. 2014; 3: 15-21.
43. Angonese M. Um pai trans, uma mãe trans: direitos, saúde reprodutiva e parentalidade para a população de travestis e transexuais [Dissertação]. Florianópolis: UFCS; 2016.
44. Angonese M, Lago MCS. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Rev. Saúde e Soc.* 2017; 26(1): 256-270.
45. Mattos AR, Cidade MLR. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicus*. 2016; 5: 132-153.
46. Jesus JG, Alves H. Feminismo transgêneros e movimentos de mulheres transexuais. *Rev.Cronos*. 2012; 11: 8-19.
47. Collins PH. Its all in the Family: intersectionsofgender, race, andnations. *Hypatia*. 1990; 13(3): 62-82.
48. Schulman S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Bagoás*. 2010; 5: 67-78.
49. Butler J. Desdiagnosticando o gênero. *Physis*. 2009; 19(1): 95-126.
50. Pontes, JC, Silva CG. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Periodicus*. 2017; 8(1): 393-417.
51. Viviane V. É a natureza quem decide? Reflexões Trans* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In: Jesus JG. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia; 2015.
52. Lanz L. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e aconformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudostransgêneros. Curitiba: Transgente; 2015.
53. Trad LAB. A família e suas mutações: subsídios ao campo da saúde. In: Trad LAB, organizador. *Família contemporânea e a saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2010. 27-50.

54. Brasil. Presidência da República. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 2018. [Acesso em 01/02/2019] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
55. Carrara S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*. 2015; 21(2): 323-345.
56. Áries E. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zahar Editores; 1978.
57. De Singly F. Sociologia da família contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2007.
58. Cândido A. The Brazilian Family. In: Smith T, Lynn & Marchant A, organizadores. Brazil: portrait of half a continent. Nova York: The dryenpress; 1951.
59. Freyre G. Sobrados e Mucambos. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; 1951
60. Freyre G. Casa Grande & Senzala 1933-1973: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio; 1973
61. Buarque de Holanda S. Raízes do Brasil. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; 1982.
62. Sarti CA. Contribuições da antropologia para o estudo da família. *Psicol*. 1992; 3(1): 69-76.
63. Fonseca C. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea: da família ao parentesco em sociedades complexas. Congresso Internacional pesquisando a família; 2002 Abr 24-26; Florianópolis, SC. Florianópolis: [S.n]; 2002.
64. Alves RR. Família Patriarcal e Nuclear: conceito. Características e transformações. Seminário de pesquisa da Pós-graduação em história; 2009. [acesso em 30/03/2019] Disponível em https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf.
65. Bruschini C. Uma abordagem sociológica da família. *Rev. Bras. Est. Pop.* 1989; 6(1): 1-23.
66. Zambrano E. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horiz. Antrop.* 2006; 12(26): 123-147.

67. Segalen M. Introduction. In: Gullestad M, Segalen M, organizadoras. *La famille em Europe: parenté et perpétuationfamilale*. [S.l]: LA découverte; 1995.
68. Araújo C, Scalon C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Rev.BrasileiraCien. Soc.* 2006; 21(62): 45-68.
69. Barroso R, Machado C. Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*. 2011; 52: 211-230.
70. Ribeiro CR; Gomes R, Moreira MCN. A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero. *Ciênc. Saúde. Coletiva*. 2015; 20(11): 3589-3598.
71. ONU/UNICEF. Assembleia Geral. Convenção sobre os direitos da criança. 1990. [Acessado em 27/04/2019] Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.
72. Gorin MC, Mello R, Machado RN, Féres-Carneiro T. O estatuto contemporâneo da parentalidade. *Rev. Da SPAGESP*. 2015; 16(2): 3-15.
73. Toledo LG, Teixeira-Filho FS. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. *Arq. Bras. Psicol*, 2013; 65(3): 376-391.
74. Modell JS. *Kinshipwithstrangers: adoptionandinterpretationsofkinship in americanculture*. Berkeley: UniversityofCalifornia Press; 1994.
75. Amin ID, Menandro PRM. Preferências por características do futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. *Interação em psicologia*. 2007; 11(2): 241-252.
76. Gross J. Cadermatori DML. Entre a prateleira e a fila da adoção: algumas considerações sobre o perfil adotivo de casais homossexuais. *Anais da 7. Semana científica UNILASALLE*; 2016; Canoas: [S.n]; 2016.
77. Mills CW. Do artesanato intelectual. In: Mills CW. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar; 1982. 211-243.
78. Kauffmann JC. Começar o trabalho: rapidez, flexibilidade e empatia. In: Kauffmann JC. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: Vozes; 2015.

79. Gomes R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: Minayo MCS, Deslandes SF. Pesquisa social: teoria, método, criatividade. Petrópolis: vozes; 2008.
80. Souza ER. Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgêneros no Canadá e a homoparentalidade no Brasil. Rev.Antropol. 2013; 56(2): 397-430.
81. Ribeiro D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: letramento; 2017.
82. Moira A, Rocha M, Brant T, Nery JW. Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. Beuru: Astral cultural; 2017.
83. Brasil. Presidência da República. Lei nº 12.318/2010. 2019. [Acesso em 27/04/2019] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm.
84. Ferreira DMM, Do semelhante ao mesmo, do diferente ao semelhante: sujeito, ator, agente e protagonismo na linguagem. RBLA. 2017; 17(4): 619-640.
85. Peters G. Agência, estrutura e práxis: uma leitura dialógica da teoria da estruturação de Anthony Giddens. Rev.Teoria& Soc. 2011; 8-39.
86. Kornblit AL. Histórias y relatos de vida: uma herramienta clave em metodologias cualitativas. In: Kornblit AL, organizadora. Metodologías cualitativas em ciências sociales: moelos y procedimientos de análisis. Buenos Aires: Editorial Biblos; 2007. 15-33.
87. Velho G. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar; 1997.
88. Moraes M. Pesquisar: verbo ou substantivo? Pesquisas e práticas psicossociais. 2011; 6(2): 174-181.
89. Carvalho MCB. O lugar da família na política social. In: Falcão MCB. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez; 2000.
90. Oliveira NHD. Recomeçar: família, filhos e desafios. São Paulo: Editora UNESP; 2009.

91. Vieira TR. Processo judicial e adequação do nome e do sexo do transexual. In: Coelho MTAD, Sampaio LLP, organizadoras. *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA; 2014. 211-224.
92. Cardozo F. Parentesco e parentalidade de travestis em Florianópolis [monografia]. Florianópolis: UFSC; 2006.
93. Araujo C, Scalon C. *Gênero, família e trabalho*. Rio de Janeiro: FGV; 2005.
94. Barbosa PZ, Rocha-Coutinho ML. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Rev. Psicol. Clin.* 2007;19(1): 163-185.
95. Almeida GS, Pilar A, Gebrath Z. As relações de trabalho como um aspecto da assistência à saúde de pessoas trans. In: Coelho MTAD, Sampaio LLP, organizadoras. *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA; 2014. 187-99.
96. Almeida G. No contrafluxo: pessoas trans como personagens cotidianos. *Bol. Conexão Geraes*. 2015;70(1): 2.
97. Torres, MA. A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas. *Rev. Cronos*. 2010;2(11): 41-62.
98. Ávila S. FTM, Transhomem, homem Trans, Trans, Homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo [Tese]. Florianópolis: UFSC; 2014.
99. Soares LS. Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde [Dissertação]. Rio de Janeiro: EMSP/Fiocruz; 2018.
100. Kaas H. O que é cissexismo. *Transfeminismo*. 2012 [Acesso em 29/01/2019] Disponível em <http://transfeminismo.com>.
101. Almeida G. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estud. Fem.* 2012;20(2): 513-523.
102. Paechter C. *Meninos e meninas: aprendendo sobre masculinidades e feminilidades*. Porto Alegre: Artmed; 2009.

Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Transparentalidade: entre narrativas de vida e dinâmicas sociais

MarianaGracindoTrajano

marianagtrajano@hotmail.com

Marcos Antonio Ferreira do Nascimento

m2nascimento@gmail.com

Instituto Fernandes Figueira –Fiocruz

Av. Rui Barbosa, 716- Flamengo

Rio de Janeiro - RJ,20021-140

Você está sendo convidado/a a participar do projeto de pesquisa intitulado “Transparentalidade: entre narrativas de vida e dinâmicas sociais”, por você ter a experiência de ser pai/mãe e da transição de gênero. Este estudo tem como objetivo conhecer as experiências de paternidade e maternidade de pessoas trans, tendo em vista a pouca visibilidade das famílias com pais e/ou mães trans em nossa sociedade, seus direitos e necessidades.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária. Após o seu consentimento, você será entrevistado/a em no mínimo um encontro com a pesquisadora, e no máximo três encontros, que ocorrerão no lugar de sua preferência. Sua entrevista será gravada e posteriormente transcrita. O risco relacionado a este estudo é de desconforto emocional por se tratar da narração de suas experiências de vida. Você poderá solicitar a interrupção da gravação e da entrevista se sentir qualquer desconforto.

A pesquisadora deste estudo também poderá interromper a entrevista a qualquer momento, caso perceba algum comprometimento do seu bem-estar. Caso você relate algum desconforto devido à entrevista que não seja amenizado pelo acolhimento oferecido pela entrevistadora, será buscado um encaminhamento para atendimento psicológico na rede pública de saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS). As informações obtidas neste estudo poderão colaborar para aumentar o conhecimento sobre o funcionamento e as necessidades das famílias com pais e/ou mães trans, podendo assim contribuir para o planejamento e incremento de programas e políticas públicas voltados para esta população.

Não serão publicados dados ou informações que possibilitem sua identificação ou a identificação de qualquer pessoa que você cite durante a entrevista. Você receberá uma via idêntica deste documento assinada pela pesquisadora do estudo. Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais e você não terá qualquer despesa com a realização das entrevistas previstas nesse estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. É garantido o direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Fernandes Figueira se encontra a disposição para eventuais esclarecimentos éticos e outras providências que se façam necessárias (e-mail: cepiff@iff.fiocruz.br; Telefones: 2554-1730/fax: 2552-8491).

Eu, _____
autorizo voluntariamente a minha participação nesta pesquisa.
Declaro que li e entendi todo o conteúdo deste documento.

Assinatura _____

Data _____

Telefone_____

Pesquisadora que obteve o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome_____

Assinatura_____

Rubricaparticipante Rubrica pesquisador

TCLE versão do pesquisador

Apêndice 2 – Roteiro de Entrevista

Roteiro de Entrevista

(que poderá ser desdobrado em mais de uma sessão)

Primeira parte: Levantamento de dados demográficos - nome, idade, cor/raça, escolaridade, local de nascimento, profissão/ocupação, constituição familiar, local de moradia.

Segunda parte: Questão disparadora - Você poderia me contar a respeito de sua experiência de ser pai/mãe?

Temas a serem explorados:

1. A construção do desejo de ter filhos
2. Forma como se tornaram pais ou mães (procriação, adoção, reprodução assistida, adoção afetiva)
3. Dificuldades enfrentadas no exercício da parentalidade (sociais, legais, emocionais)
4. O momento da transição
5. Conquistas e desafios devido à parentalidade (subjetivas e/ou objetivas)
6. Relação dos/as filhos/as com a transexualidade dos pai/mãe
7. Percepção de como o seu meio social o/a vê no exercício da parentalidade

Apêndice 3 - Parecer consubstanciado do CEP

INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Transparentalidades: entre narrativas de vida e dinâmicas sociais

Pesquisador: Marcos Antonio Ferreira do Nascimento

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 88572218.7.0000.5269

Instituição Proponente: Instituto Fernandes Figueira - IFF/ FIOCRUZ - RJ/ MS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.661.588

Apresentação do Projeto:

Trata-se de estudo qualitativo com homens e mulheres trans para analisar como a transição de gênero afeta as experiências da parentalidade nos âmbitos pessoal, familiar e microsocial.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar como a transição de gênero afeta as experiências da parentalidade nos âmbitos pessoal, familiar e microsocial

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco considerado para este estudo é mínimo, conforme apontado pela Resolução 510/2016 da CONEP, e está relacionado a possíveis mobilizações emocionais decorrentes da narração de suas experiências de vida. Nesse sentido, a pesquisadora, que também é psicóloga com experiência em atendimento clínico, aportará o acolhimento necessário no momento da entrevista e acompanhará o encaminhamento, caso necessário e requerido pelo/a participante, para atendimento na rede pública de saúde.

Benefícios:

O conhecimento das experiências da parentalidade vividas por homens e mulheres transexuais poderá contribuir para o desenvolvimento de programas e políticas relacionados à cidadania trans.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo exploratório para conhecer de forma mais profunda como a transição de gênero afeta as experiências da parentalidade. O estudo é inovador e pode contribuir com o

Endereço: RUI BARBOSA, 716

Bairro: FLAMENGO

CEP: 22.250-020

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2554-1730

Fax: (21)2552-8491

E-mail: cepiff@ff.fiocruz.br

**INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS**



Continuação do Parecer: 2.661.588

conhecimento sobre a experiência das pessoas trans.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE esta adequado conforme exige a resolução 510/2016.

Recomendações:

Os riscos e benefícios poderiam fazer parte do projeto completo e não apenas da folha de informação básica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto bem executado e respeitando as recomendações da resolução do CONEP.

Sem pendencias.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1108386.pdf	25/04/2018 17:12:59		Aceito
Outros	Carta_Dep_Pesq_IFF.docx	25/04/2018 17:12:04	MARIANA GRACINDO TRAJANO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Mariana_G_Trajano.docx	25/04/2018 17:08:26	MARIANA GRACINDO TRAJANO	Aceito
Orçamento	Orcamento_detalhado.docx	24/04/2018 15:24:53	MARIANA GRACINDO TRAJANO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Qualificacao_Mariana_Gracindo _Trajano.docx	24/04/2018 15:24:33	MARIANA GRACINDO TRAJANO	Aceito
Cronograma	Tabela_Cronograma.xlsx	24/04/2018 15:20:19	MARIANA GRACINDO TRAJANO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	24/04/2018 15:15:57	MARIANA GRACINDO TRAJANO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: RUI BARBOSA, 716

Bairro: FLAMENGO

CEP: 22.250-020

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2554-1730

Fax: (21)2552-8491

E-mail: cepiff@ff.fiocruz.br

INSTITUTO FERNANDES
FIGUEIRA - IFF/ FIOCRUZ - RJ/
MS



Continuação do Parecer: 2.661.588

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 17 de Maio de 2018

Assinado por:
Ana Maria Aranha Magalhães Costa
(Coordenador)

Endereço: RUI BARBOSA, 716

Bairro: FLAMENGO

CEP: 22.250-020

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2554-1730

Fax: (21)2552-8491

E-mail: cep@ff.fiocruz.br